

Revista do INSTITUTO HISTÓRICO & GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente
Gervásio Rodrigo Neves

1° Vice-Presidente
Earle Macarthy Moreira

2° Vice-Presidente
Braz Augusto Aquimo Brancato

Tesoureiro-Geral
Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro
Eurípides Falcão Vieira

Secretário-Geral
Sérgio Alves Teixeira

Secretário
Elvo Clemente

Coordenador do Patrimônio Cultural
Márcia Eckert Miranda

Coordenador de comunicação
Celso Jaloto Ávila Junior

Conselho Fiscal
Paulo J.P. Xavier
Sérgio da Costa Franco
Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista
Elvo Clemente
Márcia Eckert Miranda
Sérgio Alves Teixeira

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern – Arthur Rabuske – Blau Fabricio de Souza - Braz Augusto Aquino Brancato – Celso Jaloto Ávila Junior – Coralio Bragança Pardo Cabeda – Earle Diniz Macarthy Moreira – Elvo Clemente – Euripedes Falcão Vieira – Fábio Kühn - Fernando O'Donnell – Flávio Loureiro Chaves- Francisco Riopardense de Macedo- Gervásio Rodrigo Neves – Heinrich Haesnack – Lothar Francisco Hessel – Luis Alberto Cibils – Márcia Eckert Miranda - Margaret Marchiori Bakos – Miguel Frederico do Espírito Santo – Moacyr Flores – Mozart Pereira Soares – Paulo J.P.Xavier – Raphael Copstein – René Ernaini Gertz - Sérgio da Costa Franco – Sérgio Alves Teixeira – Telmo Lauro Müller – Vera Lucia Maciel Barroso

MEMBROS CORRESPONDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL QUADRO GERAL

ADILSON CEZAR
ALFREDO MANUEL SÁNCHEZ MUÑOZ
ANA LUIZA SETTI RECKZIEGEL
ANGIONE COSTA
ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
CONSUELO PONDE DE SENA
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVIS RIBEIRO DE SENA
ELISEO POPOLIZIO
ENÉLIO LIMA PETROVICH
FERNANDO O ASSUNÇÃO
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
GENUINO ANTÔNIO FERRI
HÉLIO LEÔNCIO MARTINS
HILGARD O'REILLY STERNBERG
JALI MEIRINHO
JEAN ROCHE
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS
JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MÁRIO GARDELIN
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
PEDRO GASTÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROSELYS VELLOSO RODERJAN
SALVATORE CANDIDO
SETEMBRINO A. PEREDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
WALTER FERNANDO PIAZZA

MEMBROS BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

GETÚLIO DORNELLES VARGAS	GRANDE BENEMÉRITO
EDGAR LUIZ SCHNEIDER	BENEMÉRITO
GUILHERMINO CESAR DA SILVA	BENEMÉRITO
ILDO MENEGHETTI	BENEMÉRITO
JOÃO MARIA BENTO BALEM	BENEMÉRITO *post mortem*
MEM DE SÁ	BENEMÉRITO
THOMAZ CARLOS DUARTE	BENEMÉRITO
WALTER PERACHI BARCELOS	BENEMÉRITO
WALTER SÓ JOBIM	BENEMÉRITO
ALTINO BERTHIER BRASIL	HONORÁRIO
ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	HONORÁRIO
FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA	HONORÁRIO
FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES	HONORÁRIO
JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	HONORÁRIO
LEONARDO MACEDÔNIA FRANCO E SOUZA	HONORÁRIO
MANOEL THEÓPHILO BARRETO VIANNA	HONORÁRIO
PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO	HONORÁRIO
PROTÁSIO ANTÔNIO ALVES	HONORÁRIO

SUMÁRIO

7 ARTIGOS

9 **Logística e fornecedores na guerra do Paraguai**
Corálio Bragança Pardo Cabeda

19 **A nova modernidade: transterritorialidade e poder global**
Eurípedes Falcão Vieira; Marcelo Milano Falcão Vieira

37 **O poder na aldeia: as elites locais na fronteira da América Portuguesa, Viamão (1763-1773)**
Fábio Kühn

57 **Abeillard Barreto e a produção historiográfica sul-riograndense: dois breves estudos de caso**
Francisco das Neves Alves

77 **Duas questões de geografia histórica da cidade de Porto Alegre**
Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins

93 **A mulher em Qorpo-Santo**
Lothar Hessel

99 **Município de São Lourenço do Sul**
Luis Alberto Cibils

111 **A respeito de um juramento**
Raphael Copstein

115 **Alemães e luso-bresileiros em confronto**
Sérgio da Costa Franco

123 **Jerônimo Francisco Coelho um liberal na formação do II Império**
Carlos Humberto P. Corrêa

155 **Dom Pedro I à procura de uma noiva**
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

163 DOCUMENTAÇÃO

165 **Arquivos privados: fundos documentais**

169 **Ribeiro de Almeida**
Paulo Xavier

193 **Revolução de trinta: a ação tenentista garantiu a vitória**
Davis Ribeiro de Sena

199 **Índice das principais matérias contidas no anuário do Rio Grande do Sul, dirigido por Graciano de A. Azambuja (1885-1914)**
Equipe de pesquisa do IHGRGS

219 **A "Coleção de Angelis" no Instituto Anchietano de pesquisas, em São Leopoldo, RS (Brasil) oua a obra vital de Pe. Arnaldo Bruxel, S.J.: exposição de caráter informativo**
Arthur Rabuske, S.J.

235 **Vianna Moog**
Telmo Lauro Muller

239 **Parecer da Comissão de História sobre a importância histórica, geográfica e cultural da Serra do Caverá**

247 **Parecer da Comissão de História sobre a data de fundação de São Sepé**

253 NOTICIÁRIO

- Homenagem a Mozart Pereira dos Santos
- Patrimônio documental
- Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade de 2006
- Abertura da exposição Porto Alegre, de geografia e arte
- Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede Outubro 2005/ Novembro 2005
- Sessão solene de posse da diretoria para o biênio 05/08/2006 a 05/08/2008
- Assinatura de convênios
- Projetos em andamento
- Novos projetos em fase de apreciação
- Serviços oferecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ARTIGOS

LOGÍSTICA E FORNECEDORES NA GUERRA DO PARAGUAI

Coralio Bragança Pardo Cabeda

1. Introdução

As questões logísticas foram de crucial importância no desenvolvimento das operações da Guerra do Paraguai. Nelas, estão muitas causas da longa inatividade dos exércitos aliados, do adiamento de importantes operações, da fome que a tropa sofreu, da perda de cavalhadas e cargueiros por falta de forragem, da inviabilização da abertura de uma segunda frente (documentada por Taunay no clássico "A Retirada da Laguna") e do prolongamento da guerra por cinco longos anos, consumindo 613.000 contos de réis do Império, quantia avultada para a época.

O Brasil entrou em guerra sem dispor de serviço de intendência adequadamente organizado para atender a um exército cujos modestos efetivos de tempo de paz foram multiplicados em situação de emergência e obrigado a operar em teatros longínquos em relação às suas bases de apoio.

Vivíamos na infância das ferrovias, reduzidas a alguns escassos quilômetros. As comunicações com as províncias faziam-se através da navegação, ou por intermédio de cargueiros e carretas. Estradas e obras de arte, escassas ou inexistentes. Tudo isso representou pesada servidão para o abastecimento do exército em campanha, tanto na regularidade dos suprimentos quanto na elevação do seu custo, à medida que se alongavam as linhas de comunicação.

Deslocando-se o teatro de operações para o território inimigo, agravaram-se os obstáculos pelo desconhecimento quase absoluto do país, da sua fisiografia, das suas comunicações e dos seus recursos econômicos. Não se dispunha de cartas geográficas em escala adequada e o longo isolamento em que viveu sob o governo Francia, aliado às restrições impostas a viajantes estrangeiros nos dois governos seguintes, tornavam o Paraguai remoto e quase inacessível.

Praticamente, a única via de acesso era o rio, através do qual, aliás, processavam-se as nossas comunicações com a província de Mato Grosso. Barrado em Humaitá por poderosa posição fortificada, mesmo essa via seria prontamente interditada em caso de guerra.

Chama a atenção na literatura sobre o conflito a ausência quase total de referências à obra de Alfredo M. Du Graty, "La República del Paraguay" (Besanzon, Imprenta de José Jacquin, 1862), publicada em tradução espanhola

de Carlos Calvo dois anos antes do início das hostilidades. Du Graty era, em 1864, o encarregado de negócios do Paraguai em Bruxelas, depois de exercer iguais funções em Paris e Londres, e seu livro poderia ter fornecido utilíssimas informações ao planejamento das operações, como tábuas itinerárias, hidrografia, clima, recursos econômicos, coordenadas geográficas das localidades, comunicações, etc. Embora não tivesse o condão de evitar os problemas logísticos com que os aliados se defrontaram, essas informações não deixariam de interessar a um bom serviço de estado-maior.

Em que pese a importância capital da logística, ela não tem motivado, como seria desejável, os autores que estudaram a guerra, geralmente voltados para as questões político-diplomáticas, para as biografias de estadistas e generais e para a descrição dos eventos bélicos propriamente ditos.

É possível que a insuficiência de dados estatísticos, o desconhecimento de suas fontes ou a falta de tratamento adequado estejam na raiz dessa lacuna.

A abordagem mais recente e mais ampla, de nosso conhecimento, é o livro de Divalte Garcia Figueira, "Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai" (São Paulo, Humanitas FFLCH-USP : FAPESP, 2001), que também identifica alguns fornecedores do Exército Imperial, provavelmente os mais importantes, entre os quais dois com interesses no Rio Grande do Sul.

2. Depoimentos

Francisco Cunha, político, jornalista e diplomata, irmão de Félix da Cunha e dedicado amigo do General Osório, foi confidente deste e seu secretário informal. Do tempo passado no Paraguai, deixou-nos interessantes observações, que ocupam um capítulo inteiro de suas alentadas "Reminiscências" (Rio, Imprensa Nacional, 1914), publicadas postumamente. É obra geralmente ignorada na bibliografia da guerra, mas contém fatos que não escaparam à perspicácia do autor.

Desde o comando de Osório, o Exército lutou com a falta de cavalos e cargueiros, devido à grande mortandade dos animais pela falta de forragem, entregues que estavam ao pastoreio em zona de pastos ralos e de fraco valor nutritivo. Não se previra a necessidade de alimentá-los com milho e alfafa, por desconhecimento das condições agrostológicas locais, confiando-se no costume advindo das campanhas militares sulinas, que era soltá-los nas pastagens nativas.

Isso implicou em freqüentes aquisições de solípedes, com despesas adicionais e questionamento ao comandante-em-chefe, com os desgastes e irritações imagináveis.

Em Tuyuty, a maior batalha campal da guerra, a cavalaria brasileira teve de combater a pé pela falta de cavalhada, fato que também impediu a exploração do êxito, complemento necessário da vitória.

A experiência acabou por demonstrar a necessidade de mudança da orientação até então consagrada, passando-se ao forrageamento de mulas e cavalos, despendendo-se 1.500 a 2.000 contos de réis-ouro mensalmente... (apud Francisco Cunha, op. cit.).

Caxias comissionou oficiais para encarregarem-se da remonta e forragem, como foi o caso do então Capitão (mais tarde General honorário) Luiz Alves Pereira, na cidade argentina de Rosario, do qual temos cópias da correspondência.

Essa medida bem avisada limitou abusos, pois a pressão da demanda, em face das necessidades operacionais, deveria provocar a elevação dos preços e atiçar a especulação. Isso também ocorria no preço do gado para munício da tropa, principalmente nos primeiros dias da invasão do território paraguaio, quando as deficiências de organização eram maiores. Tasso Fragoso, em sua conhecida "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai" (Rio, Bibliex, 1957, 2ª edição), diz que Mitre, referindo-se ao auxílio que os aliados entre si prestavam, socorrendo-se de reses para abate, escrevera ao seu vice-presidente, "se eles [os brasileiros] dispõem de mais abundância é porque não olham o preço; em certos momentos, têm adquirido tropas que nos eram destinadas, pagando por uma rês até 14 patacões, o que produziu uma alta no preço do gado."

O general argentino, sempre preocupado com a alimentação dos soldados, à base de carne, sujeita a percalços no fornecimento, pretendeu substituí-la distribuindo algumas carretas por batalhão, que transportariam gêneros como charque, bolacha e arroz, entrando a carne apenas como complemento.

O charque (*jabá* para os nordestinos) e a farinha também compunham o rancho dos soldados brasileiros e o seu fornecimento e transporte, em várias fases da guerra, foi precário.

Osório, campeiro e experiente, resolveu parte dos problemas de transporte por tração animal entregando a sua direção a um homem de confiança, o Major Machado.

Esse guarda-nacional, segundo Francisco Cunha, tornou-se lendário em todo o exército. Carreteiro de profissão, era muito conhecedor do seu ofício e suas *comitivas* de carretas chegavam sempre a tempo e à hora onde eram aguardadas, vencendo os obstáculos do terreno. Machado seria o *vago-mestre* de Osório, como era chamado no antigo exército o oficial responsável pelo transporte.

3. A persistência dos problemas logísticos

Não obstante as providências tomadas ao longo da campanha para melhorar o deficiente apoio logístico, as falhas persistiram até ao final da guerra em 1870.

A contribuição da Marinha Brasileira foi inestimável, pois, destruída a esquadra paraguaia em Riachuelo, garantiu-se a liberdade de navegação de Buenos Aires e Montevidéu até Corrientes, permitindo o estabelecimento de depósitos, oficinas e armazéns nessa cidade e a invasão do território inimigo.

A progressiva conquista das fortificações ao longo do rio Paraguai, culminando com a tomada de Humaitá, sua maior praça forte, ampliou o raio de ação dos transportes e das bases aliadas, abrindo o caminho para o desembarque em Asunción.

Além do domínio das vias fluviais, as melhores "estradas" disponíveis e, por isso mesmo, objetivo estratégico de primeiríssima ordem, a Armada, através do Arsenal de Marinha e do Laboratório Pirotécnico, localizados no Rio de Janeiro, produziu navios, munições, explosivos, sobressalentes, peças e componentes diversos, em grande esforço industrial para a época. Tudo complementado pelo estabelecimento de importante base avançada na ilha do Cerrito, no rio Paraná, onde os navios eram reparados e supridos e também se fabricava munição, como informa nosso membro-correspondente, Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins, em "A Estratégia Naval Brasileira da Guerra do Paraguai" (Revista Marítima Brasileira, 3º trimestre, 1997).

Durante o comando de Caxias, a bem planejada e executada "Dezembrada" desbordou as posições paraguaias, tomando-as de revés após furiosos combates em que, praticamente, foi quebrada a espinha dorsal do exército inimigo. Para isso, foi fundamental o concurso da Armada e uma arrojada obra da engenharia militar brasileira, a chamada "estrada do Chaco", construída em tempo recorde e estivada com milhares de troncos de palmeiras.

Com tino, energia, recursos financeiros e respaldo político, Caxias procurou imprimir novo rumo à organização administrativa do exército em campanha, acelerando providências, sanando lacunas, tomando as medidas que eram possíveis. Januário João Del Re, em sua obra "A Intendência Militar Através dos Tempos" (Rio, Bibliex, 1955), citando o Almirante Jaceguay, diz : "a verdade é que na administração do nosso exército só se cuidou seriamente de hospitalização, ambulância, higiene, alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio de acampamento, depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando-em-chefe."

Contudo, persistiam as notórias deficiências do sistema de aprovisionamento, feito por concessão a contratantes, já que não dispúnhamos de serviço de intendência militar organizado e a experiência com o chamado *comissariado* não tinha dado bom resultado em campanhas anteriores.

Considerado mais simples, expedito e eficiente que este último, "eivado de todos os inconvenientes de uma repartição do estado, com as inerentes complicações de uma multidão de empregados, incumbidos de comprar e distribuir

DIRETORIA DO IHGRGS

Presidente
Gervásio Rodrigo Neves

1º Vice-Presidente
Earle Macarthy Moreira

2º Vice-Presidente
Braz Augusto Aquimo Brancato

Tesoureiro-Geral
Miguel Frederico do Espírito Santo

Tesoureiro
Eurípides Falcão Vieira

Secretário-Geral
Sérgio Alves Teixeira

Secretário
Elvo Clemente

Coordenador do Patrimônio Cultural
Márcia Eckert Miranda

Coordenador de comunicação
Celso Jaloto Ávila Junior

Conselho Fiscal
Paulo J.P. Xavier
Sérgio da Costa Franco
Telmo Lauro Müller

Comissão da Revista
Elvo Clemente
Márcia Eckert Miranda
Sérgio Alves Teixeira

MEMBROS EFETIVOS DO IHGRGS

Arno Alvarez Kern – Arthur Rabuske – Blau Fabrício de Souza - Braz Augusto Aquino Brancato – Celso Jaloto Ávila Junior – Coralio Bragança Pardo Cabeda – Earle Diniz Macarthy Moreira – Elvo Clemente – Euripedes Falcão Vieira – Fábio Kühn - Fernando O'Donnell – Flávio Loureiro Chaves- Francisco Riopardense de Macedo- Gervásio Rodrigo Neves – Heinrich Haesnack – Lothar Francisco Hessel – Luis Alberto Cibils – Márcia Eckert Miranda - Margaret Marchiori Bakos – Miguel Frederico do Espírito Santo – Moacyr Flores – Mozart Pereira Soares – Paulo J.P.Xavier – Raphael Copstein – René Ernaini Gertz - Sérgio da Costa Franco – Sérgio Alves Teixeira – Telmo Lauro Müller – Vera Lucia Maciel Barroso

MEMBROS CORRESPONDENTES DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL QUADRO GERAL

ADILSON CEZAR
ALFREDO MANUEL SÁNCHEZ MUÑOZ
ANA LUIZA SETTI RECKZIEGEL
ANGIONE COSTA
ANTÔNIO GONÇALVES MEIRA
ANTÔNIO TAVARES PINÃO
CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORREA
CARLOS TASSO DE SAXE C. E BRAGANÇA
CLÁUDIO MOREIRA BENTO
CONSUELO PONDE DE SENA
DANIEL ORTEGA RICAURTE
DAVIS RIBEIRO DE SENA
ELISEO POPOLIZIO
ENÉLIO LIMA PETROVICH
FERNANDO O.ASSUNÇÃO
FRANCISCO DAS NEVES ALVES
GENUINO ANTÔNIO FERRI
HÉLIO LEÔNCIO MARTINS
HILGARD O'REILLY STERNBERG
JALI MEIRINHO
JEAN ROCHE
JONAS DE MORAES CORREIA NETO
JORGE D'ESCRAGNOLLE TAUNAY
JOSÉ ADIRSON DE VASCONCELOS
JOSÉ ALFREDO SCHIERHOLT
JOSÉ ANTÔNIO FALCÃO
JOSÉ BUENO DE OLIVEIRA DE AZEVEDO FILHO
LUIZ FELIPE DA SILVA WIEDEMANN
LUIZ FERRAND DE ALMEIDA
LUIZ LAVANÈRE
MÁRIO GARDELIN
OLÍMPIO COSTA JÚNIOR
PEDRO GASTÃO DE ORLEANS E BRAGANÇA
PEDRO JACINTO DE MALLET JOUBIN
RAMON DE CASTRO ESTEVES
RAYMOND PEBAYLE
ROSELYS VELLOSO RODERJAN
SALVATORE CANDIDO
SETEMBRINO A. PEREDA
TITO LIVIO FERREIRA
TÚLIO VARGAS
VICTORINO COUTINHO CHERMONT DE MIRANDA
WALTER FERNANDO PIAZZA

MEMBROS BENEMÉRITOS E HONORÁRIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL

GETÚLIO DORNELLES VARGAS	GRANDE BENEMÉRITO
EDGAR LUIZ SCHNEIDER	BENEMÉRITO
GUILHERMINO CESAR DA SILVA	BENEMÉRITO
ILDO MENEGHETTI	BENEMÉRITO
JOÃO MARIA BENTO BALEM	BENEMÉRITO *post mortem*
MEM DE SÁ	BENEMÉRITO
THOMAZ CARLOS DUARTE	BENEMÉRITO
WALTER PERACHI BARCELOS	BENEMÉRITO
WALTER SÓ JOBIM	BENEMÉRITO
ALTINO BERTHIER BRASIL	HONORÁRIO
ANTONIO AUGUSTO BORGES DE MEDEIROS	HONORÁRIO
FLORÊNCIO CARLOS DE ABREU E SILVA	HONORÁRIO
FRANCISCO PEREIRA RODRIGUES	HONORÁRIO
JOAQUIM FRANCISCO DE ASSIS BRASIL	HONORÁRIO
LEONARDO MACEDÔNIA FRANCO E SOUZA	HONORÁRIO
MANOEL THEÓPHILO BARRETO VIANNA	HONORÁRIO
PAULO BROSSARD DE SOUZA PINTO	HONORÁRIO
PROTÁSIO ANTÔNIO ALVES	HONORÁRIO

SUMÁRIO

7 ARTIGOS

9 **Logística e fornecedores na guerra do Paraguai**
Corálio Bragança Pardo Cabeda

19 **A nova modernidade: transterritorialidade e poder global**
Eurípedes Falcão Vieira; Marcelo Milano Falcão Vieira

37 **O poder na aldeia: as elites locais na fronteira da América Portuguesa, Viamão (1763-1773)**
Fábio Kühn

57 **Abeillard Barreto e a produção historiográfica sul-riograndense: dois breves estudos de caso**
Francisco das Neves Alves

77 **Duas questões de geografia histórica da cidade de Porto Alegre**
Gervásio Rodrigo Neves; Liana Bach Martins

93 **A mulher em Qorpo-Santo**
Lothar Hessel

99 **Município de São Lourenço do Sul**
Luis Alberto Cibils

111 **A respeito de um juramento**
Raphael Copstein

115 **Alemães e luso-bresileiros em confronto**
Sérgio da Costa Franco

123 **Jerônimo Francisco Coelho um liberal na formação do II Império**
Carlos Humberto P. Corrêa

155 **Dom Pedro I à procura de uma noiva**
Dom Carlos Tasso de Saxe-Coburgo e Bragança

163 DOCUMENTAÇÃO

165 **Arquivos privados: fundos documentais**

169 **Ribeiro de Almeida**
Paulo Xavier

193 **Revolução de trinta: a ação tenentista garantiu a vitória**
Davis Ribeiro de Sena

199 **Índice das principais matérias contidas no anuário do Rio Grande do Sul, dirigido por Graciano de A. Azambuja (1885-1914)**
Equipe de pesquisa do IHGRGS

219 **A "Coleção de Angelis" no Instituto Anchietano de pesquisas, em São Leopoldo, RS (Brasil) oua a obra vital de Pe. Arnaldo Bruxel, S.J.: exposição de caráter informativo**
Arthur Rabuske, S.J.

235 **Vianna Moog**
Telmo Lauro Muller

239 **Parecer da Comissão de História sobre a importância histórica, geográfica e cultural da Serra do Caverá**

247 **Parecer da Comissão de História sobre a data de fundação de São Sepé**

253 NOTICIÁRIO

- Homenagem a Mozart Pereira dos Santos
- Patrimônio documental
- Prêmio Rodrigo de Mello Franco de Andrade de 2006
- Abertura da exposição Porto Alegre, de geografia e arte
- Eventos culturais promovidos pelo Instituto e realizados em sua sede Outubro 2005/ Novembro 2005
- Sessão solene de posse da diretoria para o biênio 05/08/2006 a 05/08/2008
- Assinatura de convênios
- Projetos em andamento
- Novos projetos em fase de apreciação
- Serviços oferecidos pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

ARTIGOS

LOGÍSTICA E FORNECEDORES NA GUERRA DO PARAGUAI

Coralio Bragança Pardo Cabeda

1. Introdução

As questões logísticas foram de crucial importância no desenvolvimento das operações da Guerra do Paraguai. Nelas, estão muitas causas da longa inatividade dos exércitos aliados, do adiamento de importantes operações, da fome que a tropa sofreu, da perda de cavalhadas e cargueiros por falta de forragem, da inviabilização da abertura de uma segunda frente (documentada por Taunay no clássico "A Retirada da Laguna") e do prolongamento da guerra por cinco longos anos, consumindo 613.000 contos de réis do Império, quantia avultada para a época.

O Brasil entrou em guerra sem dispor de serviço de intendência adequadamente organizado para atender a um exército cujos modestos efetivos de tempo de paz foram multiplicados em situação de emergência e obrigado a operar em teatros longínquos em relação às suas bases de apoio.

Vivíamos na infância das ferrovias, reduzidas a alguns escassos quilômetros. As comunicações com as províncias faziam-se através da navegação, ou por intermédio de cargueiros e carretas. Estradas e obras de arte, escassas ou inexistentes. Tudo isso representou pesada servidão para o abastecimento do exército em campanha, tanto na regularidade dos suprimentos quanto na elevação do seu custo, à medida que se alongavam as linhas de comunicação.

Deslocando-se o teatro de operações para o território inimigo, agravaram-se os obstáculos pelo desconhecimento quase absoluto do país, da sua fisiografia, das suas comunicações e dos seus recursos econômicos. Não se dispunha de cartas geográficas em escala adequada e o longo isolamento em que viveu sob o governo Francia, aliado às restrições impostas a viajantes estrangeiros nos dois governos seguintes, tornavam o Paraguai remoto e quase inacessível.

Praticamente, a única via de acesso era o rio, através do qual, aliás, processavam-se as nossas comunicações com a província de Mato Grosso. Barrado em Humaitá por poderosa posição fortificada, mesmo essa via seria prontamente interditada em caso de guerra.

Chama a atenção na literatura sobre o conflito a ausência quase total de referências à obra de Alfredo M. Du Graty, "La República del Paraguay" (Besanzon, Imprenta de José Jacquin, 1862), publicada em tradução espanhola

de Carlos Calvo dois anos antes do início das hostilidades. Du Graty era, em 1864, o encarregado de negócios do Paraguai em Bruxelas, depois de exercer iguais funções em Paris e Londres, e seu livro poderia ter fornecido utilíssimas informações ao planejamento das operações, como tábuas itinerárias, hidrografia, clima, recursos econômicos, coordenadas geográficas das localidades, comunicações, etc. Embora não tivesse o condão de evitar os problemas logísticos com que os aliados se defrontaram, essas informações não deixariam de interessar a um bom serviço de estado-maior.

Em que pese a importância capital da logística, ela não tem motivado, como seria desejável, os autores que estudaram a guerra, geralmente voltados para as questões político-diplomáticas, para as biografias de estadistas e generais e para a descrição dos eventos bélicos propriamente ditos.

É possível que a insuficiência de dados estatísticos, o desconhecimento de suas fontes ou a falta de tratamento adequado estejam na raiz dessa lacuna.

A abordagem mais recente e mais ampla, de nosso conhecimento, é o livro de Divalte Garcia Figueira, "Soldados e Negociantes na Guerra do Paraguai" (São Paulo, Humanitas FFLCH-USP : FAPESP, 2001), que também identifica alguns fornecedores do Exército Imperial, provavelmente os mais importantes, entre os quais dois com interesses no Rio Grande do Sul.

2. Depoimentos

Francisco Cunha, político, jornalista e diplomata, irmão de Félix da Cunha e dedicado amigo do General Osório, foi confidente deste e seu secretário informal. Do tempo passado no Paraguai, deixou-nos interessantes observações, que ocupam um capítulo inteiro de suas alentadas "Reminiscências" (Rio, Imprensa Nacional, 1914), publicadas postumamente. É obra geralmente ignorada na bibliografia da guerra, mas contém fatos que não escaparam à perspicácia do autor.

Desde o comando de Osório, o Exército lutou com a falta de cavalos e cargueiros, devido à grande mortandade dos animais pela falta de forragem, entregues que estavam ao pastoreio em zona de pastos ralos e de fraco valor nutritivo. Não se previra a necessidade de alimentá-los com milho e alfafa, por desconhecimento das condições agrostológicas locais, confiando-se no costume advindo das campanhas militares sulinas, que era soltá-los nas pastagens nativas.

Isso implicou em freqüentes aquisições de solípedes, com despesas adicionais e questionamento ao comandante-em-chefe, com os desgastes e irritações imagináveis.

Em Tuyuty, a maior batalha campal da guerra, a cavalaria brasileira teve de combater a pé pela falta de cavalhada, fato que também impediu a exploração do êxito, complemento necessário da vitória.

A experiência acabou por demonstrar a necessidade de mudança da orientação até então consagrada, passando-se ao forrageamento de mulas e cavalos, despendendo-se 1.500 a 2.000 contos de réis-ouro mensalmente... (apud Francisco Cunha, op. cit.).

Caxias comissionou oficiais para encarregarem-se da remonta e forragem, como foi o caso do então Capitão (mais tarde General honorário) Luiz Alves Pereira, na cidade argentina de Rosario, do qual temos cópias da correspondência.

Essa medida bem avisada limitou abusos, pois a pressão da demanda, em face das necessidades operacionais, deveria provocar a elevação dos preços e atiçar a especulação. Isso também ocorria no preço do gado para munício da tropa, principalmente nos primeiros dias da invasão do território paraguaio, quando as deficiências de organização eram maiores. Tasso Fragoso, em sua conhecida "História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai" (Rio, Bibliex, 1957, 2ª edição), diz que Mitre, referindo-se ao auxílio que os aliados entre si prestavam, socorrendo-se de reses para abate, escrevera ao seu vice-presidente, "se eles [os brasileiros] dispõem de mais abundância é porque não olham o preço; em certos momentos, têm adquirido tropas que nos eram destinadas, pagando por uma rês até 14 patacões, o que produziu uma alta no preço do gado."

O general argentino, sempre preocupado com a alimentação dos soldados, à base de carne, sujeita a percalços no fornecimento, pretendeu substituí-la distribuindo algumas carretas por batalhão, que transportariam gêneros como charque, bolacha e arroz, entrando a carne apenas como complemento.

O charque (*jabá* para os nordestinos) e a farinha também compunham o rancho dos soldados brasileiros e o seu fornecimento e transporte, em várias fases da guerra, foi precário.

Osório, campeiro e experiente, resolveu parte dos problemas de transporte por tração animal entregando a sua direção a um homem de confiança, o Major Machado.

Esse guarda-nacional, segundo Francisco Cunha, tornou-se lendário em todo o exército. Carreteiro de profissão, era muito conhecedor do seu ofício e suas *comitivas* de carretas chegavam sempre a tempo e à hora onde eram aguardadas, vencendo os obstáculos do terreno. Machado seria o *vago-mestre* de Osório, como era chamado no antigo exército o oficial responsável pelo transporte.

3. A persistência dos problemas logísticos

Não obstante as providências tomadas ao longo da campanha para melhorar o deficiente apoio logístico, as falhas persistiram até ao final da guerra em 1870.

A contribuição da Marinha Brasileira foi inestimável, pois, destruída a esquadra paraguaia em Riachuelo, garantiu-se a liberdade de navegação de Buenos Aires e Montevidéu até Corrientes, permitindo o estabelecimento de depósitos, oficinas e armazéns nessa cidade e a invasão do território inimigo.

A progressiva conquista das fortificações ao longo do rio Paraguai, culminando com a tomada de Humaitá, sua maior praça forte, ampliou o raio de ação dos transportes e das bases aliadas, abrindo o caminho para o desembarque em Asunción.

Além do domínio das vias fluviais, as melhores "estradas" disponíveis e, por isso mesmo, objetivo estratégico de primeiríssima ordem, a Armada, através do Arsenal de Marinha e do Laboratório Pirotécnico, localizados no Rio de Janeiro, produziu navios, munições, explosivos, sobressalentes, peças e componentes diversos, em grande esforço industrial para a época. Tudo complementado pelo estabelecimento de importante base avançada na ilha do Cerrito, no rio Paraná, onde os navios eram reparados e supridos e também se fabricava munição, como informa nosso membro-correspondente, Vice-Almirante Hélio Leôncio Martins, em "A Estratégia Naval Brasileira da Guerra do Paraguai" (Revista Marítima Brasileira, 3º trimestre, 1997).

Durante o comando de Caxias, a bem planejada e executada "Dezembrada" desbordou as posições paraguaias, tomando-as de revés após furiosos combates em que, praticamente, foi quebrada a espinha dorsal do exército inimigo. Para isso, foi fundamental o concurso da Armada e uma arrojada obra da engenharia militar brasileira, a chamada "estrada do Chaco", construída em tempo recorde e estivada com milhares de troncos de palmeiras.

Com tino, energia, recursos financeiros e respaldo político, Caxias procurou imprimir novo rumo à organização administrativa do exército em campanha, acelerando providências, sanando lacunas, tomando as medidas que eram possíveis. Januário João Del Re, em sua obra "A Intendência Militar Através dos Tempos" (Rio, Bibliex, 1955), citando o Almirante Jaceguay, diz : "a verdade é que na administração do nosso exército só se cuidou seriamente de hospitalização, ambulância, higiene, alimentação, vestuário apropriado, abrigo da tropa e asseio de acampamento, depois que o Marquês de Caxias assumiu o comando-em-chefe."

Contudo, persistiam as notórias deficiências do sistema de aprovisionamento, feito por concessão a contratantes, já que não dispúnhamos de serviço de intendência militar organizado e a experiência com o chamado *comissariado* não tinha dado bom resultado em campanhas anteriores.

Considerado mais simples, expedito e eficiente que este último, "eivado de todos os inconvenientes de uma repartição do estado, com as inerentes complicações de uma multidão de empregados, incumbidos de comprar e distribuir

Como se vê, frustravam-se as esperanças depositadas pelo Conselheiro Francisco Otaviano em novo e melhor contrato. O arrematante brasileiro cobrava pelas *etapas* valores bem maiores do que os praticados pelos fornecedores do General Osório.

Neste artigo, pretendemos apenas dar uma notícia sobre a importante questão logística, razão pela qual sugerimos a leitura do livro de Divalte Figueira, já citado, provavelmente a melhor fonte disponível no momento.

Em 1867, Sales foi substituído por Antônio Gomes Pereira, comerciante de Cachoeira [do Sul], o que nos despertou a curiosidade pelo assunto.

Figueira poucas informações dá sobre o novo contratante, salvo que se obrigava a abastecer, além do Corpo de Exército do Barão de Porto Alegre, também as forças do Brigadeiro José Gomes Portinho, cachoeirense e veterano farroupilha, então acampado na província de Corrientes.

A primeira referência que encontramos sobre Antônio Gomes Pereira veio-nos do Rio de Janeiro, através do confrade Coronel Antonio Gonçalves Meira. Tratava-se do livro de João Cunha, "Guerra do Paraguai. Indiscrições de um Soldado" (Uberlândia, ed. do autor, s.d.), reunindo cartas de Miguel Antônio Freixo, tenente-secretário do 36º Batalhão de Voluntários da Pátria (Maranhão), que integrou o 2º Corpo de Exército. É outra obra quase ignorada pela bibliografia do conflito.

Em sua passagem por Cachoeira, em fins de setembro de 1865, Freixo conheceu uma jovem, que identifica como "filha do Fornecedor Geral do Exército...do homem mais poderoso do sul, que possui mais de 1.800 contos em dinheiro, e que, na presente guerra, liquidará, sem dúvida, uns 3.000 contos !..."

À parte os exageros de Freixo, procuramos identificar o tal Fornecedor Geral, cujo nome foi encontrado na obra de Figueira.

Através da Profa. Miriam Ritzel e do Dr. Fritz Strohschoen, dedicados historiadores locais, soubemos que Antônio Gomes Pereira era membro de uma das famílias mais importantes da então Vila Nova de São João da Cachoeira, comerciante, proprietário e vereador no período 1861-1864. Seu pai, Joaquim Gomes Pereira, proprietário, foi eleito vereador da primeira Câmara, em 1820, e novamente em 1822, 1829 (presidente) e 1835. Foi juiz ordinário (1820) e juiz almotacé (1830).

É, hoje, nome praticamente esquecido, não obstante as importantes funções exercidas na vida comunitária e o contrato que arrematou, para o qual seria necessário mobilizar capitais de vulto.

Antônio Gomes Pereira e sua esposa Maria Cândida Nunes organizaram um livro dedicado aos filhos, intitulado "Recordações de Família", pelo qual se podem conhecer os seus entrelaçamentos sociais com antigas famílias da localidade.

Esperamos, com este artigo, resgatar um pouco de sua vida e de suas atividades empresariais.

De todos os fornecedores, os mais importantes parecem ter sido os argentinos Ambrosio Plácido Lezica e Anacarsis Lanús, que substituíram Mariano Cabal e Apolinario Benítez como abastecedores do 1° Corpo de Exército e ampliaram a sua atuação até abarcar todas as forças em campanha.

Mais estruturados, dispondo de amplo crédito em Buenos Aires, esses empresários tornaram mais regulares os fornecimentos e possibilitaram a redução no custo das *etapas*, que eram objetivos do nosso Ministro no Prata (Francisco Otaviano).

Francisco Cunha, que estava no Paraguai na ocasião, apresenta versão não consignada por Figueira, para a escolha desses dois novos contratantes.

Segundo ele, teria sido José Cândido Gomes, correspondente do Jornal do Commercio e com boas relações políticas na Corte, o intermediário nas negociações com Lezica & Lanús, empresa constituída para fornecimento ao exército argentino. Acordadas as condições, Gomes teria recebido a comissão de 40 réis por *etapa* fornecida, o que lhe teria rendido, ao final da guerra, a apreciável quantia de 2.000 contos de réis....

O mesmo autor informa que, mais tarde, Gomes teria sido aquinhoado com a concessão da ferrovia Itaqui-Barra do Quaraí, depois repassada a empresa estrangeira que a construiu e explorou.

Não foram isentos de falhas os serviços dos novos arrematadores, principalmente durante a fase final das operações, sob o comando do Conde D'Eu, quando o exército teve de internar-se na perseguição dos restos das forças de López na "Campanha das Cordilheiras".

Pretendendo-se realizar nova licitação ao término do contrato, retraíram-se os dois empresários, o que ocasionou enormes dificuldades no abastecimento regular das tropas, sobrevindo a fome e a revolta do comandante-em-chefe, que já mencionamos em item anterior.

Em situação de emergência, encomendaram-se rações à Casa Mauá, de Montevidéu, que chegaram a Asunción quando os contratantes já haviam regularizado os embarques.

5. Conclusões

Como vimos, a Guerra do Paraguai foi um teste pesado para a organização do Exército Brasileiro, revelando os defeitos de sua estrutura e de seus serviços essenciais, principalmente no aspecto logístico.

Experimentou-se alternativa ao chamado *comissariado*, que não dera bons resultados por despreparo do pessoal, burocracia e abusos verificados em cam-

panha anterior. O novo sistema adotado, a licitação do fornecimento de víveres, forragens, cavalhada e animais de tiro por particulares não se mostrou muito melhor. Os contratantes, logicamente, buscaram maximizar os seus lucros, com implicações na qualidade dos gêneros, na regularidade dos transportes e na especulação do valor das *etapas*. Para coibir esses abusos seria necessária adequada e competente fiscalização, que, à altura, também não havia, pelo menos em número desejável na organização vigente.

Chefes, oficiais e funcionários procuraram contornar ou amenizar os defeitos da nossa estrutura administrativa. Relatos abonadores da seriedade com que muitos desempenharam suas funções existem, citando, apenas para exemplo, o Brigadeiro José Gomes Portinho (in Achylles Porto Alegre, "Homens Illustres do Rio Grande do Sul").

Outro inconveniente, muito sério, dessa dependência de contratantes estrangeiros era o fato de eles ficarem conhecendo, previamente, os deslocamentos estratégicos do nosso exército, pois teriam de entregar gêneros, forragem e animais em pontos predeterminados, o que contraria as mais elementares regras de segurança das operações.

Concluída a campanha, ouviram-se as opiniões de chefes destacados sobre o momentoso problema.

Infelizmente, as lições foram cedo esquecidas, repetindo-se os defeitos, as falhas, as irregularidades e os problemas em expedições posteriores, a mais dramática das quais talvez fosse a infeliz campanha de Canudos.

Como disse o Gen Tasso Fragoso, antigo Chefe do Estado-Maior do Exército, em cuja obra colhemos muitas informações, somente com a vinda da Missão Militar Francesa, após o término Primeira Guerra Mundial [1919], é que fomos contar com Serviço de Intendência adequadamente organizado e pessoal qualificado.

A NOVA MODERNIDADE: TRANSTERRITORIALIDADE E PODER GLOBAL

Euripedes Falcão Vieira [1]
Marcelo Milano Falcão Vieira [2]

Sumário: 1. Introdução; 2. Modernidade global; 3.Ordem transterritorial; 4. Enfraquecimento da relação estado/nação; 5. Interatividade e novos significados; 6. Considerações finais.

Resumo: Este artigo é um ensaio reflexivo sobre a presente atualidade. Trata a modernidade global como uma transitividade, um cenário de rupturas e mudanças epistemológicas, configurando um tempo de incertezas de sentido conceitual e de prática existencial. Há como que uma inconsistência lógica na ordem transterritorial diante dos desequilíbrios de forças atuantes no tempo-espaço global. Há, também, e de forma claramente presente aos pressupostos da análise político-social, uma desfiguração na relação estado/nação, cujas conseqüências são fortemente sentidas na ordem interna nacional. Destaque, igualmente, para os novos valores representados por significados, signos e símbolos da interatividade transterritorial. Há uma nova realidade compondo a arquitetura da sociedade global. A abordagem de contexto tem caráter transdisciplinar, o que amplia o campo de visão à análise e compreensão da realidade.

Palavras chaves: modernidade global; ordem transterritorial; estado/nação; interatividade.

1. Introdução

Um novo tempo está presente; o tempo de uma época de mudanças e rupturas. A alta tecnologia, o conhecimento, a informação, os poderes

[1] **Euripedes Falcão Vieira** é Doutor em Geografia pela Universidad Del Salvador, Buenos Aires e Bacharel em Ciências Políticas e Econômicas. Foi Reitor da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Educador Emérito do Rio Grande do Sul; Mérito Educacional da FURG; Mérito Comunitário; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Interesses atuais de pesquisa: geoestratégia dos espaços econômicos; poder e gestão do território. E-mail: euripedesfalcao@terra.com.br falcaovieira@vetorial.net

[2] **Marcelo Milano Falcão Vieira** é Ph.D. em Administração pela University of Edinburgh, Escócia. Professor adjunto da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV). Pesquisador do CNPq. Seus interesses de pesquisa estão ligados à influência do poder e do ambiente institucional na estruturação das organizações; formação e estruturação de campos organizacionais; e dinâmica de setores organizacionais. E-mail: mmfv@fgv.br

transterritoriais produziram novas relações sociais e soberanias nacionais compartilhadas. Recentemente, deu-se a ruptura da ordem internacional, o fim de uma paridade de forças bipolares, e a ascensão do poder unilateral, cujas conseqüências militares e econômicas formam a grande perplexidade do cenário global. As forças econômicas transterritoriais, particularmente, avançaram em ondas sobre as territorialidades nacionais, afetando as soberanias e alterando as forças internas de sustentação do Estado-nação.

O Estado é o poder instituído da sociedade organizada. A nação é a sociedade simbólica. O Estado, a nação e o poder são ordenados em torno do território, da bandeira, do hino e do consciente coletivo. O intimismo entre essas concepções e símbolos maiores é fundamental à soberania do Estado-nação. São forças internas prevalentes, estruturas simbólicas nacionais mantidas acima da ordem instituída em cenários transterritoriais. Mas não é o que na atualidade se esboça como forma de evolução do Estado nacional. As perspectivas e as realidades nos anos de passagem de uma modernidade a outra – pós-modernidade - mostram uma modelagem de Estado diferente, fortemente atuante no tempo-espaço econômico global e dissonante internamente, em cada imaginário social. De certo modo sempre houve uma dimensão acima da representatividade do Estado nacional. As atividades econômicas na seqüência do impulso civilizador, os interesses políticos dominantes e as influências culturais sempre exerceram maior ou menor poder sobre as sociedades nacionais. Contudo, mesmo no caso de perdas territoriais por conquista, a unidade nacional se manteve e sempre reagiu contra as formas de dominação. Cedo ou tarde a fadiga do domínio derrubou o poder de supremacia e as sociedades nacionais se recompuseram em suas formas, signos e símbolos.

A força telúrica das nacionalidades se impôs em territorialidades antigas, sempre predispostas à reação diante de poderes externos. Constituídas em tempos remotos à razão imemorável, nação e território constituíram uma identidade única e irrevogável. Unidade que transpôs dominações, genocídios, miscigenações e aculturações, mas perene no imaginário nacional e nos símbolos a ele identificados. Mesmo nos territórios onde se desenrolaram ações de genocídio contra populações nativas, algo ficou como uma territorialidade base à construção de nacionalidades, de estados e formas de poder. Nas territorialidades-nações, que se tornariam Estados-nações institucionais, ergueram-se os símbolos das sociedades emergentes. As fragmentações territoriais representaram na América Latina, particularmente, os domínios de antigas civilizações, de núcleos nativos retardatários e a ocupação de vastos espaços vazios. A conquista e a posse de territorialidades continentais foi um gigantesco esforço carregado de significações de ordem material e espiritual.

As relações que se estabeleceram entre o Estado, a nação e o território garantiram a sobrevivência das novas sociedades americanas. Em tempos dife-

rentes as sociedades que se edificaram com a onda colonizadora formaram seus Estados e suas ordens de poder. As rupturas com as ordens políticas de origem fundamentaram as novas ordens políticas nacionais, ainda que sob influências não revogadas totalmente. Em todos os níveis de evolução das sociedades americanas, os vínculos originais permaneceram fortes, embora diferenciados em grau e mérito. Na América do Norte nação e território tiveram processos evolutivos identificados com diversas matrizes civilizadoras, compondo estruturas nacionais étnicas e religiosas de maior heterogeneidade. A América Latina, predominantemente ibérica, manteve por tempo mais longo estruturas coloniais, com amplo domínio político, religioso, econômico e elitista matricial. Os Estados nacionais, com perdas significativas pelo maior tempo de influência externa, e absorvendo grande parte do retardamento cultural e social das estruturas nativas desorganizadas, mantiveram, ainda, assim, o simbolismo do território-nação.

As antigas estruturas agrárias, predominantes em grande parte dos estados nacionais latino-americanos foram, parcialmente, suplantadas pelo processo industrial. O século XX assistiu a introdução da era industrial particularmente no Brasil, Argentina, Chile e México. Contudo, mesmo nesses países a base agropecuária, e mineira, se manteve forte até a presente atualidade. A evolução tecnológica e organizacional provocou o direcionamento das atividades econômicas primárias a formatos empresariais de alta tecnologia. Essa mudança condicionou uma nova base sociológica e econômica no arcaico ruralismo regional. A economia oriunda da terra se recuperou e fortaleceu a ponto dos agronegócios (1/3 da economia brasileira) assumirem destacada importância nas relações de trocas internacionais. No contraponto, a dramaticidade social ganhou novos contornos na clivagem dos tempos de mudança.

A modernidade global trouxe novos choques às ordens nacionais. A transterritorialidade produtiva, os mercados e os poderes globais enfraqueceram a ordem e os poderes nacionais. A passagem de uma a outra ordem produziu descompassos na estrutura social, abalos que não puderam ser evitados pela própria rapidez das mudanças, inserções e novas dependências. As desestruturações internas aguçaram o conflito entre o Estado e a Nação. Há um crescente afastamento entre o Estado e a sociedade nacional, impulsionado pela perspectiva global, inundada de novos interesses, valores e símbolos. O Estado (República) na América Latina caminha em direção a negociações econômicas globais; os interesses sociais no plano interno ficam subjacentes. O Estado, na verdade, atua mais como preposto de interesses transterritoriais, claramente sobrepostos aos objetivos nacionais. Há, evidentemente, na nova realidade, perda da interatividade entre Estado e Nação.

A sociedade do ciberespaço-tempo é um horizonte de novas luzes e eventos que começa a modelar o sujeito individual, o sujeito coletivo e a sociedade

como totalidade nacional. A mudança de comportamento é uma inflexão do sujeito atuante que se encaixa em nova estrutura cognitiva comandada pela tecnologia microeletrônica. A configuração tempo-espaço como realidade virtual incorporada ao modo de vida pressupõe uma adequação da agenda organizacional. Segue-se um ciclo de mudanças, inovações e formas comportamentais simétricas ao domínio tecnológico contínuo do cotidiano. Os ciclos de mudanças se inserem na fenomenologia da sociedade, cuja dinâmica produziu, ao perpassar dos anos, formas simbólicas de domínio social.

A sociedade dos novos paradigmas, na introdução à época cibernética, acentua uma dissonância sistêmica. O crescimento econômico não é propriamente um projeto de desenvolvimento baseado em estratégia social. Os indicadores do crescimento quase sempre se contrapõem aos índices de desenvolvimento humano. Isso significa que crescimento como meta do sistema capitalista pode alcançar alta significância de desempenho e resultados positivos, porém, pouco ou nada tem a haver com o desenvolvimento tomado como o conjunto harmônico das atividades econômicas e os avanços sociais. Pode-se considerar essa uma das bases das desigualdades sociais, assim como a disfunção cultural que conduz a um conformismo responsável pela perenidade do paradoxo do crescimento.

Na atual ordem global Estado-nação não pode ser conceituado como o foi durante o período da modernidade industrial. A ordem internacional mudou e com ela os poderes escaparam rapidamente das dimensões nacionais para uma configuração transterritorial. Os poderes globais transcendem amplamente à territorialidade e à soberania nacionais. São poderes dominantes ou compartilhados, mas sempre poderes que provocam rupturas de identidades.

2. Modernidade global

A sociedade que rompeu o terceiro milênio viu e sentiu a onda inovadora. Não, naturalmente, em sua totalidade, em vista das diferenças temporais do impulso civilizador, da maior ou menor capacidade de acompanhar o ritmo das transformações e da base cultural sobre a qual se alicerçam as sociedades instituídas. Há uma sociedade humana total e há sociedades nacionais diferenciadas em núcleos simbólicos. Tomada em sua totalidade, a sociedade humana é um engenho de criação, desenvolvimento, cultura, saber e arte. O estágio atual pode ser considerado uma etapa avançada de conhecimento, como, também, um tempo retardatário, freado pelas ideologias e teologias dominantes até seus esgotamentos. As conquistas tecnológicas e científicas seguramente teriam atingido etapas mais avançadas sem os condicionamentos impostos por sectarismos prevalentes em largos períodos da evolução humana. A dura luta pela seculari-

zação das idéias permitiu uma posição de fronteira para o pensamento, consolidando a especulação científica e o poder de criação e renovação permanente da tecnologia. Saindo de posições absolutistas na condução da sociedade e da ciência, a capacidade humana viu-se, em dado momento, diante de um mundo de relatividades e de incertezas. No novo plano à especulação científica e às percepções de realidades mutantes, a sociedade começou a quebrar a inércia do desenvolvimento e, rapidamente, projetar o conhecimento à práxis da vida cotidiana.

A modernidade global não representa uma simples etapa da longa modernidade industrial. Não foi apenas um nó desamarrado, mas um golpe que a cortou, uma ruptura, uma clivagem que separou definitivamente duas épocas. Olhando pela perspectiva da totalidade, a civilização humana é um sucesso. As parcialidades, porém, revelam descompassos, dissonâncias, atrasos e brutalidades na mesma escala de grandeza. Contudo, o que prevalece no mundo global é o sucesso da civilização, atrás do qual se movem os deslocados históricos e os atuais dependentes da ordem internacional. A razão global não é de solidariedades, mas de negócios, acima de nacionalidades, de soberanias e de fronteiras. A tecnologia facilitou as derrubadas das barreiras nacionais, permitindo fluxos de relações e de poder pelas cibervias do ciberespaço-tempo. A ordem transnacional movimenta fisicamente os produtos da atividade econômica – realidade concreta – mas as relações de negócios, o poder, o jogo de interesses e as rotatividades especulativas ocupam um tempo-espaço virtual; é um mundo representado pelo imaginário de códigos, símbolos e fluxos.

A modernidade global é um cenário novo de transitividade eloqüente, e provavelmente, assim se manterá por longo tempo. É o pós à modernidade anterior e que deveria fixar-se numa configuração de certezas. Mas não. A pós-modernidade - transposição de uma a outra modernidade – abriu, na verdade, um amplo leque de incertezas a caracterizar, marcar fortemente, o avanço da sociedade para os próximos anos.

3. Ordem transterritorial

A transterritorialidade é um conceito novo, ainda indefinido e carregado de novas interpretações, análises e configurações tempo-espaço. As territorialidades marcaram profundamente as nacionalidades, mesmo em circunstâncias políticas inusitadas ou dependências econômicas. As tentativas de violentar os territórios tidos como nacionais por agrupamentos étnicos resultaram, sempre, em conflitos intermináveis. Na Europa, no Oriente Médio e na África Negra ainda persistem sangrentas disputas étnicas em torno de domínios territoriais. O território é a base física da nação, sua autolimitação onde se

desenrolam os eventos simbólicos das sociedades nacionais. Nele está assentada a consciência nacional, a inspiração ao patriotismo e aos ideais nacionalistas. A ordem política e cultural em torno das territorialidades nacionais orientou o esforço pelo desenvolvimento; esforço no qual não somente os indicadores econômicos tivessem importância, mas igualmente as condições de vida, a qualidade do cidadão em sua forma de comportamento, dignidade existencial e nível de cultura. A ordem política teria de ordenar a vida nacional, exercer o poder nacional e manter firme e indissociável a unidade estado/sociedade. Ainda que as formas de governo, predominantemente, repúblicas, muitas vezes representassem formas de tirania sobre a nação, na verdade, o poder no âmbito político se voltava para dentro, para o mundo simbólico das nacionalidades. Erguer a grande nação representava o mote para o qual convergiam os esforços dos diversos segmentos da sociedade.

A territorialização da sociedade sintetiza as iniciativas individuais e coletivas de caráter econômico, social e cultural, projetando na consciência nacional os valores e signos identificados como instituições próprias. As relações políticas e econômicas internacionais para grande número de países significaram alinhamentos e dependências. As influências culturais externas, mais fortemente exercidas, vinham com o movimento migratório, um notável cenário de incorporação de costumes e comportamentos. Contudo, nada enfraquecia o sentido de territorialidade e dos comandos nacionais. As tecnologias, mesmo as importadas, eram representadas por objetos pesados e fixos, montados em grandes fábricas, o que levaria BAUMAN (2001, p.132), a falar em "modernidade pesada".

A expansão das grandes empresas em busca do domínio de mercados produziu, no século XX, o chamado imperialismo econômico. Empresas de grande porte deixaram suas territorialidades e se instalaram em pontos chaves dos espaços mundiais. Essa é a primeira fase de um processo econômico que se desdobraria em poder e influência de poder dentro das territorialidades nacionais. O aparato das tecnologias mecânicas, pesadas, configurou uma geoestratégia de fixidez, de longa duração, e de certa forma, incorporando a unidade multinacional à vida e aos hábitos de consumo de cada país. Numa segunda fase, as grandes empresas multinacionais passaram a atuar regionalmente, mas limitadas pelas regras impostas em cada território nacional. Após a segunda guerra mundial, em pleno domínio das empresas multinacionais em todos os continentes, começa a germinar as sementes de nova dimensão tecnológica, cujo espectro delineava, fatalmente, uma ruptura de época tão marcante como o foi a do século XVIII com a introdução da máquina a vapor.

A partir de 1970, a microletrônica revoluciona os meios e métodos de produção, circulação e informação. A era industrial, a modernidade pesada de Bauman ou para outros a modernidade industrial começa a declinar. Inicia-se,

principalmente, na década de 90, um conjunto de profundas e rápidas transformações na sociedade. Do ponto de vista da primazia de produção, o tempo-espaço então configurado passou a ser conhecido como era pós-industrial; porém no conjunto de mudanças na sociedade e nas relações internacionais representou uma transposição de época. É o inicio da época pós-moderna, do ciberespaço-tempo e suas cibervias, da primazia do conhecimento, dos novos valores, significâncias, signos e símbolos. A materialização da vida - realidade física - tem forte concorrente: a realidade virtual. Na seqüência dos eventos entra em cena a multipolaridade produtiva, não na forma acabada, mas na de componentes que viajam pelo mundo em direção às montadoras. É a globalização da produção, a queda das barreiras nacionais, a desterritorialização dos espaços nacionais, as perdas de comandos internos estratégicos e, conseqüentemente, de parte das soberanias. Um altar-mor global se ergue sobre os escombros da antiga ordem industrial e da modernidade a ela intrínseca. A ordem transterritorial se impõe; os poderes globais se sobrepõem aos poderes nacionais.

A ordem econômica transterritorial vem sendo modelada em diferentes formatos geográficos. O multilateralismo econômico é uma conseqüência natural de interesses de produção-consumo regionais. Os blocos regionais se formam politicamente com a intenção de assegurar aos países membros melhores condições de participação no comércio internacional. Nesse sentido há fortes articulações à definição de geoestratégias para os espaços econômicos globais. Os territórios passam a ser objeto de estratégias globais em contexto de multipolaridade produtiva. As cadeias de produção se instalam em territorialidades nacionais, desterritorializadas na operacionalização dos fluxos de demandas e decisões. Como as unidades produtoras de componentes e as montadoras estão em espaços redefinidos – lugares-globais – em várias partes do mundo, os fluxos físicos da produção se movimentam em teias de distribuição. Paralelamente, ao movimento físico, ocorre outra movimentação, a dos fluxos que comandam as relações de negócios pelas cibervias. A ordem econômica global configura, pois, um tempo-espaço de realidades físicas e virtuais, vinculadas, estreitamente, na cumplicidade dos interesses em jogo.

A transterritorialidade é uma ordem de seqüências econômicas produzidas na dinâmica global. A fragmentação da territorialidade total em lugares logísticos às estratégias de produção multidimensiona a ação e o poder em escala mundial. Os lugares de produção global interligam-se em redes físicas e informáticas, independente dos territórios nacionais onde se situam. Os governos nacionais, dentro da lógica dos investimentos externos, procuram oferecer facilidades à instalação de lugares-globais e benefícios fiscais às iniciativas de produção. Nesse sentido, a natureza dos fluxos específicos de cada unidade de produção, independente da base física, deixa de ser nacional, assumindo um

caráter transterritorial no sistema de complementação de componentes, montagens, insumos, matéria-prima e tecnologia.

Na ordem de seqüência dos eventos transterritoriais os espaços nacionais, e o que neles for produzido, entram rapidamente no tráfego global da economia. Tem-se, a partir dessa realidade, uma economia de complementações responsável pela grande movimentação internacional de bens de produção e bens de consumo. Uma conseqüência da intensificação do tráfego físico global se faz sentir na insuficiência dos meios de transporte marítimo, em processo de redimensionamento à nova realidade. Outra repercussão ocorre no incremento das exportações de países onde a inserção na economia global se deu com maior intensidade. Mas nesse caso, particularmente, ocorre, também, com maior intensidade, o paradoxo do crescimento. Indicadores econômicos favoráveis se contrapõem aos indicadores bem menos favoráveis na ordem social.

Uma característica marcante da ordem transterritorial está na flexibilidade sistêmica e nas estratégias específicas para determinadas situações. O tempo-espaço dos eventos econômicos está comprimido pela instantaneidade das tecnologias da informação. As relações que produzem fluxos de demandas e decisões não têm caráter de permanência por tempo médio ou longo. Tudo se desenrola em cenários de urgência, de rotatividade e por isso mesmo o sistema tem de ser flexível. Talvez aí se encontre o fundamento às incertezas que caracterizam a presente época. A idéia de futuro se associa à inovação, a novas tecnologias, a mudanças permanentes no modo de vida. O Estado-nação, de sua parte, não vive o projeto de desenvolvimento, mais demorado em relação ao de crescimento, mais imediato e oferecendo a sensação de sucesso à gestão de apoio em que se transformou o Estado-república. A transterritorialidade é uma idéia de flexibilidade territorial e de incerteza nos arranjos que orientam a ordem econômica. Não é, conceitualmente, um lugar fixo, do qual partem sempre e com a mesma intensidade fluxos de interesses empresariais. Esses se deslocam de um lugar a outro de acordo com o foco centrado na logística, capaz de sustentar por algum tempo as estratégias temporárias de ação.

A transterritorialidade dos eventos econômicos perpassa as nacionalidades. O fenômeno econômico, do ponto de vista puramente analítico, é transnacional, portanto, envolvendo várias nacionalidades, isoladamente ou associadas. Na dimensão transnacional operam os investimentos produtivos, em territorialidades geoestratégicas. Se pensarmos em focos de atividades econômicas complementares em varias nacionalidades teremos, de um lado, a transnacionalidade dos focos e, de outro, a transterritorialidade de lugares nacionais onde se produz globalmente; são os lugares-globais. A ordenação política internacional tende ao fortalecimento de blocos transnacionais nos quais se localizam territórios de produção, alguns delineando zoneamentos apropriados às

atividades específicas, por exemplo, de alta tecnologia. No conjunto as territorialidades de produção assumem caráter complementar às atividades econômicas globais. As relações de negócios, os fluxos cruzados de componentes e produtos acabados, o poder e as influências de poder identificam a ordem transterritorial que se movimenta independente de limites nacionais. Na verdade, o poder nacional passa a ser exercido de acordo com os interesses de uma ordem econômica que se coloca além do controle do Estado-nação.

4. Enfraquecimento da relação Estado/nação

A modernidade transterritorial produziu ambientes de rupturas não só na ordem externa como na ordem interna de cada nacionalidade. Nada mais natural, pois a noção de globalidade implica em se admitir que a ordem interna e a ordem externa acabem por formar uma unidade de ação. Essa unidade é basicamente econômica; embora a ação política interna seja a ela convergente há uma nítida posição subjacente diante dos poderes da ordem externa. Na convergência, perde poder o Estado-nação a partir do momento de sua inserção na transterritorialidade da ação econômica. Os principais ativos nacionais, incluindo os de natureza estratégica são transferidos à ordem externa, o que significa perdas nos comandos internos. Diante da cena externa, portanto, o Estado nacional periférico, o que se situa na orla do sistema de comando da produção, das trocas e da acumulação de capitais, dependente na estrutura financeira e tecnológica do ordenamento econômico internacional, incorpora-se à realidade global com perdas inclusive de soberania. Trata-se, na verdade, de uma incorporação induzida pelas forças do poder econômico extraterritorial. A conseqüência natural é o Estado-república tornar-se progressivamente um agente do consórcio de interesses dos mercados externos, afastando-se progressivamente do contexto social interno.

Os meios institucionais das nacionalidades dependentes instrumentam a realização de políticas voltadas aos mercados, onde domina o poder transterritorial. O mercado, um ente abstrato e de interesses subjetivos, transparece uma sensibilidade aguda a eventos políticos internos. Estabilidade e credibilidade são subjetivações favoráveis à normalidade operacional dos mercados. Os aparelhos institucionais, principalmente, os responsáveis pela condução da política fiscal e monetária, voltam-se permanentemente para além do horizonte interno, representando a garantia da sensitividade às subjetivações indispensáveis às estratégias de resultados. O viés estatal da República, a organização burocrática e a estrutura de poder, tornam-se uma ordem institucional preposta aos empreendimentos econômicos de caráter transterritorial.

A partir do momento político no qual se viabiliza a opção de entrada no

circuito da geoestratégia econômica global, o Estado condiciona-se às novas relações entre ele, os centros e as sedes do poder transterritorial. O cenário do qual passa a fazer parte tem regras rígidas de comportamento, garantidas por contratos de conveniência. Agir fora dos horizontes contratuais pode desencadear retaliações comerciais, financeiras e políticas. Iniciativas de políticas externas contrárias ao arranjo global estabelecido pelas supremacias econômicas não têm efeito prático. Ações de multilateralismo na orla do sistema econômico global têm importância menor; é um espetáculo político de efeito apenas interno.

Envolvido numa agenda monetária externa, o Estado incorpora-se à dialética global de exaltação dos resultados do crescimento econômico. Ele próprio é o principal agente do crescimento econômico, dos resultados da banca financeira e da credibilidade que sustenta um e outro. Esse contexto, no entanto, não repercute na sociedade nacional, ente simbólico representativo do sujeito pessoal e coletivo. O Estado (república) passa a ser um instrumento do sistema econômico transterritorial, distanciando-se, ou, apenas, perifericamente, ocupando-se das dificuldades, ansiedades e angústias do corpo social. A segurança - pessoal e coletiva - transmitida e garantida por meio de legislação social deixou de ser prioridade do Estado em sua ação política. Bem ao contrário, o Estado, agente dos poderes transterritoriais, afastou-se dos compromissos sociais com a nação, passando a agir como intermediário e fomentador das atividades econômicas e financeiras das grandes corporações globais.

A exaltação política dos indicadores econômicos de crescimento ocupa o tempo-espaço das chamadas agendas positivas, uma contraposição claramente ordenada aos dramáticos cenários da pobreza, miséria, violência e degradação das condições de vida. Se o Estado representou o abrigo seguro às garantias sociais instituídas, o que permitia ao sujeito individual e coletivo uma saudável margem de segurança, isso era porque se tratava de uma atribuição a ele conferida pela própria sociedade. Estava clara a vinculação entre as obrigações do Estado e da nação, na cumplicidade de ações recíprocas. O sentido dual estava bem definido: a sociedade como fonte de recursos à manutenção e investimentos do Estado; esse, uma forma de organização pública e principal responsável pela elaboração e execução da política de desenvolvimento.

O Estado, representado por três poderes institucionalmente independentes, era o fiel depositário da segurança, garantia de direitos, qualidade na formação do cidadão, proteção pública à saúde e melhoria permanente da condição de vida. Esses pressupostos do Estado se mantiveram até o crepúsculo da sociedade unitária – estado/nação - ainda que em suas estruturas organizacionais, na hierarquização dos poderes, estivessem, preferentemente, representantes de segmentos privados, com discursos contrários à forte presença do poder estatal na ordem social. Eram visíveis as contrariedades, geradoras de posicionamento

dicotômico na corporação nacional, porém, mantinha-se a unidade pela necessidade de equilíbrio interno. O público e o privado tornaram-se forças opostas, mas, singularmente, interligadas nos interesses comuns. Nos cargos executivos, na representação parlamentar e nos tribunais, os projetos de leis, as leis e a interpretação e aplicação das leis refletiam a preocupação com o balanço social. Os nós seriam desatados e não cortados. Os interregnos viriam com a quebra das razões institucionais, pela força militar ou revolucionária, sendo, contudo, marcadas por temporalidades reversíveis.

O Estado não mudou sua estratégia de ação por um princípio de modernidade, de aperfeiçoamento institucional e maior eficiência na ação social. Ao contrário, o Estado afastou-se da nação para inserir-se na ordem global, a que emergiu com a transposição da modernidade industrial à modernidade cibernética. O Estado não mudou ou inovou sua vinculação com a nação, uma interação de origem, de caráter político e de consciência nacional. Na verdade, manteve-se em seus poderes implícitos, e além, arrogou-se em outros impositivos à sociedade em benefício da ordem externa, da qual passou a fazer parte como agente estatal a serviço da credibilidade e da segurança aos investimentos externos. O aparelho estatal mergulha profundamente no mundo dos agronegócios, dos investimentos, das aplicações, das exportações, no mercado de dívidas, enfim, numa multifacetada ação econômico-financeira, origem dos indicadores de crescimento.

O Estado muda as estratégias voltadas às atividades privadas e a seu próprio poder arrecadador; para a nação, contudo, é preciso cumprir as subjetividades de estabilidade e credibilidade à visão e aos interesses do ordenamento global da economia. Nesse contexto da relação Estado/nação a mudança na ordem interna pode representar um risco a afetar as duas subjetividades. Para mantê-las, o Estado vê-se às vezes na contraditória necessidade (impositiva) de mudar, mas, o que muda, na verdade, é, apenas, o rito interpretativo do condutor legal, levando dramaticamente ao interdito de direitos antes assegurados. Dessa forma, a postura política do Estado executivo flexibiliza-se ao comprometimento com os pressupostos da segurança social.

A mudança de época trouxe a ruptura no papel do Estado. O dispositivo institucional que o vinculou intimamente à nação enfraqueceu, e pressionado pela ordem extraterritorial, o Estado assumiu a postura de guardião dos interesses externos. Ao privatizar os principais ativos do patrimônio estratégico à dimensão transterritorial, o Estado ficou frágil, arrastando à vulnerabilidade o poder da nação. Ao abrir mão de controles sobre os pilares da economia nacional, o Estado, usando artifícios da dialética global, não só ficou distante dos resultados propostos à nação, como agravou os problemas internos relacionados à infra-estrutura e à condição social da população. Um Estado sem

patrimônio, debilitado nos poderes internos e na soberania, preso e submisso aos mercados de dívidas públicas, pouco ou nada realmente pode fazer em benefício da nação.

À debilidade intrínseca do Estado-nação foi protagonizada até certo ponto de modo natural, e paralelamente, a vulgarização política, a mediocridade na representação eletiva e o culto a dispositivos autoritários na tentativa de monitorar as vozes da nação. Esse fenômeno de ordem política tem duas variáveis analíticas importantes: o nível da maioria votante, situado quase sempre na linha de pobreza, ou abaixo dela, e, conseqüentemente de baixa formação e visão cultural; a ascensão da esquerda ao poder, mesmo pela via democrática, carregando, ainda, um forte viés autoritário e totalitarista, herança das passadas democracias revolucionárias. Dessa forma, o Estado não só exime-se de sua cumplicidade com a nação, em termos de desenvolvimento, bem-estar e segurança, como contra ela se volta, agredindo-a com pesada carga tributária e controles instituídos ou não da consciência livre. Estabelece-se, como primordial à ação do poder público a lógica do conformismo e da aceitação de um único ideário. Embora a padronização do produto humano já tenha sido tentada em passados distantes e recentes, ela, como tentativa totalitária, sempre está de volta, como voltaria até mesmo no "Admirável Mundo Novo" de HUXLEY (1980, p.20). Os Estados retardatários, modernos e pós-modernos se identificam no uso da propaganda, poderosa arma de convencimento de massa. A verdade que transparece nas formas totalitárias, e mesmo em algumas democráticas, é apenas a desejável; a inconveniente fica encoberta pelo manto do silêncio.

Os Estados mais poderosos dispõem de fortalezas de poder público, cuja hierarquização é, invariavelmente, dominada por representantes do poder econômico ou seus prepostos. Dessa forma, o Estado torna-se um agente de interesses privados, industriais, mercantis e de serviços, com retornos mais restritos ao conjunto da nação. Ações militares de vulto, de domínio ou punitivas, formam a vanguarda de geoestratégias globais, impositivas aos Estados-nações enfraquecidos, desintegrados ou não submissos. Ao mesmo tempo estendem um poder de proteção política, sob o guante da democracia liberal, à orla sistêmica.

Em todos os níveis de nações, desenvolvidas ou não, quando os problemas internos se tornam agudos, em razão do ordenamento global, as ações do Estado se voltam rapidamente contra o contexto social, suprimindo-lhe benefícios antes de aprimorá-los. Os níveis de segurança social garantidos pelo estado de bem-estar social tornam-se objeto de restrições, provocando reações nos diferentes segmentos da população. Não são os gastos em armamento, a sonegação fiscal, a corrupção, os abusivos benefícios fiscais e os enormes custos do endividamento que se tornam passíveis de medidas orientadas à segurança dos recursos públicos. Logo, são os dispositivos sociais a serem penalizados, con-

sagrando-se a antinomia entre o Estado e a Nação. O Estado tornou-se um grande poder, não o poder da nação, mas dele próprio, orientando sua aparelhagem arrecadadora para se auto-sustentar, e atender os compromissos e interesses do mercado de dívidas públicas. O superávit primário, para o grupo dos dependentes, não é suficiente sequer ao atendimento do custo do endividamento, o que agrega ao volume da dívida encargos de renovação e os de novas fontes de captação de recursos.

Estado e nação entram na modernidade transterritorial e cibernética com forças e lógicas diferentes. O Estado com a irresistível tendência ao totalitarismo, reduzindo a importância do sujeito individual e coletivo, homogeneizando as expressões de liberdade e democracia. A nação, subjacente aos poderes que a dominam, ou oprimem - poder do Estado, poder do mercado – é uma órfã a movimentar-se nos desvãos da totalidade nacional e das fragmentações transterritoriais.

5. Interatividade e os novos significados.

Se a modernidade é global e cibernética o é conseqüentemente interativa e portadora dos significados, símbolos e signos correspondentes. Gradativamente, passa-se de uma sociedade simbólica nacional a uma sociedade simbólica transterritorial. Mas há a considerar que a sociedade nacional ainda mantém uma interatividade na identidade de símbolos, em cuja organização se realça o poder patriótico, a unidade institucional do poder, a história e as tradições. A sociedade simbólica transterritorial é uma miragem de formas subjetivas que tocam a consciência coletiva, sem, contudo, despertar os mesmos sentimentos caracterizadores das nacionalidades. Tudo gira em torno de razões transitórias, se há, efetivamente, alguma razão. Vive-se muito mais a razão externa do que a interna, talvez por essa não oferecer as perspectivas e os encantamentos, ainda que passageiros, do mundo global. A consciência coletiva individualizada move-se pelo sopro dos ventos de ilogismos muitas vezes exóticos. Basta ser diferente para a ânsia coletiva incorporar e desincorporar, tão rapidamente quanto possível, a simbologia da sociedade global e transitiva. Os valores permanentes, as interatividades de longo prazo, a significância dos signos se alteram em curto tempo, e passam da dimensão interna à externa sem compromissos. Os poderes instituídos nacionalmente sofrem a erosão legal da ação dos agentes que modelam as novas realidades. Nada mais se mantém como pétreo, não retroativo, incluindo a ordem jurídica que pode ser descontinuada, não por momentos de modernização, mas por soluções ditas jurídico-políticas.

Na arquitetura do universo a mudança é permanente, o estado físico, a velocidade, as singularidades, o poder de radiação; tudo se transforma, evolui, nasce e renasce. Mas o tempo flui sempre num mesmo sentido, independente da

direção no espaço. O tempo não é retroativo, embora o espaço possa sê-lo no sentido de expansão e contração. O tempo pode mudar de perspectiva para o observador em um ponto aleatório no universo. Ele olha para o cenário cósmico a sua frente e se o olhar seguir em direção às projeções luminosas, como uma nave espacial voando à velocidade da luz, irá sofrer o paradoxo do tempo. Sai em direção ao passado e mesmo que altere a direção, o sentido do tempo será sempre o mesmo até o momento em que se aproximará do presente e do futuro. À medida que se aproxima dos objetos cósmicos notará mudanças estruturais, pois estará cada vez mais próximo do tempo da luz; o passado torna-se presente e futuro na concomitância do real e do virtual. O tempo não mudou de sentido, apenas de perspectiva para o observador cujo olhar saiu de uma realidade cósmica observável que não mais existia em seu ponto de origem – passado - para outra - presente - e de transformações permanentes - futuro.

A mudança na sociedade precisa ter esse sentido do tempo. Para frente, saindo do passado para o futuro, construindo o presente moderno com as transições de pós-modernidades ditadas por novas formas de convívio social. Tudo que retroage é uma perda, uma lesão individual e coletiva. Assim, nas guerras, um arcaico simbólico de retrocesso na atual fase de desenvolvimento da sociedade total. A guerra é uma lesão irreparável de caráter individual para os que nela deixam a vida e um mergulho coletivo na insegurança e incerteza. A ordem jurídica simboliza na sociedade, quando resguardada, a segurança, a irretroatividade dos dispositivos legais contra as formas de autoritarismo e prevalências de pensamento. A máxima fascista de que ao "Estado tudo pode, tudo dentro do Estado e nada fora do Estado", parecia sepultada nos escombros da segunda grande guerra. Contudo, reaparece como símbolo de poder na dissociação do Estado com a Nação, avançando contra a sociedade como se ela fosse um ente marginal à institucionalização e ao poder do Estado. O retrocesso nas crenças e práticas da fé, dominadas pela interatividade da práxis de submissão das consciências à falsidade dos significados identifica-se, corporifica-se e materializa-se de forma ultrajante na decadência cultural.

A principal forma de interatividade contemporânea é a que se impõe pelas relações econômicas transterritoriais. As linhas de dependência entre os centros e as sedes das atividades econômicas são de tal importância à implementação de estratégias de negócios, que só a nova realidade do ciberespaço-tempo pode torná-las efetivamente interativas. Formam-se cadeias conectivas de demandas e decisões às quais todos estão ligados entre si e mutuamente voltados a metas e objetivos estabelecidos. É um mundo de forças cujo equilíbrio depende da observância de regulação própria, intransferível, impostergável, fria e não solidária. Um evento novo pode afetar o sistema, desequilibrá-lo e provocar perdas. É preciso absorver tendências que ameacem o sistema, convertê-las, incorporá-

las e dirigi-las, evitando riscos às subjetividades básicas de credibilidade e segurança.

A interatividade sistêmica e seus significados, explícitos ou não, representa um poder de dominação sem limites, estendendo-se sobre Estados-nações, estruturas institucionais e consciências políticas. Um poder simplesmente presente, invocado, corretamente ou não, mas funcionando como antídoto a qualquer tentativa de contraposição. A emasculação de significados contrastantes é logo tentada por artifícios dialéticos ou imposições legais. O Estado, auto-suficiente em suas prerrogativas e mesmo nas que não lhe são outorgadas, gerencia e oferece garantias à interatividade dos interesses globais. Isso significa, por outro ângulo, a quebra da interatividade entre o Estado e a Nação. O Estado se fortalece em suas novas funções e a Nação se enfraquece em seus liames internos, perde impulso e se desassocia nas desigualdades e no individualismo.

A sociedade global é interativa. A atualidade cibernética garante a interatividade do sistema de produção, geração de riqueza e cultura. A produção é de alta eficiência pelo uso de tecnologias de ponta, pelo avanço do conhecimento e pela instantaneidade das informações; a riqueza é gerada e concentrada com a redução do emprego e da renda; a cultura é desigual, restrita em qualidade, generalizada na mediocridade. Ao contrário da riqueza que interage pelos avanços da tecnologia e do saber, a pobreza interage apenas em fragmentações, nas favelas, nos cortiços, nos espaços imundos e doentios da civilização. Há interatividade e significados negativos nas redes do crime organizado, nas farsas políticas, nos preconceitos e na própria democracia. A democracia liberal não é um passaporte a um mundo melhor. Ela representa, no âmbito dos poderes que se manifestam na ordem global, supremacias de vontades cada vez mais distantes daquelas formadoras do corpo social. São vontades dos poderes transterritoriais às quais, sem maiores questionamentos, a sociedade se submete e paga o preço.

O estranho, na teia das interatividades e dos significados, é que o sujeito não é nem individual nem coletivo. É um ser perdido em suas ligações mais afetivas e efetivas, esforçando-se ao limite para manter um espaço de sobrevivência. O sujeito vive a solidão social no emaranhado de teias que o prendem ao sistema, aos condicionamentos reais e à subjetividade dos símbolos e dos significados. A sociedade simbólica, o poder simbólico, o sujeito simbólico; um mundo de simbologias degradadas, desconectadas, regido pela transitoriedade das formas, das expressões, da arte e da cultura. Mas, sobretudo, é proeminente o significado simbólico da nova ordem, da realidade que se impõe, sem raízes, sem permanência, sendo uma atualidade de tempo transitivo.

A transterritorialidade simbólica não tem lugar definido; move-se no mundo físico e no virtual, onde o sujeito já não é o principal agente da mudança. Quem transforma é um ente abstrato, a tecnologia, presencial nas duas realidades, a

física, num realismo concreto de inusitada miniaturização, e a virtual do ciberespaço-tempo. Atrás, em posição subjacente está o sujeito, ainda que detentor do conhecimento, preso, irremediavelmente, à condição de elemento do sistema, peça do conjunto da engrenagem econômica e dos arranjos sociais. Pouco, muito pouco o individualiza, e muito menos o coletiviza. É o sistema, invisível, mas presente, sentido, mas não tangível. O sistema induz, comanda, irradia poder, mas não é visto, apenas, sentido. O sujeito precisa adequar-se, ser parte da sociedade simbólica, ainda que essa o despreze e não raro o exclua. Se a sociedade é ordenada para todos e a democracia é para servir a todos, em liberdade e segurança há, efetivamente, algo de errado na prática conceitual. As profundas desigualdades, a violência, a abjeta condição de vida de 1/3 da humanidade não condizem com o conceito de sociedade justa e democracia participativa. Mas combina com a sociedade global, com sua riqueza, poder e exclusão; a democracia é a liberal-econômica, com a tirania do mercado e das supremacias dominantes.

As estruturas comunitárias e as iniciativas solidárias pouco representam como práticas de vida de longa duração. As relações comunitárias e com elas a solidariedade perdem a espontaneidade, o rito do permanente, o prazer da ação coletiva. O que predomina nas comunidades habitacionais, profissionais e outras é o sentido do sujeito só, como um solista no coletivo orquestral. Ele depende da comunidade, mas nela é um componente, uma parte de sintonia cujos laços são passageiros, frágeis e por vezes egoísticos. Nada o une a nada, ele transita pelos símbolos que pouco significado lhe oferece e que não são dele, da nacionalidade da qual ele é produto. Os novos costumes, os signos a vivenciar, as tecnologias, o conhecimento, a informação parecem vir de lugares imprecisos, de realidades distantes, mas que se tornam o seu cotidiano. Suas ligações mais próximas enfraquecem; na verdade, o sujeito pós-moderno é um ente deslocado de alguma coisa, absorvido permanentemente por padrões comportamentais mutantes, seguindo sempre as novas regras, as novas tecnologias, as novas exigências do ordenamento econômico. As proximidades maiores estão no mundo virtual, no ciberespaço-tempo onde as relações e os sentimentos estão mais presentes. Não na realidade física, praticamente dispensável ou eventual, mas na comunicação, no contato virtual e na linguagem dos códigos cibernéticos.

O sujeito é e não é interativo. Por contingência existencial vê-se obrigado a participar da sociedade interativa, de onde retira os princípios vitais à sua sobrevivência. Mas não é interativo na sua individualidade, nas respostas que dá a si próprio, a seu mundo particular. Como autodefesa às agressões que sofre do Estado e da sociedade, resguarda-se, protege-se a sua maneira e resiste ao limite à absorção ideológica, à padronização, ao alinhamento lógico. Forma-se na consci-

ência do sujeito global a dualidade do comportamento. Precisa adequar-se e o faz por necessidade de sobrevivência; é o seu mundo exterior, com seus estereótipos, nada em conformidade com o outro mundo que o anima, povoado de idéias e desejos que ficam retidos nos recantos de sua interioridade. O novo sujeito social precisa de uma "individualidade idealizada; um indivíduo constantemente adquirindo novas capacitações, alterando sua base de conhecimento" conforme SENNET (2006, p.47). Ele, o sujeito global, vive na interatividade e nos significados da nova realidade, mas vinga-se povoando sua mente com a majestade da sociedade simbólica que ele considera justa e solidária.

6. Considerações finais

As mudanças e as rupturas com um passado ainda recente colocam, na mesma temporalidade, a dualidade cognitiva de realidades transpostas. As mudanças tecnológicas e as rupturas epistemológicas firmaram as bases da nova época que se delineava desde os anos 70. Mas foi a partir dos anos 90 que se inicia uma forte transformação da sociedade, impulsionada pelos paradigmas pós-modernos, identificadores da modernidade cibernética que se firmava. Em pouco mais de um decênio a sociedade transmudou-se rapidamente, pressionada pelas inundações do conhecimento e da informação. Um tempo de conflito certamente, e previsivelmente, se instalaria, confrontando a nova realidade com a realidade passada, mas, ainda presente; uma impondo-se como realidade do presente para o futuro; a outra, mantendo-se encastelada em ambientes de conservadorismo.

Os modelos cognitivos dominantes, o mapeamento mental de grande parte dos atores sociais sofreu o rápido ataque dos paradigmas e dos símbolos da nova sociedade. Essa constatação envolve graves problemas de ordem psicológica e sociológica à medida, de acordo com a formação de cada sujeito envolvido, das manifestações de sentimentos de rejeição ou aceitação. A rejeição individual quase sempre permanece no mundo interior, do cognoscitivo pessoal, no plano dos sentimentos, percepções e avaliações da realidade; contudo, a ação prática, na inserção da ordem social, produz uma conduta que não pode fugir à dimensão sociológica; a contradição acaba por gerar o conflito da individualidade.

Os pressupostos da modernidade transterritorial do sistema produtivo global trouxeram conseqüências de articulação e, ao mesmo tempo, de desarticulação. A policentralidade global se articulou em formato de grandes redes de produção, concentração financeira, conhecimento e informação, delineando as macrorregiões das quais se projetam poderes econômicos. A desarticulação veio para os Estados nacionais dependentes, economias comprometidas com insumos financeiros no mercado das dívidas públicas externas; são Estados-nações que

ao optaram por formas de crescimento financiado externamente, em detrimento de planos de desenvolvimento próprios, colocaram-se em condição subordinada às supremacias econômicas mundiais. Os poderes transterritoriais serão crescentemente transcendentes aos poderes nacionais, o que leva à percepção de soberanias nacionais compartilhadas e, naturalmente, a determinadas rupturas de identidades.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. São Paulo: Victor Civita, 1980.

SENNET, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

O PODER NA ALDEIA: AS ELITES LOCAIS NA FRONTEIRA DA AMÉRICA PORTUGUESA, VIAMÃO (1763-1773).

Fábio Kuhn[1]

Resumo: Neste texto procuro entender o funcionamento da instituição camarária no arraial de Viamão, situado no Continente do Rio Grande, durante o período conhecido na historiografia como o de "dominação espanhola" (1763-1776), quando ocorreu a ocupação militar da vila do Rio Grande. Vou tratar principalmente de três questões: a) as origens do poder local e os motivos da sua tardia implantação; b) a caracterização da elite política local, ou seja, quem eram os homens bons que mandavam no Continente; c) a relação entre a elite local e as instâncias de poder metropolitanas (governadores da capitania, Vice-reis e o próprio monarca).

Palavras-chave: Câmara; elite política; poder local; poder metropolitano; redes de poder.

1. A origem do poder local

Este artigo pretende fazer uma incursão sobre alguns aspectos da atuação do poder local no sul da América Portuguesa, em particular acerca da composição e atividades da Câmara que funcionou no arraial de Viamão durante cerca de uma década.[2] A conjuntura na qual isso ocorreu, na segunda metade do século XVIII, corresponderia a um período no qual ocorreu a transição de uma monarquia de tipo corporativa (com relativa autonomia dos poderes locais) para uma do tipo absolutista, com todas as implicações daí resultantes, em especial o aumento da centralização política.[3] Neste sentido, para compreender

---

[1] Doutor em História Social - UFF, 2006. Professor do Departamento de História da UFRGS.

[2] Apesar de ser um mero arraial e não uma vila propriamente dita, Viamão foi sede da Câmara durante um breve período, em função das vicissitudes de guerra. Russel-Wood, A.J.R. "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808" in: Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº 36, 1998, p. 217; Bethencourt, Francisco. "As Câmaras e as Misericórdias" in: (dir.) Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa. Vol. 3, Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 276.

[3] Ver, neste sentido, Hespanha, Antônio Manuel. As Vésperas do Leviathan: instituições e poder político - Portugal, século XVII. Coimbra, Almedina, 1994, p. 258-294. Ver tambe
m, do mesmo autor, "A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes" in: (org.) João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilizaçã o Brasileira, 2001, p.163-188.

adequadamente as relações estabelecidas entre o centro e a periferia no Império português, deve-se levar em conta que "as vilas refletiam uma resposta régia a uma situação resultante de um povoamento anterior e espontâneo, promovido por colonos individualmente, e cujo crescimento até determinado ponto fazia com que a Coroa julgasse necessário prover a organização de um governo municipal". A principal intenção da Coroa seria favorecer a estabilidade administrativa, social e econômica destas localidades. Por isso, durante o século XVIII intensificou-se o povoamento na América Portuguesa, tendo sido criadas muitas novas vilas, "justamente como forma privilegiada pela Coroa para enquadrar politicamente a população e atenuar os conflitos, mais freqüentes em zonas periféricas, onde não existia qualquer tipo de autoridade reconhecida pelo rei".[4] O período a ser analisado corresponde àquela conjuntura em que se fez sentir de maneira mais incisiva a atuação da Coroa no sentido de cercear a autonomia das Câmaras do Império. A partir dos finais do século XVII e durante o século seguinte, o poder monárquico passou a interferir cada vez mais diretamente nos conselhos municipais. Uma das primeiras medidas foi uma alteração nos procedimentos eleitorais das câmaras, que nas vilas principais passaram a ter seus oficiais designados pelas autoridades régias. Além desta intervenção, teriam aumentado o número de ouvidores, possibilitando uma prática correcional mais freqüente, que visava enquadrar justamente os conselhos municipais. Outra medida foi a criação do cargo de "juiz de fora", um oficial letrado, com formação universitária e que passou a presidir as câmaras das vilas mais importantes, em substituição aos juízes ordinários. Todas estas medidas significavam essencialmente a mesma coisa: um aumento da interferência dos "poderes do centro" no poder local.[5]

Em primeiro lugar procura-se tentar compreender o funcionamento do poder local, exercido através da Câmara, em uma pequena localidade ultramarina (no caso, Viamão) que nada tinha da riqueza ou importância política de cidades como Salvador, Olinda ou o Rio de Janeiro; entender como se configurou "o poder na aldeia" nos parece fundamental para compreender a própria conquista e colonização portuguesa na região, que garantiu a expansão do Im-

[4] Russel-Wood, A.J.R. "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808" in: Revista Brasileira de História. Vol. 18, nº 36, 1998, p. 217; Bethencourt, Francisco. "As Câmaras e as Misericórdias" in: (dir.) Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri. História da Expansão Portuguesa. Vol. 3, Lisboa, Temas & Debates, 1998, p. 276.

[5] Alden, Dauril. Royal Government in Colonial Brazil. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1968, p. 423-424; Bicalho, Maria Fernanda. "As câmaras Ultramarinas e o governo do Império" in: (org.) João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,2001, p. 199-200.

pério lusitano até as margens do Rio da Prata. Para efeito de comparação e de reflexão sobre este assunto, tome-se o caso da povoação mais meridional da América Portuguesa, a Colônia do Sacramento, dinâmico núcleo urbano que floresceu no século XVIII (até 1777). A Colônia do Sacramento não tinha um canal de expressão do poder local, não tendo sido criado um Senado da Câmara, dada a sua dependência direta ao Rio de Janeiro. Não desejo afirmar aqui que a falta de uma instituição de poder local foi a causa determinante da perda da Colônia platina, mas simplesmente destacar a importância das Câmaras enquanto espaço fundamental de governabilidade no ultramar lusitano.

Como afirmou Boxer, as Câmaras eram uma forma de representação e refúgio para todas as classes da sociedade portuguesa, particularmente as elites locais. Representação na medida em que o exercício do poder político local dava vazão às reivindicações das comunidades ou de setores mais privilegiados. Mas também de refúgio, visto que os conselhos eram espaços de resistência às imposições do poder central. [6] A dinâmica da negociação entre o centro imperial e as periferias envolvia certamente a prática de concessões, mas igualmente compunha-se de elementos conflituais. Nestes momentos de conflito, as Câmaras apareciam como instâncias de intermediação imprescindíveis no universo político colonial. Daí a importância do domínio destas instituições pela "nobreza política", na medida em que "não apenas as principais famílias da vila, cidade ou região eram representadas na câmara, mas ainda que a câmara advogava, articulava e protegia os interesses das elites locais". [7]

A consecução de um dos objetivos aqui pretendidos passa justamente pela tentativa de mapeamento da composição da Câmara atuante na localidade analisada, procurando identificar os grupos sociais dominantes e quais eram as principais famílias que controlavam o poder local. Ao se referir às câmaras ultramarinas, Boxer questionou se estas instituições de poder local seriam exemplos de "oligarquias autoperpetuadoras", como aquelas que dominaram alguns dos cabildos na América Espanhola. Mas esta opinião não é unânime entre os estudiosos. Dauril Alden, por exemplo, tende a discordar, considerando a falta de uma "evidência genealógica" apropriada, questionando se estes homens não

[6] Boxer, C.R. O Império Marítimo Português. Lisboa, Edições 70, 2001, p. 286. Na verdade, este autor afirmou que "de maneiras diferentes, a Câmara e a Misericórdia forneceram uma forma de representação e de refúgio para todas as classes da sociedade portuguesa".

[7] Russel- Wood. op. cit. p. 208.

faziam parte de "um pequeno grupo de elite branca de fazendeiros e mercadores" que tradicionalmente forneceu os quadros da administração colonial. [8]

Estudos mais recentes tendem a destacar a importância destas instituições do poder local, evidenciando a centralidade dos cargos camarários não apenas enquanto espaço de distinção e hierarquização dos colonos, mas principalmente enquanto espaço de negociação com a Coroa. Em função disso, ser membro da Câmara transformava os ocupantes destes cargos em "cidadãos", habilitados a participar do governo político do Império. [9] Outros autores, como Nuno Monteiro, vão mais longe ainda, ao afirmar que "talvez seja mais adequado pensar o espaço político colonial como uma constelação de poderes, (...) na qual as elites locais brasileiras se exprimiam politicamente, sobretudo por intermédio das câmaras municipais". Esta leitura do Império como um "sistema de poderes" ressalta a "centralidade do centro" e não a centralização como fundamento básico da administração portuguesa, segundo o qual a comunicação política quase universal com a Corte era o "pressuposto decisivo da flexibilidade do sistema". [10]

Durante toda a primeira metade do século XVIII o território do atual Rio Grande do Sul não conheceu a presença da instituição típica da representação do poder local no Império português, qual seja, uma Câmara representativa da autoridade municipal. Desde a criação da vila de Laguna em 1714, todo o território meridional estava sujeito às "justiças" emanadas do pequeno burgo catarinense. Teoricamente, os moradores de Rio Grande – fortaleza militar e núcleo populacional fundado em 1737 – também deviam estar submetidos à jurisdição da Câmara lagunense.Todavia, os conflitos entre os governadores militares do Rio Grande e os oficiais de Laguna foram bastante comuns, o que pode levar a pensar que a criação de uma Câmara em Rio Grande tenha sido uma decorrência destes conflitos jurisdicionais. [11]

---

[8] Boxer, C.R. Portuguese Society in the Tropics - The Municipal Councils of Goa, Macao, Bahia, and Luanda. 1510-1800. Madison and Milwaukee, The University of Wisconsin Press, 1965, p. 4; Alden, op. cit.p. 427.

[9] Bicalho, op. cit. p. 207. Conforme esta autora (p. 204), "a ocupação de cargos na administração concelhia constituíra-se, portanto, na principal via de exercício da cidadania no Antigo Regime português. (...) Os cidadãos eram os responsáveis pela res publica que, traduzida por 'coisa pública', articulava-se à governança da comunidade". Portanto, esta noção de "cidadania" é muito mais restritiva do que aquela que utilizamos atualmente. Somente os ocupantes dos cargos camarários eram considerados como "cidadãos", excluindo a vasta maioria da população.

[10] Monteiro, Nuno Gonçalo. "Trajetórias sociais e governo das conquistas: notas preliminares sobre os vice-reis e governadores gerais do Brasil e da Índia nos séculos XVII e XVIII" in: (org.) João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p.283.

[11] Em uma carta escrita a 24.07.1745 pelo ouvidor de Paranaguá ao Conselho Ultramarino aparece a seguinte informação: "Entrara o dito coronel [Diogo Osório Cardoso, comandante do presídio do Rio Grande] com o especioso mas afetado título da conservação do país na idéia de impedir em todo aquele continente as execuções das justiças da vila de Laguna e por conseqüência das daquela ouvidoria...". Documentos Históricos, vol. 94, p. 123.

De fato, parece que houve uma certa resistência à criação de uma vila no presídio, já que a provisão régia datada de 17.07.1747 determinava a imediata instalação de uma Câmara, o que somente aconteceu em dezembro de 1751. Uma explicação para esta demora pode estar no peso político dos oponentes. Um destes adversários da criação da vila era ninguém menos do que o próprio Gomes Freire, governador do Rio de Janeiro. Respondendo a uma consulta do Conselho Ultramarino, ele procurou dissuadir a Coroa da pretensão, afirmando que "a maior parte de que se forma o presídio do Rio Grande de São Pedro são as tropas de sua guarnição que se tem povoado, mas os moradores paisanos vivem muitos nas estâncias ou sesmarias, em que se estabeleceram, que ser ou não ser vila aquele estabelecimento pouco aumenta o bem público e o serviço de V.M.". Todavia ao Conselho pareceu ser conveniente a criação da vila, devido à "grande distância em que o Rio Grande de São Pedro fica da vila de Laguna". Outro adversário notório era o comandante Diogo Osório, que cioso de suas prerrogativas entrou em conflito com as autoridades judiciárias da comarca de Paranaguá. A primeira vila sul-riograndense somente foi instalada sob os auspícios do novo ouvidor da comarca de Santa Catarina, recém criada. Alguns meses depois da instalação da vila, Osório era substituído na comandância pelo tenente-coronel Pascoal de Azevedo. [12]

A atuação da primeira Câmara estabelecida em Rio Grande sucedeu ao longo de pouco mais de uma década (1752-1763), até que a ocupação espanhola transferisse o poder local para Viamão. Temos pouca informação a respeito deste período inicial, especialmente devido ao fato de não terem sobrevivido as atas da Câmara em função da ocupação militar castelhana da vila em 1763. Sabe-se, no entanto, que os anos iniciais foram muito difíceis, sendo que em 1755 o Senado já reclamava sobre as dificuldades de funcionamento da instituição, devido à falta de patrimônio para se manter. Não havia recursos para as despesas, como o pagamento dos ordenados dos funcionários, os aluguéis e tampouco para construção de uma cadeia pública e da casa da Câmara. Para aliviar esta situação de penúria, os vereadores pediram ao rei D. José que autorizasse a cobrança dos subsídios sobre os licores que entravam na Vila. O Conselho Ultramarino acabou permitindo a cobrança da taxa, a dois mil réis por pipa. [13]

[12] Miranda, Márcia E. Continente de São Pedro:administração pública no período colonial. Porto Alegre,CORAG, 2000, p. 55; Documentos Históricos, vol. 94, p. 130-131; Cesar, Guilhermino. História do Rio Grande do Sul - Período colonial. Porto Alegre, 1970, p. 123-124.

[13] AHU-RS. caixa 1, doc. 97. Carta dos oficiais da Câmara ao Rei D. José. Rio Grande, 04.04.1755; Queiroz, Mª Luiza Bertulini. A Vila do Rio Grande de São Pedro. Rio Grande, Ed. da Furg, 1987, p. 108.

A situação da Câmara iria todavia piorar nos anos subseqüentes. Se em Rio Grande, apesar das carências, o conselho ainda se reunia regularmente, com a ocupação espanhola da vila em 1763, os oficiais foram obrigados a "transferir-se", devido às contingências da guerra, para a freguesia de Viamão, onde existia um minúsculo arraial que passou a ser a sede do poder local.[14] Durante mais de três anos não houve sequer reuniões, embora alguns contratos parece terem sido arrematados. Faltam evidências seguras sobre a instalação da Câmara em Rio Pardo no período 1763-1766; o fato é que somente a partir de 1766 voltam as vereanças a ocorrer no Rio Grande de São Pedro, não mais na sede da vila e sim no longínquo distrito rural. Temos vários indicativos de que desde 1763 o poder local foi exercido em Viamão: em primeiro lugar, os registros notariais existentes novamente desde setembro deste ano, sabendo-se que o tabelião residia com certeza em Viamão. Além disto, no ano seguinte (1764) ocorreu uma devassa ordenada pelo Tribunal da Relação do Rio de Janeiro para investigar a perda da vila de Rio Grande para os espanhóis, que resultou em um volumoso inquérito judicial. Em apenso aos autos deste processo encontram-se procedimentos judiciais executados pelo juiz ordinário em Viamão. Tudo leva a crer que de fato algumas das funções camarárias tenham sido exercidas em Viamão desde a transferência em 1763. O que aconteceu simplesmente foi que, devido à perda dos livros, os atos da Câmara foram registrados em papéis avulsos, sendo que somente em 1766 começaram a ser novamente registradas em livros as vereanças. [15]

2. A elite política local: caracterização da oficialidade camarária

Não sabemos o nome de todos os vereadores residentes em Rio Grande, mas sabemos que alguns ao menos vieram para a freguesia de Viamão. Ocorreu, de fato, uma notável continuidade dos oficiais camarários: a impressão é que o grupo que controlava o poder local na sede da vila continuou tendo uma considerável influência em Viamão. Uma parte substancial dos oficiais eleitos em Viamão tinha origem em Rio Grande, sendo que pelo menos dois deles haviam também exercido ocupações semelhantes na vila: o capitão Manuel Fernandes Vieira e o tabelião Inácio

[14] Para uma explicação detalhada da conjuntura internacional que gerou a invasão, bem como uma análisedas conseqüências demográficas da ocupação militar castelhana, ver Queiroz, op. cit. p. 109-123.

[15] A idéia de que a Câmara nos primeiros tempos "esteve sempre em acampamentos, a maior parte do tempo instalada em Rio Pardo" foi divulgada por Walter Spalding no Boletim Municipal. Vol. 3, nº 7, 1941, p. 59-60. Todavia, as evidências documentais mostram o contrário. Os livros de notas encontram-se no Arquivo Público do Rio Grande do Sul, sendo que no termo de abertura do mais antigo deles, fica explícita a residência do notário em Viamão. Quanto à devassa de 1764, ela foi publicada pela Biblioteca Rio-grandense em 1937. A atuação do juiz ordinário em Viamão desde 1763 está registrada nas páginas 238-242.

Osório Vieira. O primeiro oficial citado tem uma trajetória bastante emblemática para caracterizar esta facção, ligada ao incipiente grupo mercantil local. O capitão Fernandes Vieira fora vereador em Rio Grande em 1755 e com a ocupação espanhola da vila, veio para Viamão, trazendo sua família, além de ter sido acompanhado de seus cunhados, muitos deles também oficiais camarários. Em Viamão, casou sua filha mais velha com um negociante reinol, Antônio José da Cunha, que foi vereador em 1768. Na verdade, o grupo ligado a Fernandes Vieira foi bastante poderoso durante todo o tempo em que a Câmara esteve instalada em Viamão (1763-1773). O próprio Vieira foi oficial em três anos alternados (1766, 1768 e 1772), tendo ainda cinco cunhados ocupando cargos neste período, além do genro negociante.[16] Este bando (ou facção) era claramente identificado com os interesses mercantis originários da vila do Rio Grande. A predominância numérica fazia desta parcialidade a mais influente deste período, secundada por aquela ligada ao estancieiro Francisco Pinto Bandeira e ao seu filho e sucessor, Rafael Pinto Bandeira. Esta facção teve dois genros e dois cunhados ocupando cargos na república nesse período. [17] A referência à formação de "parcialidades" ligadas aos oficiais da Câmara acima mencionados faz lembrar a constituição dos bandos ou facções políticas, mencionadas por João Fragoso para o caso do Rio de Janeiro colonial. [18] Estes bandos, disputavam entre si o controle dos cargos camarários, uma das portas de acesso às benesses da economia do bem comum.[19]

Embora não se pretenda aqui simplificar a realidade política e econômica do Continente, era inegável que existia uma divisão entre as duas facções da elite, que tinham, algumas vezes interesses diferenciados. No caso em estudo, a situação era agravada pelo fato do bando dos comerciantes controlar

[16] Os cunhados de Vieira eram Manuel Bento da Rocha (que era também seu sócio), Francisco Pires Casado, Mateus Inácio da Silveira, Antônio Moreira da Cruz e Domingos Gomes Ribeiro Filho, todos casados com filhas do alferes Antônio Furtado de Mendonça e D. Isabel da Silveira, egressos da nobreza açoriana. Outro membro do bando era José Francisco Silveira Casado, irmão do supracitado Francisco Pires Casado.

[17] Os cunhados eram Antônio José Pinto e Sebastião Gomes de Carvalho, ambos fazendeiros. Quanto aos genros eram Bernardo José Pereira e Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães, ambos comerciantes que se afazendaram após contraírem matrimônio e terem recebido terras como dote.

[18] Ver desse autor os seguintes artigos: "Um mercado dominado por 'bandos': ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro seiscentista" in: Francisco Carlos Teixeira da Silva, Hebe Maria Mattos & João Fragoso (org.). Escritos sobre história e educação - Homenagem à Maria Yedda Leite Linhares. Rio de Janeiro, Mauad/Faperj, 2001, p. 247-288 e "A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa" in: Tempo. Vol. 8, nº 15, jul-dez. 2003, p. 11-35.

[19] Esta "economia do bem comum" refere-se a um conjunto de mecanismos econômicos que permitiram uma acumulação de recursos pelas "melhores famílias da terra". Basicamente, esta acumulação passava pelos benefícios da Coroa – com a concessão de mercês – e a administração das câmaras. Mas, este tipo de economia era também o resultado de jogos políticos, ou seja, de alianças que viabilizavam o acesso à câmara e às mercês régias. Conforme João Fragoso. "A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII)" in: (org.) João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho & Maria de Fátima Gouvêa. O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 47.

também um dos contratos mais importantes da região, o de fornecimento de carnes às tropas. Como os contratadores compravam animais à prazo dos fazendeiros e não lhes pagavam pela falta de numerário, o litígio ficou quase insuportável, como queixava-se um dos cabeças desta parcialidade, o capitão Manuel Fernandes Vieira, os rematantes "se vêem ameaçados dos estancieiros, que findo o tempo do contrato os hão de aos suplicantes pelas Justiças executar e por os bens na praça, para pagamento dos ditos bilhetes [de aquisição de gado]...".[20] O problema ocorria porque os contratadores recebiam em letras pagas mensalmente pela provedoria local, que tinham que ser descontadas no Rio de Janeiro. Diante da falta de recursos enfrentada pela administração do Marquês do Lavradio, o pagamento destas letras era constantemente protelada, o que originava - segundo a versão dos contratadores - a falta de dinheiro para pagar os incautos fazendeiros. Não era de se estranhar, portanto, que houvesse "ameaças" dos estancieiros aos contratadores. Seria uma versão local e em escala muito reduzida da contenda entre proprietários rurais e comerciantes, como aconteceu em regiões de colonização portuguesa na América.

Mas quem era esta "nobreza da terra" em um lugar sem tradição? Na verdade, não se pode a rigor falar numa nobreza da terra, pois o termo não era utilizado pela elite local para se auto denominar. Assim, vamos falar de elites locais, que viviam "à lei da Nobreza" para evitar maiores problemas conceituais. Esta elite local era distinta, em boa medida, daquela existentes nos variados concelhos espalhados pelo Império e Reino português, que já foram objeto de grande número de estudos.[21] Tratava-se também de uma região diferente das capitanias setentrionais do Brasil colonial, onde a elite local remontava aos conquistadores do século XVI. A ocupação tardia, durante a primeira metade do século XVIII, não permitira que se verificasse um processo semelhante de

[20] AHRS, F1244, fl. 140v: Registro de um requerimento do Capitão Manuel Fernandes Vieira e companhia, contratadores dos provimento das carnes às tropas... Porto Alegre, 03.04. 1777.

[21] O trabalho clássico sobre os principais concelhos existentes no Império lusitano ainda é o de Boxer, C. R. Portuguese Society in the Tropics - The Municipal Councils of Goa, Macau, Bahia, and Luanda (1500-1810). Madison and Milwaukee, The University of Wisconsin Press, 1965. Ver também Magalhães, Joaquim Romero. "Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira" in: Revista de História Económica e Social. nº 16, 1986, p. 17-30; Coelho, Maria Helena & Magalhães, J. R.. O Poder Concelhio: das Origens às Cortes Constituintes. Coimbra, 1986; Vidigal, Luís. O Municipalismo em Portugal no século XVIII. Lisboa, Livros Horizonte, 1989; _____. "No microcosmo social português: uma aproximação comparativa à anatomia das oligarquias camarárias no fim do Antigo Regime político (1750-1830)" in: O Município no Mundo Português. Funchal, 1998, p. 117-146. Para um visão global do problema do poder local, ver Monteiro, Nuno Gonçalo. "Elites locais e mobilidade social em Portugal nos finais do Antigo Regime" in: Análise Social, vol. XXXII (141), 1997, p. 335-368; "Poderes Municipais e Elites Locais (séculos XVII-XIX): estado de uma questão" in: O Município no Mundo Português. Funchal, 1998, p. 79-89; "Os poderes locais no Antigo Regime" in: César Oliveira (dir.). História dos Municípios e do Poder Local. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 17-175 e a coletânea Elites e Poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

configuração da elite política no Continente do Rio Grande. Apesar do povoamento de Viamão ter sido feita por alguns dos homens bons da vila de Laguna, não seriam os lagunenses, nem tampouco os seus herdeiros que iriam se tornar a nova elite política local. De fato, a maioria dos oficiais dos quais foi possível averiguar a origem era adventício, sendo que somente três entre 27 tinham nascido na América (um na Colônia do Sacramento e dois em Rio Grande). Seis destes "homens bons" eram naturais dos Açores, filhos provavelmente da nobreza das ilhas que migrara para o Brasil. A maioria dos oficiais da Câmara na década em que ela reunia-se em Viamão (1763-1773) eram originários do norte de Portugal, das proximidades da cidade do Porto, sendo muito freqüente a presença de indivíduos provenientes das mais diversas localidades do Minho, todas elas pertencentes ao arcebispado de Braga. Ou seja, eram na sua maioria reinóis e não descendentes de uma suposta nobreza da terra que remontaria aos primórdios da conquista. Trata-se, portanto, de uma elite política local completamente distinta daquela existente em regiões de povoamento mais antigo, como nos casos do Rio de Janeiro, Salvador ou Olinda, muito embora algum paralelismo possa ser encontrado com o caso de Recife estudado por Gonsalves de Mello. Para efeito de comparação podem também ser mencionados os estudos acerca das vilas mineiras ou ainda o caso de Curitiba, onde o poder local se estruturou no século XVIII.[22]

[22] Para uma análise do funcionamento do poder local na capital do Vice-Reino, ver Bicalho, Maria Fernanda. A Cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 367-395. O poder local em Salvador foi objeto da atenção de Boxer, op. cit., p. 72-110; para uma análise recente, ver Sousa, Avanete Pereira de. "A Câmara de Salvador e as instâncias periféricas do poder central (século XVIII)" in: Anais da XXII[a] Reunião da ANPUH, João Pessoa, 2003. No que se refere às câmaras de Olinda e Recife, ver o trabalho de Mello, Evaldo Cabral de. A Fronda dos Mazombos. São Paulo, 1995, p. 123-187; ver também o estudo prosopográfico de Mello, José Antônio Gonsalves de. "Nobres e mascates na Câmara do Recife, 1713-1738" in: Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco, nº 53, 1981, p. 113-262. Uma contribuição recente para o caso recifense é o trabalho de Souza, George F. Cabral de. "Os homens e os modos da governança: a Câmara do Recife no século XVIII" in: Anais da XXII[a] Reunião da ANPUH, João Pessoa, 2003. Para um estudo clássico acerca das vilas mineiras (em especial sobre Vila Rica), ver Russell Wood, A. J. R. "O governo local na América Portuguesa: um estudo de divergência cultural" in: Revista de História. São Paulo, vol. LV, nº 109, 1977, p. 25-79. Para dois estudos recentes que tratam da questão do poder local nas Minas, ver Campos, Maria Verônica. Governo de Mineiros - "De como meter as Minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado", 1693 a 1737. São Paulo, USP, FFLCH, Departamento de História, 2002, p. 105-167 e Fonseca, Cláudia Damasceno. Des Terres aux Villes de l'Or: pouvoirs et territoires urbains au Minas Gerais (Brésil, XVIII siécle). Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2003, p. 137-188. Sobre a Câmara de Curitiba, que foi instalada em 1693, ver Pereira, Magnus Roberto de Mello & Santos, Antônio Cesar de Almeida. O Poder Local e a Cidade - A Câmara Municipal de Curitiba: séculos XVII a XX. Curitiba, Aos Quatro Ventos, 2000; sobre os primeiros camaristas, ver Jorge, Valesca Xavier Moura. "Família e Poder: um estudo sobre a sociabilidade na Curitiba setecentista" in: Anais de V[a] Jornada Setecentista. Curitiba, 2003; sobre o processo eleitoral, Santos, ver Rosângela Maria Ferreira dos. 'E mandem convocar ao povo: eleições municipais em Curitiba" (1735-1765) in: Anais de V[a] Jornada Setecentista. Curitiba, 2003.

Não há nesta governança uma tradição estabelecida, pois numa região de povoamento ainda muito recente, como o Continente do Rio Grande, não existem ainda troncos familiares ou grupos oligárquicos perfeitamente consolidados, como no caso da "nobreza da terra", descendente dos gloriosos conquistadores quinhentistas. Isto confere a este poder local fronteiriço uma certa permeabilidade social que permitia a absorção de indivíduos de origem portuguesa, que se destacavam, via de regra, pelo sucesso nos negócios. Não se tratava de um fenômeno exclusivo da fronteira, mas esta era uma das chaves para a entrada no clube dos homens bons.[23] Outra forma de ascensão social valorizada era a ocupação de cargos militares: quase metade (16 de 36) dos oficiais também envergavam a distinção social de pertencerem às forças milicianas, a maioria nos postos superiores das ordenanças, que nobilitavam aqueles que os ocupavam.[24] Alguns ocupavam posições de grande destaque, tal como o sargento-mor José da Silveira Bitancurt e o capitão (e mais tarde, capitão-mor) Manuel Bento da Rocha. Ambos faziam parte de restrito grupo dos homens mais abonados do Continente, exercendo grande influência nas questões envolvendo a elite local.

Em termos ocupacionais, não se pode afirmar, com base nos dados disponíveis, que houvesse uma hegemonia dos estancieiros na ocupação dos cargos camarários. Longe de haver o predomínio de uma oligarquia rural[25], o quadro descortinado pelas listas de oficiais eleitos indica que fazendeiros e negociantes dividiam o poder local. No total, temos trinta e seis oficiais no período 1763-1773 (não incluídos os juizes de órfãos[26]). Destes, não foi possível identificar a atividade econômica de somente três deles, portanto temos trinta e três indivíduos com ocupação conhecida, sendo a maioria composta por homens de negócio (19), com 58% do total, ao passo que os estancieiros (12) compunham somente 36% dos oficiais. Talvez haja algum exagero pensar em um predomínio inconteste do grupo mercantil; porém, como refere a historiografia recente, durante o século XVIII aconteceu a gradual ascensão política dos grupos mercantis residentes no

[23] Como observou Russel-Wood para as Minas: "Não era por mera coincidência, que as pessoas que atuavam como vereadores e juízes tinham altos postos na milícia, funcionavam como tesoureiros da Casa da Moeda e da Fundição e estavam encarregados da coleta de contribuições em suas respectivas paróquias. A incumbência de um cargo abria caminho para outros, criando assim uma pequena oligarquia dirigente". Op. cit. p. 65. Grifo meu.

[24] Do grupo de 16 oficiais camarários que também detinham alguma patente militar, 12 pertenciam à s ordenanças e outros dois faziam parte da milícia auxiliar (tropas de 2ª linha). Os dois restantes envergavam a patente de capitão de mar e guerra ad honorem. Para uma explicação acerca dos diferentes escalões do Exército português, ver Peregalli, Enrique. Recrutamento Militar no Brasil colonial. Campinas, Editora da Unicamp, 1986, p. 95.

[25] "Os interesses dos grandes proprietários expressavam-se na época através da Câmara de Rio Grande, transferida com a invasão para Viamão". Cf. Osório, Helen. Apropriação da Terra no Rio Grande de São Pedro e a Formação do Espaço Platino. Porto Alegre, PPG-História/UFRGS, dissertação de mestrado, 1990, p. 113.

[26] No período em tela, houve a eleição de somente três juizes de órfãos, a saber: Domingos da Lima Veiga (1767-1769), Simão da Silva Guimarães (1770-1772) e Pedro Lopes Soares (1773-1775).

Brasil colonial, processo que também deve ter se verificado nesta região de fronteira, inicialmente na vila de Rio Grande e depois nos Campos de Viamão. Existem poucos estudos prosopográficos acerca dos oficiais camarários do período colonial para que se possa estabelecer alguma comparação, mas os dados revelados por Gonsalves de Mello e Fátima Gouveia permitem afirmar que esta predominância dos negociantes era algo bastante disseminado nesta altura. No caso do Recife, considerado o período de 1713-1738, exerceram as funções de vereadores e procurador 88 indivíduos. Segundo Mello, "merece registro o fato de que, dos 39 vereadores de origem averiguadamente portuguesa, 28 eram homens de negócio, isto é 72% do grupo". No total, levando em conta o conjunto de oficiais sobre os quais foi possível ter informação sobre a profissão, os negociantes compõem 41% (28 de 68) da amostra levantada pelo autor pernambucano.[27] No Rio de Janeiro o panorama é semelhante nos princípios do século XIX. Na pauta eleitoral de 1800, "em um total geral de 63 indicações, 26 pessoas (41,5%) foram definidas como negociantes". Em 1806, 52% eram negociantes, ao passo que em 1815, em um total de 66 pessoas, 34 delas, ou 54% foram apontadas como homens de negócio.[28]

Portanto, a principal conclusão revelada pela análise das ocupações dos oficiais aponta para uma certa ascendência do grupo mercantil na Câmara em Viamão, muito embora a presença de importantes fazendeiros contrabalançasse os interesses dos negociantes. Na verdade, as coisas não são tão simples quanto aparentam: muito destes negociantes também são proprietários de estâncias e tem seus negócios vinculados às atividades pecuárias. Outros, sendo mercadores, acabam passando a estancieiros graças aos dotes recebidos por suas esposas na ocasião dos seus casamentos. Dois exemplos relevantes demonstraram que existiu antes um entrelaçamento entre os interesses mercantis e aqueles dos criadores de gado. No caso do capitão Bernardo José Pereira, negociante na vila de Rio Grande e genro de Francisco Pinto Bandeira, o casamento foi a mola-mestra da sua transformação em fazendeiro. Ele recebeu em dote uma estância, o que muito ajudou no seu alavancamento social, apesar de ele já ser próspero antes do matrimônio. Outro oficial proeminente, homem de negócios muito próspero, optou pelo caminho da aquisição de terras. Foi o que fez o capitão Manuel Bento da Rocha, que se transferiu para Viamão em grande

[27] Gonsalves de Mello. Op. cit. p. 133-135 e 143. O autor alerta para a dificuldade de definir claramente as profissões dos vereadores: "Neste particular deve considerar-se que alguns deles exerceram simultaneamente mais de uma atividade econômica: homem de negócio e senhor de engenho ou fazendeiro ou, ainda, homem de negócio e burocrata".

[28] Gouvêa, Maria de Fátima Silva. "Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro, 1790-1822" in: Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 18, nº 36, 1998, p. 319.

estilo, comprando uma enorme estância nos Campos de Tramandaí, que compreendia nada menos do que quatro sesmarias de terra, bem como "casas, currais, plantas, animais, tanto vacuns quanto cavalares, burros e burras e cavalos mansos e mais tudo que na dita fazenda se achar...". Porém, apesar desta aquisição e outras posteriores, Bento da Rocha permaneceu identificado com o grupo mercantil (pelo menos durante a década de 1770), sendo ele também sócio no contrato de município de carnes para as tropas acantonadas no Continente. Como se vê, uma imbricação entre negociante, contratador e fazendeiro. [29]

Do conjunto de oficiais do período, foi possível encontrar os inventários de quase metade deles (17 de 36). Muito longe de se constituírem em uma elite local empobrecida e apegada às honrarias do passado, os membros da Câmara estabelecida em Viamão, na sua maioria, estavam situados nos patamares mais altos da hierarquia social do Continente, sendo alguns deles detentores dos maiores patrimônios da amostra recolhida (ver abaixo, Quadro I).

Quadro I: Inventários - Oficiais da Câmara em Viamão

Inventariado	Data	Patrimônio (réis)	Dívidas (%)	Escravos
André Machado Soares	1799	3:013$860	0	12
Antônio José Pinto	1784	5:910$740	31	13
Antônio Moreira da Cruz	1776	5:652$036	5,4	5
Bernardo José Pereira	1812	19:568$413	67	22
Custódio Ferreira de Oliveira Guimarães	1771	4:327$500	0	17
Domingos Gomes Ribeiro, filho	1818	17:293$418	25	29
Francisco Correia Pinto	1793	27:616$590*	---	43
Francisco da Costa Villaça	1770	214$990*	---	2
João Pereira Chaves	1798	28:953$200	4,6	61
José Alves Veludo	1793	10:646$271	94	15
José Carneiro Geraldes	1806	5:509$305*	0	23
José da Silveira Bittencourt	1770	17:363$860*	---	23
José Francisco da Silveira Casado	1825	30:334$749*	0	1
José Leite de Oliveira	1774	5:128$493	9,3	11
José Martins Baião	1807	34:087$330	0	9
Manuel Alves de Carvalho	1785	5:322$426	4	15
Sebastião Gomes de Carvalho	1784	1:069$200	8	3

Fonte: APRS. Inventários post-mortem. Nos casos assinalados com um asterisco o montante foi calculado a partir da somatória dos bens, na medida em que não havia monte-mor declarado.

[29] APRS. Escritura de venda de uma estância e seus animais, sita nos Campos de Tramandi que faz o alferes Francisco da Fonseca Quintanilha a Manuel Bento da Rocha, Viamão, 22.10.1766.

Somente em um caso encontrou-se um oficial com monte-mor inferior a um conto de réis, sendo que a maior parte tinha fortunas superiores a dez contos de réis. Alguns, no entanto, tinham patrimônios maiores (acima de trinta contos), detentores de relativamente grandes cabedais, como o caso do capitão-mor José Francisco da Silveira Casado ou do negociante que se estabeleceu posteriormente em Porto Alegre, José Martins Baião. O grau de endividamento dessa elite política local era relativamente baixo, tirando-se a notável exceção do comerciante José Alves Veludo. Curiosamente, alguns dos mais endividados não eram homens de negócio, mas sim estancieiros como Antônio José Pinto ou Bernardo José Pereira. No que toca ao padrão de posse de escravos, a maioria dos oficiais compunha o grupo dos grandes proprietários de cativos do Continente, possuindo mais de 10 escravos. Alguns eram de fato proprietários de plantéis bastante avultados para o contexto local, como nos casos do também familiar do Santo Ofício Francisco Correia Pinto e do alferes João Pereira Chaves, graúdo estancieiro estabelecido na região de Gravataí.

3. Elites locais e poder político: a atuação da Câmara em Viamão

Nas suas linhas gerais, a atuação da Câmara em Viamão, durante o decênio em que funcionou no arraial foi bastante diversificada. Os primeiros episódios de relevo que a nova administração camarária enfrentou mostram bem a defesa de interesses corporativos da comunidade mercantil. Em agosto de 1765, os oficiais escreviam ao Rei sobre a calamitosa situação dos comerciantes sediados em Viamão: "Muitos destes moradores viviam de comércio e na mesma invasão [de 1763] perderam as fazendas que conservavam nas suas lojas e deviam a maior parte delas aos comerciantes da cidade do Rio de Janeiro e devendo estes compadecer-se da consternação a que se acham reduzidos, só cuidam em os mandar executar...". Pediam os homens da governança que Sua Majestade ordenasse aos seus credores que lhes dessem uma espécie de moratória, onde não tivessem suas dívidas executadas durante um determinado período, "pois só desta sorte poderá tornar a florescer esta importante província". Neste mesmo ano, a Câmara voltava a defender os interesses da elite mercantil sediada em Viamão, mas o foco da atenção neste caso foi o conflito tributário com a vila de Laguna, em função da cobrança dos subsídios. Este tributo era cobrado pelas câmaras sobre as mercadorias que entravam nas vilas e constituía uma fonte de receitas para a administração municipal. Todavia, com a perda da vila de Rio Grande, as mercadorias passaram a entrar pelo porto de Laguna, que arrecadava o referido tributo. A pressão exercida foi no sentido de obter a isenção no pagamento dos subsídios, sob a alegação de que "é preciso transportar-se de Laguna por terra em mais de cem

léguas de distância, o que os faz subir a alto preço, e muito mais por causa dos ditos subsídios, o que redunda em graves prejuízos aos moradores...". Nesta reivindicação, entretanto, o grupo mercantil teve que enfrentar a resistência da Câmara lagunense, que não quis se ver despojada das rendas auferidas com o fluxo comercial aumentado desde 1763. [30]

Não temos muitas evidências para reconstituir este revigoramento do intercâmbio entre Viamão e Laguna, exceto algumas indicações deixadas por Fonseca Galvão, que teve ainda acesso à documentação camarária e aos livros de notas lagunenses. Segundo este autor, nos registros notariais de Laguna do ano de 1771 apareciam várias guias passadas em favor do comerciante lagunense Jerônimo Francisco Coelho, nas quais se declarava que era remetido um certo número de couros do Continente do Rio Grande para o do Rio de Janeiro. Através do porto de Laguna eram exportados ainda a carne salgada e os queijos vindos de Viamão, transportados em carretas.[31] De fato, as receitas da Câmara em Viamão aumentaram neste período, sendo que entre 1767 e 1774 a receita mais do que dobrou (ver gráfico I abaixo) em apenas oito anos. Nada nos garante que este incremento seja reflexo da ligação com Laguna, nem parece haver mesmo uma inter-relação direta entre as receitas da Câmara viamonense e o desenvolvimento comercial lagunense.[32] Deve ser lembrado, no entanto, que passou a ser inevitável o contato com o porto catarinense, diante da ocupação espanhola do porto do Rio Grande. Além do mais, a população de Viamão e dos arraiais vizinhos aumentou bastante no período, resultado da migração forçada de muitos fugitivos da vila de Rio Grande. Este aumento populacional gerou uma perspectiva de maiores rendimentos para os comerciantes estabelecidos em Viamão, apesar das dificuldades existentes.

Os valores movimentados pela Câmara não eram quantias fabulosas para a época (menos de um conto de réis), mas considerando o padrão local era um montante apreciável. Em termos aproximados, este montante era equivalente a 1200 arrobas de charque ou vinte escravos adultos em boas condições. Ou seja, quem administrasse os recursos da Câmara poderia usufruir as vantagens decorrentes desta situação. Como as prestações de contas eram anuais, os oficiais poderiam eventualmente fazer circular este capital investindo os recursos na aquisição de mercadorias (couros, escravos, cavalos, mulas, etc.) que seriam revendi-

[30] Carta de 23.08.1765 in: Boletim Municipal, ano III, nº 9, set/dez. 1941, p. 474-475; para a contenda envolvendo a questão dos subsídios, ver AHU-RS. caixa 2, doc. 153. Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D José. Lisboa, 02.04.1766.

[31] Fonseca Galvão. Notas geographicas e históricas sobre a Laguna. Desterro, Typ. De J. J. Lopes, 1884, p. 70, 74 e 75.

[32] As principais fontes de receita da Câmara, em ordem de importância, eram os contratos dos açougues de Viamão e dos arraiais vizinhos, os contratos de aferição destas mesmas localidades e as multas cobradas aos que descumprissem as posturas municipais nas correições periodicamente realizadas pelos vereadores.

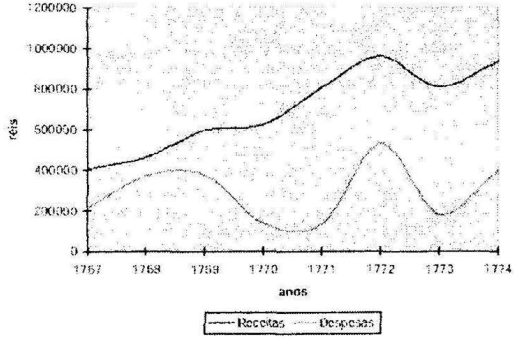
das.[33] O lucro decorrente destas possíveis transações era embolsado pelo tesoureiro ou procurador que tivesse acesso às chaves do cofre. Além desta possibilidade, poderia ainda haver uma utilização rentista, com o empréstimo destas quantias a terceiros. Não sei se isto ocorria de fato, mas se sabe, por exemplo, que o cofre dos órfãos emprestava dinheiro a juros, embora deva ser ressaltado que os recursos dos órfãos eram administrados separadamente, tendo seu próprio juiz.

Apesar das receitas da Câmara em Viamão ficarem muito aquém daquelas havidas nas maiores cidades coloniais, como o Rio de Janeiro, onde alcançavam mais de vinte mil cruzados (8:000$000 réis) anuais no século XVIII, se compararmos com outras localidades, de perfil semelhante ao de Viamão, o quadro torna-se menos comprometedor. A vila de Curitiba na mesma época tinha rendimentos que variavam de 164 a 212 mil réis anuais. Comparando com os conselhos municipais do norte de Portugal no final do setecentos, as receitas viamonenses fazem uma boa figura. De fato, enquanto que a maioria das Câmaras portuguesas tinha receitas inferiores a 300$000 anuais, em Viamão os rendimentos chegaram a exceder ao triplo desta quantia. Como observou Nuno Monteiro: "À partida, poder-se-ia pensar que tão magros recursos tendiam a diminuir a atração pelos ofícios de governança. Assim era nos pequenos conselhos. No entanto, nos grandes municípios, os oficiais camaristas manipulavam um conjunto relevante de recursos", detendo "o controle de um centro decisivo de poder e influência". Viamão certamente não era um "grande município", porém, como sede da única câmara do Continente, isto conferia uma maior importância a esta instituição, único canal de expressão das elites locais. [34]

[33] Dauril Alden. Royal Government in Colonial Brazil. Berkeley & Los Angeles, 1968, p. 509-510. Apêndice V: Commodity Prices in Southern Brazil, 1740-1777.

[34] Os dados para o Rio de Janeiro foram extraídos do Relatório do Marquês do Lavradio (1779). ortanto, a referência aos vinte mil cruzados anuais de rendimento refere-se ao final da década de 1770. Nas palavras do vice-rei: "Era o rendimento que a Câmara tinha nove para dez mil cruzados; hoje passa de vinte..." (p. 241). Ou seja, no início da década de 1770 os rendimentos da Câmara carioca eram bem menores, o que evidencia a relativa importância das rendas da Câmara viamonense nesta conjuntura. Para Curitiba, as informações são referentes aos anos de 1764, 1765 e 1771 e constam do Boletim do Arquivo Municipal de Curitiba. Vol. XXIII (1926) e XXVII (1927). Os dados para Portugal referem-se a um conjunto de 181 câmaras situadas nas provedorias de Viana, Guimarães Trás-os-Montes no período que vai de 1787 a 1796. Cf. Nuno Gonçalo Monteiro. "Os Concelhos e as comunidades" in: Hespanha, António Manuel (coord.) História de Portugal - vol. 4: O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa, Editorial Estampa, p.287-288.

Gráfico I: Receitas e despesas da Câmara em Viamão (1766-1773)



Fontes: AHPA. Atas da Câmara, 1767-1774 (prestações de contas do período 1766-1773). Obs: os valores referem-se aos recursos movimentados nos exercícios anteriores.

Uma das prerrogativas mais interessantes das câmaras ultramarinas era justamente a possibilidade de comunicação política direta com o soberano. A correspondência com o Conselho Ultramarino é reveladora desta relação direta entre este poder local e o Rei, distribuidor da justiça. Os oficiais da Câmara estabelecida em Viamão acabaram se mostrando defensores irredutíveis dos seus privilégios e interesses de classe. O auge desta articulação política local ocorreu no início da década de 1770, ainda durante o período de guerra com os espanhóis. Em 1771 nada menos do que dez cartas foram enviadas ao Conselho, tratando de diversos aspectos, todos relacionados aos interesses da elite local. Trata-se de um número surpreendente de correspondências em relação aos anos anteriores, quando poucas missivas foram enviadas. As cartas versam sobre os variados temas de interesse da elite política local: pagamento de tributos, falta de terras, baixo preço do gado muar e concorrência das bestas castelhanas, o prejuízo causado pelos índios aldeados, os rendimentos das passagens dos rios, além de questões administrativas referentes à ocupação de cargos (ver quadro II).

Os temas de ordem econômica não poderiam deixar de tratar dos interesses diretos desta elite, que era formada tanto por fazendeiros quanto por negociantes. Um bom exemplo era o negócio das bestas muares, que trazia avantajados lucros para os criadores de mulas e também para os tropeiros, o que torna compreensível a preocupação com a concorrência de outros produtores, como a região de Minas Gerais ou os territórios castelhanos. Embora a queixa seja basicamente motivada pela diminuição dos ganhos que poderiam ser auferidos, também se depreende uma conotação faccional, na medida em que os oficiais da câmara acusavam o ex-governador José Custódio, por este não ter coibido o contrabando. As evidências de que dispomos indicam que este governador seria aliado da família Pinto Bandeira, poderoso "clã" que congregava fazendeiros e militares no Continente e que tinha notórios contatos com criadores castelhanos.

Quadro II - Demandas da Câmara em Viamão, 1771

Data	Assunto
23.09.1771	Controle do poder pela Câmara em caso de ausência do governador da capitania .
23.09.1771	Pedido para não pagarem os quintos dos couros do gado bravio (por estar extinto). Querem pagar somente o dízimo.
23.09.1771	Devido à falta de terras em Viamão, pedem que se repartam as terras da Estância de Sua Majestade.
23.09.1771	Sobre o baixo preço das bestas muares, devido à concorrência de Mina Gerais.
23.09.1771	Sobre os índios aldeados em Viamão e os prejuízos por eles causados. Sugerem a transferência deles.
23.09.1771	Devido à falta de terras, sugerem a mudança do Registro para o rio Pelotas, para ocuparem as terras de Cima da Serra.
23.09.1771	Pedem para que seja proibida definitivamente a entrada de bestas castelhanas no Continente.
23.10.1771	Pedem a renda das passagens dos rios para a Câmara, visto seu diminuto rendimento.
26.10.1771	Requerem a nomeação de um novo governador, pois somente havia um interino.
06.12.1771	Pedem que os almoxarifes sejam indicados entre os homens abonados do Rio de Janeiro, pois os do Continente não teriam cabedais seguros.

Fontes: AHU-RS. caixa 2, doc. 167 a 173 e doc. 175 a 177.

Da mesma forma encaminhava-se a questão indígena, que era aparentemente ponto de discórdia entre a elite local. Neste ponto, os adversários do aldeamento indígena (a Aldeia dos Anjos) existente em Viamão, cujas críticas centravam-se na questão dos roubos de gado supostamente cometidos pelos índios, se contrapunham aos beneficiários do trabalho dos indígenas aldeados. Novamente, por detrás desta diferença, pode-se perceber o espírito faccional, já que o administrador dos índios – Antônio Pinto Carneiro – também era suspeito de ter ligações com o "bando" liderado por Rafael Pinto Bandeira. A questão fundiária, por seu turno, é bastante complexa e talvez possa ser entendida a partir da idéia expressada pelos vereadores de que havia um "aperto na fronteira", ou seja, uma falta de terras em Viamão, já que as melhores áreas estariam já ocupadas, além da expansão para o Sul estar bloqueada, graças à conjuntura bélica. Restavam, no entanto, algumas frentes de expansão possíveis, sendo que as preferidas eram as terras da Estância del Rey (situada na estreita península litorânea compreendida entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico) e os campos de Cima da Serra, que eram ocupados de maneira rarefeita. Na primeira das áreas pretendidas, havia um problema adicional, o fato de que as terras a serem distribuídas estavam "povoadas" de gado, que deveria ter sido retirado. Na segunda área havia também seus obstáculos, sendo o maior deles a ameaça dos autóctones insubmissos, que se materializava nos ataques às fazendas cometidos pelos indígenas kaingáng. De toda forma, as terras foram sendo gradualmente ocupadas nos anos seguintes. No que toca às questões administrativas, percebe-se uma forte defesa das prerrogativas da Câmara, em particular quanto à sua importância como cabeça de governo, quando acon-

tecesse uma descontinuidade na ocupação do cargo de governador. Era justamente o que acontecia naquela conjuntura, quando José Marcelino de Figueiredo era substituído por Antônio da Veiga de Andrade. Sobre este último, que foi governador interino da capitania por mais de um ano, o juízo dos camaristas não era muito favorável: "Esta Extensa Fronteira requer Governador de mais distinto caráter, cujo alto respeito sirva de muro às máximas do vizinho Espanhol, e de freio e escudo ao mesmo Continente".[35] As dúvidas quanto ao "caráter" do governador interino ao que parece não eram infundadas, pois Antônio da Veiga também não escapou de ter seu nome associado ao de Rafael Pinto Bandeira. Ambos seriam sócios nas arreadas de gado (ou corridas) que eram realizadas nos territórios castelhanos.

Em tempos de guerra, como eram aqueles anos (1763-1777), tudo seria possível na fronteira. Afinal, o domínio luso ainda era instável e bastante precário, daí que os castelhanos ironicamente tratassem os governantes portugueses do Continente pelo epíteto de "Governador de Viamão". A verdade era essa: a presença portuguesa estava a perigo, já que o único porto marítimo (Rio Grande) estava nas mãos dos espanhóis. O vice-rei, o 2º Marquês de Lavradio, aflito com o estado das coisas no Sul, queria vir ele próprio para a conturbada região. Não obtendo uma autorização do Conselho Ultramarino para tal procedimento, recorreu a um admirável expediente, enviando um homem de sua confiança absoluta para Viamão, alguém que seria seus "olhos e ouvidos" no Continente.[36] No ano de 1772 os cidadãos de Viamão expressaram ao governador, através de uma petição, o seu desconforto com a situação militar do Rio Grande, que certamente estava a prejudicar os negócios de uma parte considerável desta elite. Quando Lavradio ficou sabendo do teor da petição, acusou os oficiais de rebeldes e perturbadores da paz pública, acusando-os de crime de conspiração por estarem agindo em concerto com o governador. Enfurecido, o vice-rei determinou que os signatários desta petição fossem enviados presos ao Rio de Janeiro para receberem uma exemplar punição. Mais tarde, Lavradio esfriou os ânі-

[35] AHU-RS. caixa 2, doc. 176. Carta dos oficiais da Câmara do Rio Grande de São Pedro ao Rei D. José. Viamão, 26.10.1771.

[36] Este homem de confiança era Francisco José da Rocha, que foi nomeado sargento-mor de dragões na fronteira do Rio Pardo, muito embora sua função principal fosse investigar as atividade da elite local. Os relatos enviados ao Vice-Rei estão no ANRJ. Fundo Marquês do Lavradio. Microfilme 024-97, notação 16. Para uma pequena informação biográfica de Rocha, ver Alden. op. cit. p. 120-125.

mos e no dia do aniversário do príncipe real ele perdoou os "rebeldes", determinando ao governador Veiga e Andrade que usasse de "toda vigilância possível" para evitar novas situações similares. Talvez como decorrência desta rebeldia (entre outros fatores), no ano seguinte, em 1773, o vice-rei determinaria a transferência da Câmara de Viamão para Porto Alegre, que seria assim a nova capital. [37] Acabava assim a "idade de ouro" da Câmara em Viamão, com o translado definitivo do poder político local para a nova freguesia portuária.

[37] Alden, op. cit. p. 426. Da prisão no Rio de Janeiro devem ter escapado somente o escrivão e o juiz ordinário mais velho da Câmara. Nas atas consta que as rematações dos açougues não estava sendo feita "por dizerem que não havia câmara". Boletim Municipal. Ano IV, nº 12, set/dez. 1942, p. 403.

ABEILLARD BARRETO E A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SUL-RIO-GRANDENSE: DOIS BREVES ESTUDOS DE CASO

Francisco das Neves Alves[1]

Neste ano de 2006 completam-se três décadas da edição do segundo volume de uma das obras mais fundamentais à apreensão de conhecimentos históricos sobre a formação gaúcha – a *Bibliografia sul-rio-grandense*, bem como dois decênios da publicação de um dos mais completos livros sobre o jornalismo gaúcho – *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*. Estas obras, marcantes pela quantidade/qualidade de informações e fruto de exaustiva e copiosa pesquisa, nasceram das mãos de Abeillard Barreto, escritor cujo trabalho ultrapassou em importância o contexto local, perpassando às conjunturas regional, nacional e internacional, deixando escritos indispensáveis aqueles que pretendam empreender uma interpretação histórica, mormente acerca da formação rio-grandense-do-sul. Empreendendo uma rede de relações com estudiosos dos mais variados lugares, dirigindo a Biblioteca Rio-Grandense, uma das mais importantes instituições culturais brasileiras e escrevendo ensaios, artigos e livros de cunho histórico, Abeillard Barreto constituir-se-ia em típico representante da intelectualidade de sua época. Este trabalho visa apresentar dois breves estudos de caso sobre a contribuição de Barreto à historiografia sul-rio-grandense, notadamente no que tange aos escritos de estrangeiros sobre o Rio Grande do Sul e os primórdios da imprensa gaúcha.

Abeillard Vaz Dias Barreto (1908-1983) nasceu na cidade do Rio Grande e foi funcionário de carreira do Banco do Brasil, tendo dedicado grande parte de sua vida à pesquisa histórica, coletando fontes documentais e bibliográficas e escrevendo sobre a formação sul-rio-grandense. Barreto pertenceu a várias instituições ligadas à história, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Instituto Histórico e Geográfico Uruguaio, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Centro Rio-Grandense de Estudos Históricos. O historiador teve uma fundamental atuação junto à Biblioteca Rio-Grandense, da cidade do Rio Grande, presidindo-a, aprimorando seus serviços e contribuindo decisivamente com seu acervo, sendo inclusive doada toda sua biblioteca,

[1] Professor de História da Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

após sua morte, constituindo a atual Sala Abeillard Barreto, no seio daquela importante instituição cultural rio-grandense-do-sul[2].

A extensa produção bibliográfica de Abeillard Barreto inclui significativo número de títulos, mormente voltados à história gaúcha. Dentre seus escritos, além dos já citados *Bibliografia Sul-Rio-Grandense* e *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850)*, publicou *Fontes para o estudo da história da ocupação espanhola do Rio Grande do Sul*, *A ocupação espanhola no Rio Grande de São Pedro*, *A expulsão dos espanhóis do Rio Grande de São Pedro*, *A expedição de Silva Pais e o Rio Grande de São Pedro*, *Tentativas espanholas de domínio do sul do Brasil*, *A opção portuguesa: restauração do Rio Grande e entrega da Colônia do Sacramento*, *A Colônia do Sacramento: aspectos náuticos da fundação e defesa*, *As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul*, *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul* e a obra póstuma *O Rio Grande de São Pedro*.

Abeillard Barreto e os relatos de estrangeiros sobre o Rio Grande do Sul

A contribuição de cronistas estrangeiros que fizeram referência aos aspectos físicos e à presença humana no Rio Grande do Sul vem sendo, ao longo do tempo, significativa para as reconstruções históricas entabuladas acerca do território e da população sul-rio-grandenses. São narrações descomprometidas com fundamentos de ordem teórico-metodológica, do ponto de vista historiográfico, bem como empreendidas por indivíduos não necessariamente vinculados a algum tipo de formação científica específica, prevalecendo, em muitos casos, a expressão de naturalistas, para definir os autores, ainda mais por tratar-se de momentos históricos – séculos XVIII e primórdios do XIX – nos quais muitas das ciências estão ainda em fase de definição em seus campos de atuação e objetos de trabalho, predominando, assim, visões multifacetadas, nas quais são açambarcados, numa só versão, elementos constitutivos de variadas áreas do conhecimento humano.

[2] A respeito da biografia e das obras de Barreto, observar: LAGES, João Marinônio Carneiro. Apresentação. In: BARRETO, Abeillard. O Rio Grande de São Pedro. Rio Grande: Ed. da FURG, 1985. p. 7-10.; MARTINS, Ari. Escritores do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 68.; VILLAS-BÔAS, Pedro. Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 52.; STEENBOCK, Silvia Farias de Werk. Abeillard Barreto e sua obra: um estudo histórico. In: ALVES, F. N. (org.). Historiadores rio-grandinos. Rio Grande: FURG, 2001. p. 59-74.; ALVES, Francisco das Neves. Abeillard Barreto e a imprensa gaúcha: uma introdução ao tema. In: ALVES, F. N. (org.). Historiadores rio-grandinos. Rio Grande: FURG, 2001. p. 75-88.; e ALVES, Francisco das Neves. A imprensa rio-grandina segundo Abeillard Barreto. In: ALVES, Francisco das Neves et alli. A imprensa na cidade do Rio Grande: ensaios históricos. Rio Grande: NEHIRG, 2001. p. 35-39.

Por outro lado, as descrições/interpretações dos chamados viajantes (nem sempre o foram) estrangeiros trazem à luz uma série de elementos da vida gaúcha normalmente não vislumbrados em obras de outra natureza, mormente aqueles vinculados a questões do cotidiano, dos hábitos e costumes, e mesmo de aspectos comezinhos do dia a dia dos rio-grandenses-do-sul. Como toda construção discursiva, os escritos estabelecidos pelos cronistas são caracterizados por alguma presença, menor ou maior, de tendências, ou seja, reproduzem visões de mundo específicas de seu autor, influenciadas pelo contexto histórico no qual o mesmo esteve inserido. Neste quadro, cabe ao historiador que pretende analisar este tipo de narração ter conhecimento do meio que cercava o narrador, bem como de suas convicções e motivações pessoais, de modo que, assim orientando seu trabalho, possa o pesquisador ter uma ampla compreensão da obra em questão, interpretando-a em suas características externas e internas, descendo às minúcias, buscando as entrelinhas, ou seja, analisando o documento escrito em suas mais amplas relações extra e intradiscursivas. Assim, o cientista que tiver por alvo as crônicas elaborados por estrangeiros terá todas as condições de detectar as possíveis tendências que caracterizem o seu objeto de estudo (normalmente ligadas a algum tipo de preconceito eurocentrista), podendo isolá-las, ou ainda, transformá-las também em seu alvo de análise.

O mais profundo estudo realizado acerca dos cronistas que escreveram sobre o Rio Grande do Sul foi realizado pelo historiador rio-grandino Abeillard Barreto que empreendeu um trabalho sem precedentes ao amealhar documentos e informações sobre seu tema de pesquisa, originando-se, a partir daí, uma obra notável e insuperável versando a respeito daquele tipo de testemunho. Neste sentido, ao longo de sua carreira como historiador, Barreto desenvolveu uma rede de relações com estudiosos e descendentes daqueles cronistas, recolhendo dados e documentação através de suas viagens e por meio de enorme quantidade de correspondências trocadas com os mais variados recantos do mundo. Tanto suas cartas quanto os resultados de suas pesquisas – documentais e bibliográficos – encontram-se hoje como parte do acervo da Biblioteca Rio-Grandense. Barreto apresentaria palestras em eventos e publicaria alguns dos resultados parciais destas pesquisas, entre as décadas de trinta e setenta, até conseguir atingir seu intento, com a publicação da *Bibliografia sul-rio-grandense*.

Bem antes de publicar sua *Bibliografia*, Abeillard Barreto apresentava trabalhos envolvendo a temática, caso de *As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul*, publicado em 1937. No ensaio, o autor aborda os primeiros "cientistas" que fizeram alguma referência sobre o contexto sul-rio-grandense, em outras palavras, os relatos de estudiosos que, em suas variadas – e por vezes múltiplas – áreas de atuação dedicaram-se a tratar de determinados fundamentos da vida gaúcha. Sobre estas primeiras incursões ao tema, o autor

fazia referência a uma certa carência de fontes a respeito do Rio Grande do Sul – ainda mais quando em comparação com outras regiões do país. Segundo Barreto, nos primeiros tempos, raros haviam sido os visitantes do Continente de São Pedro e do Rio Grande do Sul Capitania, como poucos eram aqueles acerca da Província. Ainda sobre estes trabalhos inaugurais, o historiador rio-grandino lamentava a ausência da citação de fontes de parte dos autores, criando dúvidas, como no que se refere às obras de consulta, bem como à "ciência" em que trabalhavam os mesmos cronistas[3].

Convidado a participar do *Fundamentos da cultura rio-grandense* – organizado pela Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul e que, junto dos anais lançados sobre cada uma das cinco séries do evento, com o conteúdo das palestras proferidas, se constituiu num dos mais importantes acontecimentos para a história e a historiografia rio-grandense-do-sul[4] – Barreto apresentaria o trabalho *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul*. Comprovava-se, através do convite dos organizadores dos *Fundamentos da cultura rio-grandense* para a participação do estudioso rio-grandino, o reconhecimento do mesmo pelos membros da academia, identificando no historiador um digno representante da intelectualidade gaúcha de seu tempo.

O ensaio *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul* significou verdadeira preliminar, uma pequena antecipação, enfim, um levantamento parcial e introdutório de alguns dos dados que viriam a ser apresentados de forma completa, pouco mais de uma década depois, na magistral obra clássica de Barreto. Uma das primeiras preocupações do historiador rio-grandino foi a de apontar os fatores que levaram a poucas incursões escritas sobre as terras gaúchas e sua ocupação, nos primeiros tempos da incorporação territorial. De acordo com o autor, este caráter mais tardio na relação com o restante do Brasil, deveu-se ao fato de que, desabrigada, sofrendo o castigo periódico de fortes vendavais, sem acidentes físicos ostensivos que despertassem maior curiosidade ao olhar perscrutador do navegante dos primeiros séculos, a costa do Rio Grande do Sul, ainda mais pela má fama de sua barra de acesso, não apeteceu àqueles que deixaram de suas andanças o depoimento escrito, de que outras paragens, mesmo próximas, não são parcas, caso de Santa Catarina e Uruguai, cujas orlas marítimas tiveram a preferência dos primeiros exploradores destes mares. E complementava, afirmando que, somente mais tarde, quando em decorrência

[3] BARRETO, Abeillard. As primeiras investigações científicas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1937. p. 4-6.

[4] Sobre o Fundamentos da cultura rio-grandense, ver: MOREIRA, Earle Diniz Macarthy. Linhas de pesquisa histórica no Rio Grande do Sul. In: Anais da VI Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo: SBPH, 1987. p. 49-50.

dos desembarques, se foram fazendo conhecidos os caminhos terrestres, que o Rio Grande do Sul se iria desvendando aos poucos aos olhos do mundo[5].

Neste sentido, Abeillard Barreto destacava que as primeiras notícias sobre as terras gaúchas vieram dos roteiros das margens atlânticas e, depois, quando o índio e o gado passaram a representar fontes de exploração econômica, foram os caminhos interiores que conformaram os "itinerários" então conhecidos e, ainda mais tarde, foram as necessidades políticas e militares, determinando levantamentos cartográficos, que estimularam as explorações e desenvolveram o conhecimento da gleba. Segundo Barreto, o próprio fato de constituir-se em território litigioso entre as forças de expansão lusas e hispânicas também serviu como fator para que fossem mais raras as descrições sobre estas terras, restringindo-se, muitas vezes, às comunicações oficiais reservadas. Nas palavras do autor, foi com o alvorecer do século XIX que as narrações sobre o Rio Grande do Sul passaram por um incremento, tendo em vista que, àquela época, as sucessivas lutas no Prata, nas quais participaram numerosos mercenários estrangeiros, notadamente alemães, e a incipiente colonização estrangeira, sobre a qual, preferentemente, trataram autores daquela nacionalidade, que se desenvolveu o prelúdio das "explorações científicas" que se verificaram posteriormente a respeito do cenário sul-rio-grandense[6].

A respeito das primeiras informações escritas sobre as costas gaúchas, o historiador rio-grandino citava os relatos de Pero Lopes de Sousa em seu "diário", de Gabriel Soares de Sousa, no *Tratado descritivo do Brasil*, de Luís Serrão Pimentel, na obra *Prática da arte de navegar*. Para Barreto, destas referências sumárias ao Rio Grande do Sul não se pode inferir hajam os autores viajado pelo Rio Grande, decorrendo elas, provavelmente de visitas feitas anteriormente às paragens mencionadas pelos próprios ou por terceiros. Segundo o autor, no período entre 1695 e 1698 aparecem notícias mais precisas, de "bom valor" toponímico, advindas da demorada expedição que realizara anos antes Manoel Jordão da Silva, o primeiro a submeter à sanção real um projeto de colonização do Rio Grande do Sul, informando também sobre os dados apresentados num "roteiro" de Domingos F. da Filgueira[7]. Foi também preocupação de Abeillard Barreto, fazer referência a diferentes projetos de colonização do Rio Grande, além daquele efetivamente realizado por José da Silva Paes.

Tratando da gênese da ocupação lusa em terras gaúchas, Barreto chamava atenção para os escritos advindos dos relatos de náufragos que se fizeram

[5] BARRETO, Abeillard. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul até 1900. In: Fundamentos da cultura rio-grandense. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1962. 5ª série. p. 15.
[6] BARRETO. 1962. p. 15 e 17.
[7] BARRETO. 1962. p. 17-18.

presentes às costas rio-grandenses. Dentre estes, estiveram os náufragos do *Wager*, embarcação britânica que se perdera nos mares do extremo-sul da América Meridional e da qual alguns de seus tripulantes conseguiram chegar ao recém-fundado povoado do Rio Grande, onde, apesar de bem recebidos, tiveram de conviver com a agitação que tomava conta do ambiente local, tendo em vista o abandono dos primeiros colonizadores, do qual redundaria a Revolta dos Dragões, acompanhada pelos britânicos. Neste sentido, o escritor destacava o trabalho realizado por dois dos náufragos do *Wager*, John Bulkeley e John Cummins, considerando-o como uma das mais vastas bibliografias da época, complementada que foi por outras narrações correlatas, sobre o tema em questão. O autor de *Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul* referiu-se ainda a outra narração oriunda de náufragos, no caso, os remanescentes do naufrágio do *Duc de Chartres*, traduzidos em correspondência do padre jesuíta Melchior Strasser, trazendo a descrição, muitas vezes ingênua, das vicissitudes, as observações feitas no percurso e as informações quanto a fatos e pessoas, nos dois meses de contato com a virgem terra sul-rio-grandense[8].

Abeillard Barreto explicou que foram fundamentais para o crescimento qualitativo e quantitativo de escritos sobre o Rio Grande do Sul, os acontecimentos diplomáticos, militares e de reconhecimento do território que envolveram o planejamento, a demarcação e o fracasso do Tratado de Madri, fenômenos a partir dos quais ocorreu um incremento no número de visitantes às terras gaúchas, uns mais, outros menos ilustres que trouxeram lume aquele momento pelo qual passava a incipiente colonização rio-grandense. Para o autor, igualmente significativos foram a invasão do Rio Grande pelos espanhóis, desde 1763, e o esforço português em torno da reconquista, concretizada em 1776, período do qual adviria importantes obras sobre o Rio Grande do Sul, qualificando, inclusive, dois manuscritos desta época, como precursores em diferentes aspectos, podendo ser situados, mesmo com reservas, entre os que melhor contribuição podem dar aos estudos sociológicos no contexto rio-grandense-do-sul. O encurtamento do território gaúcho, com as determinações do Tratado de Santo Ildefonso e a incorporação a este mesmo território da região das Missões e as inter-relações destes fatos com as descrições entabuladas sobre o Rio Grande do Sul foram também temas abordados pelo historiador rio-grandino[9].

As chamadas questões platinas, ou seja os confrontos entre luso-brasileiros e hispânicos e, posteriormente, entre o Brasil e os Estados vizinhos da região do Prata, momentos históricos de ampla participação dos sul-rio-grandenses, são também destacados como pontos fundamentais ao incremento de obras so-

[8] BARRETO. 1962. p. 22-24.
[9] BARRETO. 1962. p. 24-28.

bre o Rio Grande do Sul, desde o período joanino até a formação do Estado Nacional Brasileiro. Barreto, sobre esta época, por ele caracterizada como um ciclo guerreiro por excelência, explicava que era lógico que as atividades não-militares se vissem restringidas ou menoscabadas por um estado de espírito refletindo a ânsia e a dúvida, senão o resguardo de outras nações não encaminhadas àqueles propósitos bélicos. A partir deste pressuposto, apontava o autor para os reflexos na produção de textos sobre o Rio Grande do Sul, de modo que, nas resenhas sobre a conjuntura rio-grandense iria se encontrar somente aqueles que foram trazidos por estas circunstâncias, escoimados, pelo desmerecimento como cronistas, dos que cuidaram exclusivamente da guerra em si[10].

Sobre o significado deste "ciclo guerreiro", Abeillard Barreto destacava a importante contribuição que dariam os mercenários para a bibliografia da província. Destes militares, dentre vários outros, o autor apontou a importância do alemão Carlos Seidler, considerado como cronista social por excelência, dedicado às aventuras amorosas, preocupado com bailes e festas, admirador veemente da mulher rio-grandense, realçando beleza, qualidades e independência da mesma, em contraponto com outros lugares do Brasil, descrevendo, enfim, a sociedade gaúcha em minúcias extremas; dando ao livro, no dizer do historiador rio-grandino, um "encanto especial", revelando a importância dada por Barreto aos autores que também se dedicaram a escrever sobre o cotidiano no sul do Brasil. Destacando diversos dos autores alemães que versavam sobre seu tema de estudo, o escritor explicava que tratavam também estes livros da colonização no Rio Grande do Sul, surgindo, à época, algumas obras específicas a respeito deste fenômeno, feitas algumas sob encomenda do governo central, do provincial, ou de empresários particulares, segundo à paternidade que as leis foram dando à execução dos projetos colonizadores. Apesar disto, Barreto relatava também a existência de obras não necessariamente vinculadas à propaganda, havendo aquelas com o mérito de estudar conscienciosamente, com observações locais, os erros e as vantagens da imigração européia[11].

Ainda sobre o processo colonizatório, especificamente acerca do alemão, o historiador realçava a importante contribuição para a história local, escoimadas as opiniões apriorísticas fundadas no interesse ou nas reações individuais, o conjunto de obras sobre a colonização germânica dizia bem da importância sociológica de que se revestira e que viria a ter reprodução evidente quando, ao final do século XIX, começaram as correntes italiana e polonesa a ativar a expansão demográfica do Rio Grande do Sul e, ainda segundo o autor, a fundir o tipo humano de uma civilização que ia deixando de ser rural para tornar-se

[10] BARRETO. 1962. p. 29.
[11] BARRETO. 1962. p. 29-32.

nitidamente urbana. Barreto explicava que os trabalhos sobre as terras gaúchas não se limitavam apenas aqueles ligados às demarcações de limites, havendo também aqueles que se relacionavam "à ciência", caso das investigações biológicas e as pesquisas que enveredaram pela biologia, advindas de algumas expedições científicas que se constituíram com aquele fim, ou do "ardor pessoal" de alguns naturalistas que visitaram o Rio Grande do Sul. Neste quadro, o autor entabulou um arrolamento de vários dos cronistas que escreveram sobre o tema, nos diferentes ramos das "ciências", com destaque para a obra de Saint-Hilaire a qual nascera a partir dos registros e observações de uma atividade "multiforme" e "avassalante"[12].

Em seu trabalho sobre os "viajantes estrangeiros", Abeillard Barreto realizou apreciações sobre as obras de diversos escritores, de diferentes nacionalidades e variadas formações e objetivos de viagem[13]. Dentre os vários autores destacados, esteve o comerciante inglês John Luccock, o qual dedicou alguns capítulos ao Rio Grande do Sul, nos quais a vida urbana e rural gaúcha, de acordo com Barreto, foi retratada tão superiormente, com uma nitidez tão perfeita, com uma técnica tão avantajada e com minúcias tão sedutoras, que os tornavam em conjunto a melhor imagem do Rio Grande do Sul da época. Ainda a título de exemplificação, três viajantes franceses foram destacados pelo historiador rio-grandino, Arsène Isabelle, cujos escritos foram caracterizados como páginas amenas e cheias de observações preciosas; Jean-Baptiste Debret, cujas gravuras teriam passado a dar maior entidade ao acervo iconográfico do Rio Grande do Sul; e Nicolau Dreys, categorizado por Barreto como autor de um dos melhores livros que legou o segundo quartel do século XIX, uma vez que sua obra fora confeccionada mais com um sentido didático, constituindo-se numa das mais citadas, o que provaria o crescente apreço em que era tida, superando o espírito com que foi elaborada, para situar-se entre os melhores livros de viajantes dentre os resenhados pelo escritor gaúcho[14].

O historiador arrolou ainda um grande número de obras e seus respectivos autores e, a respeito da nacionalidade dos cronistas que se referiram ao Rio Grande do Sul, Abeillard Barreto explicava que a contribuição dos portugueses era primacial, por terem sido eles os donos da terra; a dos espanhóis, dos primeiros tempos, foi igualmente importante pelas reivindicações em relação ao território; a dos ingleses se avantajaria com uma série de livros publicados, notadamente a partir da forte influência comercial da Grã-Bretanha; a dos franceses teve alguns dos nomes mais citados; bem como importantes também fo-

[12] BARRETO. 1962. p. 32-35.
[13] BARRETO. 1962. p. 35-41.
[14] BARRETO. 1962. p. 41-44.

ram suecos, dinamarqueses, belgas, suíços, italianos, russos e poloneses, os quais ofereceram algumas dezenas de estudos que serviram para alicerçar, diretamente conhecidos ou não, os fundamentos da cultura rio-grandense. A este respeito, na concepção de Barreto, a colaboração mais substantiva fora a dos germânicos, destacando que deveria ser de reconhecimento público a cooperação decisiva da inteligência alemã, com as sucessivas viagens de seus nacionais ao Rio Grande do Sul e com as centenas de livros e monografias que a respeito escreveram[15].

Fazendo um balanço de sua empreitada até então, Abeillard Barreto afirmava que, no levantamento bibliográfico que estava procedendo e ao acolher o convite que a Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul lhe fizera, ficara empolgado pelo vulto qualitativo e quantitativo desta contribuição, ao analisar as notas colhidas esparsamente em quase trinta anos de acesso a algumas bibliotecas do país e do estrangeiro. Barreto revelava uma proposta mais ampla, ao conclamar os estudantes e os estudiosos gaúchos a uma tarefa de maior truz, ou seja, a elaboração sistemática e cooperativa de um fichário da total bibliografia sul-rio-grandense, para que melhor os gaúchos se conhecessem àquela época, bem como no futuro. O autor apontava ainda que a centralização deste material poderia ser um cometimento de difícil execução, mas que também poderia ser satisfatoriamente substituída por um sistema de empréstimos inter-bibliográficos, os quais colocariam à disposição de todos, aqueles elementos de trabalho que estariam confinados aqui ou ali, reduzidos nos seus proveitos e apenas para a satisfação da vaidade da posse. Concluía o escritor que tal plano poderia sincronizar esforços e despertar aptidões, revelando-se, a partir destas atitudes, um conteúdo verdadeiramente universitário[16]. De acordo com estas perspectivas, Barreto já deixava bem evidenciadas suas intenções que se consolidariam, mais de um decênio depois, com a publicação de sua *Bibliografia sul-rio-grandense*.

Entre 1973 e 1976, o historiador rio-grandino lançaria o resultado final de suas incansáveis pesquisas, com a edição do livro *Bibliografia sul-rio-grandense*, o qual teve por subtítulo – contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul – no sentido de extrapolar conceitos como viajantes, cronistas, cientistas, entre outros, ou seja, sua obra se direcionava a apontar dados sobre todos aqueles que, direta ou indiretamente, fizeram referências à mais meridional das unidades brasileiras. Neste sentido, Abeillard Barreto oferecia ao público a mais completa obra acer-

[15] BARRETO. 1962. p. 46.
[16] BARRETO. 1962. p. 46-47.

ca da temática abordada, fundamental a qualquer um que pretenda empreender estudos sobre o cenário rio-grandense-do-sul, constituindo-se, enfim, em verdadeiro marco na produção histórico e historiográfica gaúcha.

A respeito da perspectiva de abordagem de seu trabalho, Barreto afirmava que, a princípio, iniciara suas investigações fixando-se, essencialmente, no "livro", nos viajantes estrangeiros ou nacionais, nos autores ou edições provinciais, modalidade que se revelou de difícil execução, mesmo se executada por uma equipe. Além disto, o autor explicava que também o conceito de viajante seria restritivo, uma vez que muitos dos que escreveram com proficiência sobre o Rio Grande do Sul nunca por lá andaram e, se ali estiveram, não foi em tal caráter. Na mesma linha, destacava que o "livro" seria apenas uma limitação física ao critério que pretendia dar à tarefa bibliográfica e, por isto, inclinara-se a superar estas limitações. Neste sentido, buscou ampliar seus objetos de estudo, direcionando-se não apenas à literatura de viagem, mas englobando também trabalhos científicos, mapas, planos, artigos de revistas e jornais, relatórios, memórias, roteiros, correspondências e seus anexos, ou ainda a menção de pessoas que aparentemente nada publicaram sobre a província, mas cujos dados biográficos permitiam supor a existência de trabalhos de sua autoria a este respeito[17].

De acordo com esta visão, o escritor ampliava de forma descomunal seu horizonte de abordagem, o que lhe criou sérios obstáculos, transpostos, no entanto, em nome da fidelidade máxima ao intento de apresentar um trabalho o mais completo possível. A este respeito, revelava Barreto que, se de sua pesquisa fossem excluídos todos aqueles documentos que não constituíssem a categoria "livro", a tarefa teria sido fácil, mas o âmbito mais estreito lhe teria tirado a compleição decorrente do aproveitamento de todos os elementos que pudessem ser reunidos. Sempre atento à questão da coleta e da execução da crítica externa e interna dos documentos, o historiador destacava que, no surgimento de dúvidas, sempre buscara saná-las mediante a utilização de fontes idôneas, muitas vezes atingindo os arquivos locais ou municipais onde seria possível encontrar os dados pertinentes[18].

Assim, Abeillard Barreto, apesar do enorme manancial de fontes levantado, revelava significativa modéstia, ao explicar que seu trabalho não era completo. Deixava ele evidenciada a visão consciente do historiador que reconhece que seus escritos podem vir a ser complementados, superados ou até refutados (o que, no caso em estudo, até então não ocorreu, e dificilmente ocorrerá), uma vez que a história se constitui numa ciência cuja forma de aquisição do conhe-

[17] BARRETO, Abeillard. Bibliografia sul-rio-grandense. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. v. 1. p. 1-2.
[18] BARRETO. 1973. p. 2-3.

cimento é cumulativa, além do que, ela passa, constantemente por renovações e reorientações, mormente no campo teórico-metodólogico, demarcando-se variadas formas de interpretação de acordo com os diversos contextos históricos e historiográficos.

Neste sentido, Barreto explicava que, ainda que os bibliógrafos aspirassem a que seus trabalhos pudessem ser completos, este desejo nunca seria atingido na execução, uma vez, que na maioria dos casos, sendo estas obras fruto de demorada pesquisa ou da acumulação de dados durante um período prolongado, na medida em que novos conhecimentos viessem a ser acrescidos, a evolução dos conceitos levaria a alterações ou modificações tendentes a destruir a unidade do trabalho e até a torná-lo claudicante, pela exclusão de fontes que só o tempo passaria a considerar válidas no contexto geral[19]. Apesar das cuidadosas ressalvas expressas pelo próprio autor, até os dias de hoje, sua *Bibliografia* continua a ser uma obra insuperável e de consulta obrigatória a todos aqueles que pretendem edificar trabalhos sobre o Rio Grande do Sul.

Abeillard Barreto e uma perspectiva histórica acerca da imprensa rio-grandense-do-sul

O significado da imprensa escrita ao longo do século XIX foi profundamente expressivo, de modo que aos historiadores não restou outro caminho a não ser o de incluir os jornais no rol das denominadas fontes históricas. Este, no entanto, não foi um processo simples e imediato e, por muito tempo, as folhas impressas foram condenadas a um certo ostracismo historiográfico, verdadeira má vontade preconceituosa, sob a argumentação de que, por constituir-se numa fonte tendenciosa, o jornal não teria condições de vir a ser elevado ao *status* de documento histórico. Estes preconceitos foram gradualmente sendo vencidos, até pela convicção de que toda fonte história é, por si, menos ou mais tendenciosa, além do que, se passou a acreditar que as próprias tendências expressas pelos periódicos, frutos de convicções e/ou conveniências conjunturais/circunstanciais também poderiam vir a constituir um objeto de estudo histórico.

Assim, progressivamente, os jornais passaram a ocupar um espaço crescente como documentos concernentes à pesquisa histórica. Entretanto, muitas vezes, passou-se de um pecado à outro, ou seja, do conceito pré-estabelecido que alijava a imprensa, passou-se, em certos casos, a utilizar a mesma indiscriminadamente, como fonte sobre os mais variados contextos e acontecimentos históricos, sem ao menos tomar os devidos cuidados quando se estuda este tipo de documento. Todo

[19] BARRETO. 1973. p. 1.

jornal esta afinado com sua conjuntura histórica, apresentando um dado norte editorial e algumas modalidades e estratégias que demarcam as suas construções discursivas, cabendo ao historiador ter um profundo conhecimento de todos estes condicionantes, o que nem sempre acabou sendo observado ou utilizado como pré-requisito ao estabelecer-se um mote de pesquisa.

Um dos elementos básicos que caracteriza estas falhas e/ou lacunas nos estudos que se utilizam do jornalismo como fonte está vinculado ao fato de que, em muitos casos, o pesquisador prende-se estritamente ao texto do jornal, utilizando as informações ali expressas como se as mesmas fossem o retrato fiel da realidade. Passam despercebidas – ou, por vezes, despreza-se deliberadamente – as condições de estruturação extra e intradiscursiva dos jornais, pelas quais eles recriam uma dada realidade, realocando, sintetizando ou metabolizando os fatos de acordo com as conveniências dos responsáveis pela sua edição. Destes casos, resulta um reconstrução histórica distorcida e comprometida em relação aos seus resultados.

Estas falhas quanto ao conhecimento histórico promovido a partir dos jornais estão intrinsecamente relacionadas com a distinção que se deve fazer entre uma história "da" imprensa e uma história "através" da imprensa. No primeiro caso, o historiador busca desvelar as identidades, os padrões editoriais e as construções discursivas de um ou de um conjunto de jornais; já no segundo, o pesquisador intenta estudar um determinado elemento constitutivo de uma dada sociedade, por meio das informações expressas nos periódicos. Em ambas são necessários os cuidados já descritos, porém, para o estudioso que objetiva entabular uma história "da" imprensa, isto é possível por si só, no entanto, para aquele que pretende realizar uma história "através" da imprensa, torna-se inevitável, ao menos de modo introdutório, estudar ou promover também uma história "do" jornal ou série de jornais com que pretende trabalhar, pois, só assim, terá as plenas condições de apreender o que está escrito nas linhas e nas entrelinhas desta mesma folha ou coleção de folhas.

Neste sentido, a articulação e a inter-relação entre a utilização da imprensa como fonte e/ou como objeto de trabalho – diferença por vezes sutil, mas fundamental – constitui-se num elemento crucial para o êxito dos empreendimentos científicos. Um obstáculo para este termo satisfatório esta no fato de que nem sempre é possível encontrar-se uma "história da imprensa" de um país, região ou cidade, sistematizada e reunida num manancial único de informações, tratando-se, na maioria das vezes, de trabalhos esparsos e dados fragmentários entre si, fazendo com que o próprio historiador venha a ter que promover uma determinada reconstrução histórica que lhe permita o pleno conhecimento do documento a ser trabalhado.

No caso do Rio Grande do Sul, refletindo também as próprias características da conjuntura nacional, está história "da" imprensa gaúcha vem sendo

empreendida há mais de um século, através de artigos, ensaios, monografias e livros que versam sobre o tema. Estes trabalhos apresentam enfoques diferenciados entre si, variando desde catálogos, estatísticas, arrolamentos e levantamentos descritivos até pesquisas que buscam uma renovação metodológica. Sendo a história uma ciência cujo conhecimento é cumulativo, todas as formas de abordagem acerca da história da imprensa rio-grandense prestaram, cad qual a seu modo, sua contribuição para uma melhor compreensão histórica de um processo tão complexo como o foi o da evolução do jornalismo nas diversas comunidades rio-grandenses-do-sul[20].

Foi nesta conjuntura que o historiador rio-grandino Abeillard Barreto entabulou alguns de seus escritos a respeito do jornalismo gaúcho. Grande conhecedor da produção bibliográfica existente acerca dos mais variados elementos constitutivos da sociedade sul-rio-grandense, Barreto observava a urgente necessidade de um trabalho que sistematizasse as informações existentes e os escritos já realizados sobre a imprensa rio-grandense. Neste sentido, o próprio autor destacava que a história da imprensa no Rio Grande do Sul ainda não fora completamente escrita, uma vez que, à exclusão dos trabalhos, sem dúvida valiosos, de Alfredo Ferreira Rodrigues, Coronel Tancredo F. de Mello, Dr. João de Oliveira, J. J. Cezar e Dr. João Pio de Almeida, pouquíssima coisa, aqui ou ali, é digna de nota[21]. Neste sentido, as pesquisas do escritor rio-grandino versando a respeito do tema viriam a colaborar significativamente neste processo de construção histórica.

Os estudos do historiador sobre a imprensa gaúcha vieram a público, pela primeira vez, num artigo publicado no jornal *Rio Grande* de sua cidade natal, no qual ele tratou da evolução do jornalismo rio-grandino, desde as suas origens, em 1832, até o fim da Monarquia[22]. Barreto desenvolveu um copioso e profícuo trabalho de pesquisa histórica, levantando fontes documentais e bibliográficas sobre o assunto em foco, juntando através de recortes e anotações manuscritas e datilografadas praticamente tudo que se havia estudado sobre o jornalismo até então, assim, como por meio de seus levantamentos a respeito dos próprios jornais que circularam pelo Rio Grande do Sul e com os quais ele tomou contato[23].

---

[20] Sobre a produção historiográfica acerca da imprensa rio-grandense, observar: ALVES, Francisco das Neves. Imprensa gaúcha: história, historiografia & política. Rio Grande: FURG, 2000. p. 31-103.

[21] BARRETO, Abeillard. A imprensa do Rio Grande no tempo do Império. Rio Grande , 27 jun. 1935. p. 4.

[22] BARRETO, 1935. p. 4-5.

[23] BARRETO, Abeillard. Imprensa – Rio Grande do Sul (anotações). Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, [19—]; BARRETO, Abeillard. Imprensa – Rio Grande (anotações) . Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, [19—]; e BARRETO, Abeillard. Imprensa – Pelotas e Porto Alegre (anotações). Rio Grande: Biblioteca Rio-Grandense, [19—].

Estes trabalhos acabariam por ser sistematizados, de modo que, por ocasião de seu falecimento, Abeillard Barreto deixaria elaborados os originais de sua obra sobre a imprensa gaúcha, os quais viriam a ser publicados, de forma póstuma, em 1986, ainda por ocasião das comemorações do sesquicentenário da Revolução Farroupilha. Em seu *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*[24], o historiador abordou os vários jornais que circularam nas mais importantes cidades do Rio Grande do Sul, entre as décadas de vinte e quarenta do século XIX, ou seja, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Sua maior preocupação foi a de realizar um arrolamento dos periódicos, mas não deixou de tomar o cuidado de inseri-los no contexto histórico em que circularam, caracterizado pelo processo de fermentação, eclosão, desenvolvimento e seqüelas relacionados com a Revolução Farroupilha.

Como lembra Sérgio da Costa Franco, o historiador rio-grandino, ao longo da vida, desenvolveu como *hobby* a pesquisa bibliográfica e histórica, tendo-se tornado, à custa da pertinácia, contração ao trabalho e seriedade intelectual, o maior entendido em bibliografia de assuntos sul-rio-grandenses. Neste sentido, segundo Franco, Abeillard Barreto foi um incansável trabalhador da cultura e, mesmo depois do grande sucesso de sua *Bibliografia Sul-Rio-Grandense*, acolhida com gerais aplausos, não se deteve em suas pesquisas, voltando os olhos para a metodização de um assunto que sempre o atraíra: a história da imprensa nos primeiros anos do jornalismo gaúcho, quando vigorosamente refletiu a polarização política do período que precedeu e que testemunhou a Revolução Farroupilha. Como resultado, surgiriam os originais de seu *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*, obra na qual continuou refletindo a sua cautela no armazenar e sistematizar informações[25].

Ao buscar estabelecer um contexto para o desenvolvimento da imprensa gaúcha, em seus primeiros decênios de existência, Barreto utilizou-se de um componente intrinsecamente atrelado à evolução do jornalismo, ou seja, a legislação de imprensa, a qual, menos ou mais coercitiva, de acordo com o quadro de estabilidade/instabilidade político-institucional pelos quais passou o país, exerceu decisiva influência sobre os rumos das lides jornalísticas, uma vez que, a partir das leis de imprensa, e as possibilidades maiores ou menores de exercer-se o direito de expressão, os jornais poderiam manifestar-se mais abertamente (com ou sem riscos), ou ainda, muitas vezes, foram obrigados a expressar suas

[24] BARRETO, Abeillard. Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul (1827-1850). Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, 1986.
[25] FRANCO, Sérgio da Costa. Apresentação. In: BARRETO. 1986. p. 1.

idéias de modo mais velado, ou, mais drasticamente, silenciar, nos momentos de cerceamento ainda maior[26].

Nesta perspectiva, Abeillard Barreto explicava que, à medida em que evoluíam as práticas jornalísticas no país, natural e proporcionalmente, desenvolvia-se uma respectiva forma de controlar o discurso emitido a partir da imprensa. Segundo ele, quando em 1827, apareceu o primeiro jornal no Rio Grande do Sul, a legislação brasileira sobre liberdade de imprensa ainda engatinhava e era, mesmo, muito contraditória, por visar menos a ela que a censura ditada em contrapartida. Neste sentido, afirmava que, quando da liberação e introdução das atividades tipográficas no Brasil, à época joanina, juntamente se organizara um órgão para examinar os papéis e livros que se mandassem publicar e fiscalizar que nada se imprimisse contra a religião, o governo e os bons costumes. Na interpretação do autor, não eram satisfatórias essa medidas, no entanto, a qualquer das partes em jogo, de modo que as regras viriam a ser alteradas em 1821, estabelecendo-se novas formas de controle, para impedir que se abrisse a porta à libertina dissolução no abuso da imprensa[27].

O escritor rio-grandino destacava também as medidas liberalizantes para a imprensa, a partir das idéias emanadas de Lisboa, ainda em 1821, o que contrastava com o clima agitado politicamente que marcava a transição que levaria à formação do Estado Nacional Brasileiro. De acordo com este ambiente, Barreto declarava que a agitação política prévia à independência, que já começava a dividir os brasileiros natos do elemento português, o qual persistia em se manter fiel ao país de origem, tornava inexeqüiveis os ensaios de legislação pertinente, não só por indefinição formal dos preceitos, como também pelo modo aleatório com que as penalidades eram até então definidas[28].

A partir da fundação do Estado Nacional, o autor destacava que uma das preocupações dos legisladores brasileiros permaneceu ligada à questão da imprensa, tema recorrente na Assembléia Constituinte, lembrando a urgência de elaborar-se um projeto de lei dispondo sobre a liberdade de imprensa como princípio invulnerável, salvo nos casos ali previstos e que a tornassem inoperante, conforme preceitos devidamente codificados. Barreto fez referência à dissolução da Assembléia, o que levaria a efetivar-se uma lei de imprensa sob a forma de decreto, em 1823. Mesmo que, posteriormente, a Constituição viesse a garantir a plena liberdade de imprensa, fazia a ressalva que os abusos deveriam ser apurados de acordo com uma legislação complementar, a qual, como desta-

[26] Acerca da legislação brasileira de imprensa, no século XIX, observar: ALVES, Francisco das Neves. Legislação de imprensa no Brasil (1823/1923): um contraponto entre a Monarquia e a República. Revista da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. n. 15. Curitiba: SBPH, 1998. p. 37-55.

[27] BARRETO, 1986. p. 7.

[28] BARRETO, 1986. p. 7-8.

cava o historiador, custou a ser elaborada, fazendo com que o Imperador se manifestasse algumas vezes, cobrando providências do Legislativo, ainda mais num momento histórico de conturbação, como passara a tornar-se o período final do I Reinado[29].

Esta carência de uma legislação complementar, no comentário de Abbeilard Barreto, viria a ser satisfeita com uma lei de imprensa de setembro de 1830, a qual descia às minúcias, sobre as transgressões possíveis, prescrevendo-se também as penas, pecuniárias e de prisão, em cada caso. Pouco depois, os crimes de imprensa passariam a ser julgados de acordo com os ditames do Código Criminal do Império, instituído a partir de dezembro de 1830. No que tange à esta legislação, Barreto destacava que praticamente, salvo em cinco ou seis casos, em Porto Alegre, de jornais que se publicaram antes de 1830, toda a imprensa dali, e da cidade do Rio Grande, no segundo quartel do século XIX, fundou-se e viveu sob tal égide. O historiador, ainda sobre o mesmo assunto, lembrou que, durante a revolta no Rio Grande do Sul, nada foi inovado pelos revolucionários farroupilhas, eis que no projeto de constituição da república rio-grandense, a determinação quanto à imprensa reproduzia quase *ipsis litteris* o texto da lei magna do Império[30].

A seguir, Barreto passava a traçar um outro contexto, correlato a este da legislação, relacionado ao acentuado contorno político-partidário do jornalismo brasileiro, na transição do I para o II Reinado, com destaque para o Rio Grande do Sul, onde se acirravam as disputas, num caminho sem volta em direção à guerra civil. De acordo com isto, afirmava o autor que tinha sua razão de ser essa preocupação constante quanto aos abusos que se verificavam nos jornais que proliferavam no país inteiro ainda mais quando se tornaram mais profundas as diferenças entre os que mantinham as duas posições adversas. Quanto a este partidarismo da imprensa, o escritor destacava ainda que, à época da gênese do jornalismo gaúcho, não poderia a imprensa local deixar de amparar-se num ou noutro partido, quase sempre com compromissos panfletários, facilitados, aliás, pela intolerância política[31].

No que tange à agitação político-institucional do período das Regências e os seus reflexos junto ao jornalismo, Abeillard Barreto explicava que este momento histórico foi deveras conturbado em matéria de imprensa, antes ou depois da morte de D. Pedro I, com a qual deveria ocorrer um arrefecimento da luta periodística, se não fosse as já engajadas diversas correntes políticas em que se dividia a opinião pública, com preponderância da facção liberal, cuja esquerda

[29] BARRETO, 1986. p. 8-10.
[30] BARRETO, 1986. p. 11-12.
[31] BARRETO, 1986. p. 12.

se insuflava com elementos alienígenas de grande atividade. Nesta linha, o historiador, a respeito das diferentes frentes em conflito, explicava que, se feito o levantamento mais acurado de suas atividades, se encontraria entre os propósitos de todas elas, a publicação e a manutenção de jornais essencialmente políticos, concorrendo para extremar a luta periodística e, conseqüentemente, para maior divisão da população local. De acordo com este contexto, o autor descrevia que é dessa época, sobretudo, a adoção de divisas ou epígrafes mais contundentes, visando aos opositores, como também o uso de apelidos ou apodos com que eram mimoseados os adversários, sobretudo os mais representativos da facção adversária[32].

Barreto fez ainda referência a um gênero jornalístico também típico desta época, ou seja, os praticantes da pasquinagem. Segundo ele, daquela posição quase extrema passaria a imprensa, fatalmente, a outra ainda mais inconciliável, enveredando muitos dos periódicos pelo caminho da mais desenfreada verrina, pois, à medida em que os ânimos tendiam a acirrar-se crescentemente, a solução que mais atendia aos interesses assim reprimidos era a da criação de pequenas folhas, sem periodicidade certa na maioria dos casos, e que atuavam irresponsavelmente como verdadeiros pasquins, atassalhando a honra dos desafetos por questiúnculas mínimas. Ainda no que tange à pasquinagem, o escritor destacava que os anos que antecederam de perto a abdicação de D. Pedro I, e nos que a sucederam, com a implantação da Regência e com o pesadelo de uma possível restauração foram aqueles em que esses pasquins proliferaram em todo o país, de modo que, no Rio Grande do Sul, onde já se escrevia o prefácio da Revolução Farroupilha, não poderia afastar-se do rumo apaixonado por que enveredara a imprensa brasileira, principalmente a do Rio de Janeiro, a qual dava o tom a toda ela das respectivas províncias, despertando novos ódios ou acirrando antigas desavenças[33].

A respeito do jornalismo político-partidário da etapa de formação da imprensa gaúcha, Abeillard Barreto informava que, muitas vezes, os jornais nasciam de iniciativas e esforços individuais, em nome de uma causa política. Nesta linha, afirmava ele que é admirável a devoção dos periodistas da época, que redigiam a notícia, selecionavam a transcrição, revisavam as provas, gerenciavam a tesouraria e a distribuição da folha e, em alguns casos, até faziam as vezes do tipógrafo, para manter acesa a flama jornalística que os abrasava, sem que em muitos casos houvesse sequer uma remuneração mínima a seus serviços. Assim, Barreto definia que a primeira fase da imprensa gaúcha se caracterizara

[32] BARRETO, 1986. p. 13.
[33] BARRETO, 1986. p. 13-14.

essencialmente pelo jornalismo de natureza partidário-política pois, ainda que tivessem ocorrido certas tentativas de práticas alternativas, buscando não se envolver diretamente com as frentes em confronto, eram os fatos políticos que mantinham o fogo sagrado do jornalismo da Província[34].

Em seu trabalho, Barreto fez ainda algumas referências a uma nova etapa do jornalismo gaúcho que se desenvolveria a partir do encerramento da Revolução Farroupilha, momento no qual a imprensa pôde estabilizar-se, mantendo-se os jornais então existentes por longos anos e obedecendo à orientação mais ou menos uniforme[35]. Neste sentido, o autor rio-grandino explicava que, com o término da Revolução de 1845, os tempos mudariam, já com menores perseguições e maior respeito pela liberdade de imprensa. A respeito desta época, ele destacava ainda que nela os jornais evoluiriam, quase todos já em um formato maior, com feição moderna, mais noticiosos e publicando folhetins, que seriam então a última palavra nos jornais europeus[36].

Neste quadro, o historiador rio-grandino fez um amplo levantamento dos jornais que circularam nas mais importantes cidades gaúchas desde a década de vinte até a metade do século XIX, porém, diferentemente de boa parte dos arrolamentos até então entabulados, Barreto buscou relacionar os periódicos estudados com o contexto histórico nos quais eles se inseriram, mormente aquele relacionado com a época de formação, evolução e pacificação da Revolução Rio-Grandense de 1835-1845. Fosse o ambiente do controle discursivo, fosse aquele relacionado com o político-partidário, o autor não enfocou seus objetos de análise como elementos estanques e, ao contrário, buscou inter-relacionar os jornais entre si e com a conjuntura à qual estiveram vinculados.

Com *Primórdios da imprensa no Rio Grande do Sul*, Abeillard Barreto, como o já fizera com o seu *Bibliografia sul-rio-grandense*, deixou uma obra fundamental para uma melhor compreensão histórica da evolução do jornalismo gaúcho, nos seus primeiros anos de existência, desde a gênese até o período pós-revolucionário, numa fase de afirmação das práticas jornalísticas. Também em seus escritos sobre a imprensa, Barreto utilizou-se de sua principal característica como historiador, ou seja, a copiosa coleta de dados, resultando numa obra repleta de informações, imprescindíveis para aqueles que pretendem realizar estudos a respeito das lides jornalísticas no Rio Grande do Sul. O trabalho de Barreto sobre os jornais gaúchos da primeira metade do século XIX contribuiu, assim, decisivamente para a reconstrução histórica entabulada acerca da imprensa sul-rio-grandense, num processo que, crescentemente passou a valori-

[34] BARRETO, 1986. p. 15.
[35] BARRETO, 1935. p. 4.
[36] BARRETO, 1986. p. 15-16.

zar o jornalismo, culminando, nas últimas décadas, com a incorporação definitiva dos estudos sobre a imprensa no rol dos temas inseridos na historiografia gaúcha. No contexto de grande carência de trabalhos que visam abordar a história "da" imprensa gaúcha, os estudos de Abeillard Barreto vêm preencher uma lacuna significativa, servindo para orientar as pesquisas que buscam utilizar-se do jornalismo como objeto, e/ou como fonte para as análises históricas. Nestes dois breves estudos de caso foram apresentadas apenas algumas nuanças sobre o trabalho deste historiador que deixou uma obra fundamental e imprescindível para os estudiosos da história gaúcha.

DUAS QUESTÕES DE GEOGRAFIA HISTÓRICA DA CIDADE DE PORTO ALEGRE

Gervásio Rodrigo Neves[1]
Liana Bach Martins[2]

Resumo: Esse artigo questiona dois aspectos da formação da cidade de Porto Alegre: o primeiro a localização do Morro Santana, considerado por historiadores da segunda metade do século XX como local da origem da cidade e o segundo, relacionado com o mapa elaborado pelo capitão Montanha em 1772, que teria sido a primeira planta da cidade, embora não se conheça seu original.

Palavras Chaves: Geografia histórica, Porto Alegre, cartografia, Morro Santana, Capitão Montanha.

1. Apresentação

A elaboração do CD "A Cartografia Virtual Histórico Urbana de Porto Alegre" resultante do trabalho de identificação, catalogação e organização das plantas históricas da cidade de Porto Alegre - num esforço de preservação do patrimônio cultural - foi desafiante em todas as suas fases. A procura da planta mais antiga, referida por alguns historiadores como de autoria do capitão Alexandre José Montanha (1772?) ou a elaborada por José Pedro César em 1825 para a Câmara Municipal, foi frustrante, na medida em que não foram encontradas, embora a segunda esteja referenciada nas atas e correspondência da Câmara de Porto Alegre: Esta planta está desaparecida. A do capitão Montanha, certamente nunca existiu. Fomos encontrar o primeiro registro cartográfico da cidade de Porto Alegre - na verdade um belo esboço aquarelado desenhado de memória - no Museo del Risorgimento, de Bolonha na Itália, de autoria do conde Lívio Zambeccari, cuja existência foi indicada em 1933 por Alfredo Varela, em sua obra Res Avita.

A leitura da bela planta de 1839 revelou a existência do morro de *Sta Anna* que não corresponde a atual localização do morro de Santana. Verificou-se que Nicolau Dreys já havia feito esta observação em 1839. Resultado: o

---

[1] Professor Livre-docente. Titular de Geografia (aposentado) da UFRGS. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

[2] Licenciada em História, Mestranda em Geografia – UFRGS, pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, historiógrafa do Museu Julio de Castilhos.

"morro Santana", onde se originou a cidade de Porto Alegre, não é o atual com o mesmo topônimo, mas o morro correspondente ao eixo das atuais ruas Duque de Caxias, Praça Dom Feliciano, Independência, o que é coerente com a tendência natural da organização espontânea dos homens e da escolha dos sítios urbanos pelos portugueses.

Estas notas retomam estas duas questões: da localização do morro de Santana no momento da construção da cidade e o mapa do capitão Alexandre Montanha, na perspectiva da análise da documentação cartográfica histórica, nos relatos textuais e gráficos dos sítios preferenciais portugueses nos seus domínios no mundo tropical e subtropical.

2.Morro Santana: qual morro?

A unidade do relevo cujo topônimo é designado e grafado como *Morro de Santana, Sant'Ana, Sant'Anna, Santa Anna ou Santa Ana* foi associada ao local da criação da cidade de Porto Alegre: Nele estaria o berço da cidade. Essa relação cidade-unidade particular do relevo foi estabelecida a partir dos termos da carta de sesmaria passada por D. Luiz de Mascarenhas ao madeirense Jerônimo de Ornelas Menezes e Vasconcelos:

> "D. Luiz Mascarenhas Comendador da Ordem Cristo do Conselho de S. Mag. E Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas da sua Repartição. Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem que tendo respeito a me representar Jeronymo Dornelles de Menezes acharce estabelecido com o Morro da Senhora Santa Anna que parte do Norte com o Tenente Francisco Pinto Bandeira e a devide o Rio Gravatahy ao Sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que devide o Rio Jacarahy e do este as prayas do Rio Grande e de Leste com Francisco Xavier de Azambuja pedindo-me lhe fizesse mercê mandar passar carta de Sesmaria das ditas terras e attendendo ao seu requerimento em que foy ouvido o Dr. Procurador da Coroa. Hei por bem de conceder em, nome de S. Gag. Que Deos guarde ao dito Jerônimo Dorneles Menezes tres léguas de terras de Comprimento e hua de Largo na paraje chamada o morro de Senhora Santa Anna que parte do Norte com o fazenda do Tenente Francisco Pinto que devide o Rio Gravatahy e do Sul com o Tenente Sebastião Francisco Chaves que a devide o rio Jacarahy e do este as prayas do Rio Grande e do Leste com Francisco Xavier de Azambuja as quais terras lhe concedo na forma das ordens do dito Senhor &&... Data nesta Vila Boa de Goiaz aos sinco dias do mez de novembro de mil setecentos e quarenta".

"*Esta carta foi confirmada pela Carta Régia de 23 de janeiro de 1744 e registrada a 11 de dezembro do mesmo ano... no Porto de Viamão, visada por*

Gomes Freire a 20 de junho de 1754", conforme registra Spalding. Os limites da sesmaria foram definidos pelas concessões lindeiras e por três cursos de água: no Norte, com a sesmaria de Francisco Pinto Bandeira, pelo rio Gravataí; no Sul pelo Arroio Jacarahy; ao Oeste com as praias do Rio Grande, isto é, a margem esquerda do Guaíba, incluindo a porção extremo-oriental dos braços do delta e, finalmente, pelo Leste com a sesmaria de Francisco Xavier de Azambuja.

Foi possível, utilizando a atual carta topográfica do município de Porto Alegre, esboçar os limites hipotéticos da sesmaria de Jerônimo Dornelles Menezes, sem, contudo precisá-los, utilizando as abstratas 1 x 3 léguas concedidas. O traçado dos limites permite formular duas hipóteses de localização da sesmaria de Jerônimo de Ornellas Menezes e Vasconcellos: 1 - a linha de 3 léguas corresponderia ao limite com o Guaíba ou 2 - a linha de 1 légua estaria limitada pelo Guaíba. Nos dois casos, o território da sesmaria não chegaria ao atual Morro de Santana.

> *"O Porto de Viamão... se localizava entre o Rio Jacareí* (Riacho contemporâneo) *e, mais ou menos a ponta de Itapuã, querendo parecer-nos que deveria ser na foz do Riacho, próximo ao local da antiga estação da E.F. do Riacho, o ponto inicial (idem, p.136). Daí nasceu o Porto de Viamão que foi se estendendo aquém do Rio Jacaraí (Dilúvio ou Riacho), havendo já em 1754, um povoado resultante da chegada dos casais"*. Prossegue Spalding: *"... convém notar, já em 1740 que as terras ora ocupadas pela atual cidade de Porto Alegre estavam sendo povoadas e eram habitadas, desde muito, no Morro de Santana, no atual Partenon,* (o grifo é nosso) *até as proximidades do Guaíba, além Riacho"* (p.136). A imprecisão dessa descrição não ajuda a esclarecer ou, pelo contrário, induz a fixar a origem da atual cidade de Porto Alegre nas bordas do atual morro de Santana no bairro da Agronomia.

O atual Morro Santana, *"... também chamado de rincão de São Francisco..."* (BARROSO & OSMARI, 2004, p.59, sem, contudo, citar a fonte da informação), não foi *ocupado* nos níveis de densidade da uma povoação da época, o que é atestado pelas benfeitorias registradas na desapropriação, em 1772, da fazenda do Morro de Santana, segundo Sérgio da Costa Franco (2004, p.15). Tratava-se, sem dúvida, de testemunhos de um estabelecimento rural isolado.

Além disso, a ocupação se fez na orla flúvio lagunar, isto é, nos arredores da foz do Riacho, na margem do Guaíba e em seu leito de inundação, em direção ao norte e não para o sul, em direção ao longínquo Itapuã, como Spalding parece fazer crer.

Coruja Filho registra que *"A Provisão Episcopal de 26 de março de 1772, mandou criar a Paróquia de Santana de Lombas no Morro Grande, distrito de Nossa Senhora da Conceição de Viamão. Segundo Sebastião Betlann, 'extendia-se o território da freguesia desde Capivari até as lombas de Viamão,*

na extensão de sete léguas, naturalmente no lugar por isso denominado Morro de Santana" (CORUJA FILHO, 1962, p.382).

A leva precursora dos açorianos enviada afoitamente, em meados de abril de 1751 pelo governador de Santa Catarina, Manoel Escudeiro de Souza, para o povoamento da Lagoa de Viamão (Porto do Dornelas) redundou numa rápida diáspora a partir de Rio Grande. Dos casais chegados ao Rio Grande só um, Francisco Antônio da Silveira, seguiu e se instalou no *Porto do Dorneles*, localizando-se nos baixos terraços da planície ou da várzea do Arroio Dilúvio (Riacho), onde instalou sua *azenha*. Em janeiro de 1752 saíram do Desterro cerca de sessenta casais, com aproximadamente 300 pessoas, para receber e ocuparem "*... já com suas terras delimitadas e algumas casas toscas mas habitáveis à sua espera para definitiva instalação no Morro de Santana e adjacências* (SPALDING, 1967, p.29). *Esses imigrantes não quiseram ficar principalmente pela falta de água no Morro Santana. Pouco a pouco,* foram se localizar *ao longo das duas margens, na península, da Lagoa do Viamão*" (SPALDING,1967 idem). Em 12 de julho de 1772, Marcelino Figueiredo, em Viamão, designou Alexandre Montanha para fazer a divisão de sessenta meias datas de terra na povoação de São Francisco do Porto dos Casais (Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol.11, 1995, p.195). Esse ato significou uma ordem de medir e delimitar datas ou dadas de terras. Nada diz sobre o plano, isto é, a planta "urbana", absolutamente desconhecida, o que impede de se falar na planta do Capitão Montanha.

As atas da Câmara, a partir de 1772, não fazem qualquer referência a uma planta, plano ou mapa da cidade de autoria do capitão Alexandre Montanha.

Já em 1754 se tem notícia desses casais no então denominado Porto de Viamão, através das anotações de Miguel Ângelo Blasco. A descrição é sumária: "*As construções da povoação habitada por casais das ilhas é um "arroio de casas de palha*" (SPALDING, 1967, p.33). A expressão *aroyo* de casas é traduzida por Spalding como linguagem simbólica de "correr de casas" ou organização urbanística das residências segundo o modelo "strassendorf", enquanto Noal e Franco traduzem como possível corruptela de "arraial" (2004, p.12).

Qual era e onde se localizava o Morro Santana?

O Morro Santana ou suas proximidades, onde se localizaram temporariamente os casais açorianos da leva de 1754, é o atual morro de Santana no bairro Agronomia?

A localização *do berço da cidade* no atual Morro de Santana corresponde, para os historiadores da cidade, a atual posição do morro de Santana, no bairro Agronomia, como sugeriu e registrou Spalding.

Algumas descrições, entretanto, conduzem a questionar esta localização proposta por Spalding.

Nicolau Dreys cujas observações são de 1833 assim descreveu Porto Alegre:"...*está assentada sobre* uma eminência denominada antigamente de Morro Santa Ana, a qual se projeta ao Sul *como uma península na Lagoa dos Patos*" (1990, p.67). Saint-Hilaire, a descreve como "... *situada em agradável posição - sobre uma pequena península formada por uma colina que se projeta de norte a Sudeste sob a Lagoa dos Patos...*" (p.41). A observação de Dreys de que a "*eminência*" onde se assenta a cidade era "*denominada antigamente de Morro Santa Ana...*" bem como a de Saint-Hilaire referente a "*pequena península*" coloca em questão a tradição de levar para o atual morro de Santana, o início do povoamento da cidade de Porto Alegre.

A localização inicial dos colonos açorianos no Morro Santana, na Agronomia, é um desses exemplos clássicos e freqüentes e inconseqüentes invenções da História.

O Porto do Dorneles, segundo as descrições de viajantes, se localizava na foz do Arroio do Dilúvio, nas proximidades do Arsenal, área ocupada por alguns estabelecimentos rurais. O Arroio do Dilúvio é o responsável pela formação de uma ampla planície fluvial na qual se desenvolveu uma rede hidrográfica do tipo meândrica, cujos testemunhos dos diques marginais ainda são preservados como "*relíquias*", depois das retificações e obras de controle das cheias, pela presença do *salso chorão (schinus molle)*, cuja maior densidade se encontra hoje nas proximidades da Avenida Augusto de Carvalho.

O atual morro Santana não foi ocupado no processo de criação da cidade de Porto Alegre, porque a ocupação se fez na orla flúvio-lagunar, isto é, nos arredores da foz do Riacho, no Guaíba, em direção ao norte (fronteira às ilhas do delta) e não para o sul, em direção ao longínquo Itapuã, segundo Spalding. Coruja explicita "*O Morro de Santana, de então, não era o atual, mas a parte alta da cidade de hoje, e ia até o atual Morro de Santana, na Agronomia...*" (CORUJA FILHO, 1962, p.133).

O porto do Dorneles, Porto de Viamão, foi a origem da cidade, pois só ali, as comunicações poderiam se realizar e se realizaram. Foi pelo porto que chegaram as tropas vanguardeiras de Cristóvão Pereira de Abreu e, logo depois, os miseráveis imigrantes sem-terra das ilhas dos Açores, destinados às Missões.

Por outro lado, o atual morro Santana, na Agronomia, ficava distante, não era e não é visível à população moradora do "porto" ou de quem chegasse por via lacustre-fluvial, o que pode conduzir a constatação de que o morro de Nossa Senhora de Santa Anna fosse, na verdade, o conjunto de colinas de vertentes convexas-côncavas, cuja superfície somital corresponde ao plano da atu-

al Rua Duque de Caxias e seu prolongamento para o norte, como registrou, em 1833, Nicolau Dreys e não o atual morro de Santana na Agronomia.

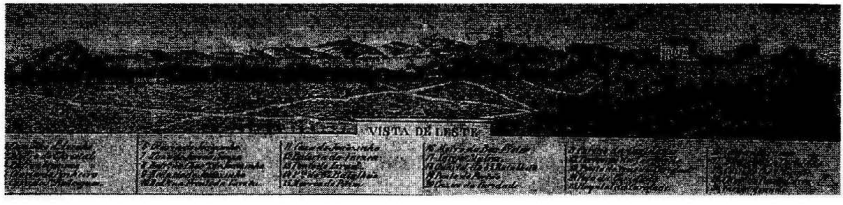
Na identificação do morro Santa Ana não se deu a devida importância ao depoimento de Nicolau Dreys, publicada em 1839 e transcrito como *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul,* pelo Instituto Estadual do Livro em 1961 e pela EDIPUCRS,1990. O depoimento é valioso:

> *"Porto Alegre está assentado sobre uma eminência denominada antigamente: Morro de Santa Ana, o qual se projeta ao Sul como uma península, na Lagoa dos Patos, ou mais exatamente no apêndice da lagoa, em que deságua o Jacuí; da parte do Oeste o outeiro abaixa-se brandamente para o rio, mas, da parte oposta, isto é, a Este é mais áspero, e em algumas partes implantando quase a pique sobre a várzea, que se estende a seus pés; ao Sul, da banda do arsenal, a descida é igualmente suave, e ao Norte acha-se em contato com uma terras altas, ondulosas: formando geralmente uma lombada quase prolongada até as margens do Gravataí, ao pé da Serra Geral"* (NOAL; FRANCO, p. 35, segundo a descrição da edição, em português, de 1839 de Nicoláo Dreyes, p. 90) .

Isto significa que o morro de Santa Anna seria, antigamente, pela descrição de Nicolau Dreys e, depois de Coruja, o espigão ou a "crista de Porto Alegre", da atual rua Duque de Caxias e seu prolongamento para o norte, atingindo altitude máxima no atual bairro dos Moinhos de Vento e não o morro, hoje denominado de Santana (314 metros).

Outro documento decisivo sobre a localização do morro de Santana é a planta da cidade de Porto Alegre, elaborada por L.P. Dias, publicada em 1839.

Figura 1 - Vista do leste, acompanha a planta da cidade.

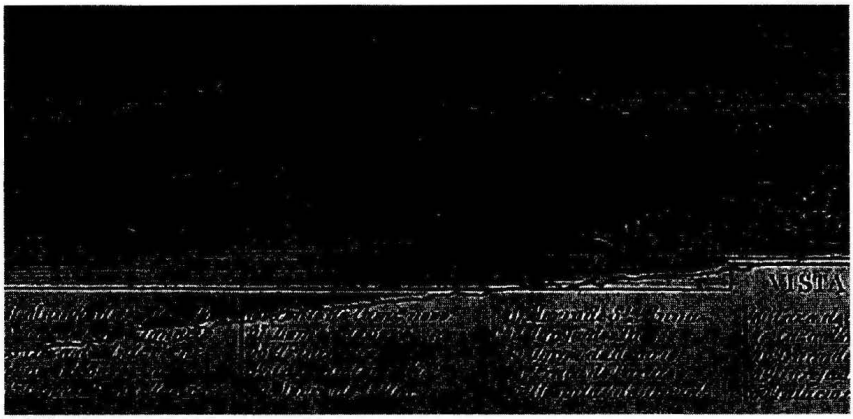


Fonte: DIAS, L. P. ***Planta da cidade de Porto Alegre com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa.*** *Porto Alegre: Lith. Vr. Larée, 1839.*

J. P. Dias elabora e anexa a sua planta, dois perfis longitudinais de sentido aproximado Norte-Sul, vistos respectivamente do leste (Fig.1) e do oeste (Fig.2).

Na chamada vista do oeste do perfil (Fig 2), olhando a cidade de frente ao atual porto, além da porção construída, cujo ponto mais alto é a área de atual Catedral Metropolitana e o Palácio do Governo, indica um morro que designa de "*Morro Sant Anna*", correspondendo as altas coxilhas, ou a superfície de erosão, de um plano inclinado entre 35,5 metros (esquina atual rua Espírito Santo e 88 metros na porção mais alta do Moinho de Ventos, resultante de um aplainamento intermontano, esculpido num período mais seco, segundo Aziz Nacib Ab´Sáber.

Figura 2 - Vista do oeste, acompanha a planta da cidade. (vide item nº41)



Fonte: DIAS, L. P. ***Planta da cidade de Porto Alegre com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa.*** *Porto Alegre: Lith. Vr. Larée, 1839.*

Estes documentos: o de Nicolau Dreys, o de J.P. Dias e a observação de Coruja encerram a questão, até prova cartográfica ou outra documento convincente: a cidade não nasceu no atual morro de Santana.

Finalmente, duas questões se confundem:

1 – a denominação do espaço de concessão da sesmaria a Jerônimo Dorneles e a localização da cidade. A partir da observação de Dreys, da planta de J.P. Dias e das anotações de Coruja Filho, é evidente que o morro de Santana, na época de formação do núcleo gerador da cidade de Porto Alegre, era o espigão da atual rua Duque de Caxias e seu prolongamento até o atual bairro Moinhos de Vento e não o atual morro de Santana.

Geológica e petrograficamente ambos os morros são graníticos. A estrutura petrográfica do espigão central da cidade e seu prolongamento para Moinhos de Vento é constituída do *granito Independêncian*, enquanto o do atual Santana é constituído dos *Granitos Santana*, significativamente falhado, ao contrário do bloco Independência, relativamente compacto.

2 – A origem e a dinâmica da cidade de Porto Alegre não foi a propriedade rural de Jerônimo Dorneles, mas o porto de Viamão, sítio independente do proprietário da terra, fosse ele o Dornelles ou qualquer outro.

E, para concluir.

Os documentos citados, de Dreys, J. P. Dias e Coruja Filho, perfeitamente conhecidos, antecedem as divulgações dos trabalhos históricos que cometeram o "*erro ou engano*" de levar a origem da cidade para o atual morro de Santana.

Finalmente, um documento elucidativo: na ata de 3 de outubro de 1831, da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, é registrado o ofício do Presidente da Província encaminhando "*requerimento de um cidadão que exige se arrume a servidão pública que vai da Estrada ou Caminho do Meio para o Morro Santana*" (Catálogo de Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre 1825-1835, vol.VII. p.96). A *Estrada do Caminho do Meio* hoje é a Avenida Oswaldo Aranha e seu prolongamento, a Avenida Protásio Alves. A área dos Moinhos de Vento, atual Independência, 24 de Outubro, foi Estrada ou Caminho dos Moinhos de Vento. Nestas condições o morro Santana só poderia ser o conjunto de relevo da porção mais alta dos Moinhos de Vento.

Está documentado que o morro de Santana ou Sant´Ana não estava localizado no atual morro de Santana, onde está o campus da UFRGS, e sim no espigão de rochas graníticas formadoras do atual espigão ou divisor de águas correspondente a rua Duque de Caxias -Praça Dom Feliciano - Independência - Moinhos de Vento.

3.Existiu a planta do Capitão Montanha?

O mito da planta ou mapa de Porto Alegre, elaborado pelo capitão Alexandre José Montanha foi difundido por Borges Fortes, em seu livro clássico da historiografia rio-grandense e de Porto Alegre: "*Casais*", no qual transcreve trecho de carta do coronel José Custódio de Faria e Sá ao Conde de Azambuja, datada de Viamão em 10 de janeiro de 1768, na qual o cartógrafo, geopolítico e

governador, é explícito quanto à necessidade de organizar um novo núcleo "*Ideei outra povoação no porto dos Casaes; porém como não ha meios, tudo se acha parado...*" (p.159). Acrescenta Borges Fortes que "*... sob a gestão de José Custódio foram escolhidos os sítios mais próprios para fundaem lugares, em cada um dos quaes se estabeleçam pouco mais ou menos sessenta casaes dos que forem chegando e no contorno de cada lugar nas terras ainda não estivessem dadas em sesmarias assignará um quarto de légua a cada um dos cabeças de casal do mesmo lugar na dorma declarada no dito edital*" .

A existência de moradores açorianos no Porto dos Casaes despertou no governador José Custódio a iniciativa de ali fundar um outro núcleo, idéia que veio a ser posta em prática alguns anos mais tarde por José Marcelino Figueiredo (p.161), quando aparece então, o capitão Montanha. As palavras são de Borges Fortes: "Começa a aparecer, com a distribuição das terras no Porto dos Casaes, aureolado de benemerência, o nome do capitão Alexandre José Montanha. Ele demarcou as datas, esboçou a cidade futura, abriu estradas, removeu dificuldades..." (p.193)

A partir dessas afirmativas difunde-se a idéia da existência do mapa ou planta do Capitão Montanha, sem qualquer comprovação documental até agora conhecida.

Depois da publicação de Borges Fortes em 1932, as referências aparecem tendo como origem o "mapa do capitão Montanha, elaborado por Tupi Caldas". Entretanto, o esboço desse mapa (na verdade planta), elaborada por Tupi Caldas, foi publicado no final do artigo de Paranhos Antunes "*Porto Alegre no século XVIII*", nos Anais do III Congresso Sul-Riograndense de História e Geografia, (1940, p.1069), e não no artigo de Jací Antônio Louzada Tupi Caldas: "*Porto Alegre: Síntese histórica - De estância à capital*", publicado no mesmo volume, nas páginas 1527 a 1570).

A tradição na utilização do *argumento da autoridade* na investigação histórica determinou uma forte difusão da existência da planta do capitão Montanha. É verdade, que freqüentemente no condicional, mas, também, no passado perfeito e, mais recentemente, com a sua negação.

A origem do equívoco se encontra em Tupi Caldas que escreve, no artigo citado: "Em 12 de junho de 1772, o capitão Alexandre José Montanha, realizou a demarcação da "praça do novo lugar", continuando nos dias seguintes os trabalhos de arruamento, concluindo antes do fim do mês: já em primeiro de Agosto do mesmo ano expedia "título de data" ou titulo de propriedade de uma porção de terreno de "duzentas e oitenta e uma mil duzentas e cinqüenta braças compreendidas em forma de retângulo, que tem de comprimento norte-sul de 730 ½ braças, de largura de leste a oeste 400 braças..."(p. 155) citando Augusto Porto Alegre.

A planta do capitão Montanha será retomada por Francisco Riopardense de Macedo que, em defesa da possível existência do documento, escreve que "*é evidente que o capitão Alexandre José Montanha, para marcar a "**praça do novo lugar**" ao menos um croquis, ou um "risco" das ruas e logradouros que iria locar, ou então, depois e haver locado, uma planta que registrasse o trabalho executado.*" (MACEDO, 1999, p.66). O certo é que a diferença entre o dever ter feito e o feito é abismal na concepção da história. Evidentemente, nesse caso, a documentação é fundamental. Nada, nestas circunstâncias, admite hipóteses.

Sérgio da Costa Franco, em sua obra "*Porto Alegre: Guia Histórico*", (1998, p.346), ao se referir a Rua Riachuelo escreve que "*Trata-se de uma das ruas traçadas no primeiro Plano da Vila, elaborado pelo Capitão Alexandre Montanha, ainda no governo do Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo*" que é um acréscimo ao que escreve na página 278 da mesma obra: "*...Capitão Alexandre José Montanha, engenheiro do Exército português, responsável pelo primeiro plano urbano de Porto Alegre e medição dos lotes distribuídos aos colonos açorianos*".

Sandra Pesavento diz que "*A década de 70 assistiu ao erguimento da versão sulina da cidade colonial....Em 1772, o governador José Marcelino de Figueiredo designou o capitão engenheiro Alexandre Montanha para demarcar as ruas e lotes dos colonos, para a abertura das primeiras estradas, ligando a Viamão, para delimitar o centro cívico da cidade e para elaborar um mapa da localidade* (os grifos são meus) (2003, p.249). Mais adiante, na mesma página, acrescenta que"*...as primeiras ruas, delimitadas segundo o edital português de 1747 ..., deveriam alinhar-se regularmente, ter 40 palmos de largura, demarcando-se os lotes com a extensão de ¼ de légua para cada casal, prevendo-se o espaço para quintais entre as casas* ". A autora registra também que " *Apesar das determinações e intenções de um ordenamento, o resultado foi um tanto anárquico e desviado das intenções originais pelos acidentes do terreno: uma colina que atravessa a península* (o grifo é meu) *de leste a oeste e os inúmeros riachos e córregos que cortavam as ruas nascentes*".

O fato é que a planta nunca foi vista ou registrada.

Definir os lotes para os colonos não significava delimitar o espaço e o traçado do povoado ou da futura vila. Se em 12 de julho de 1772 eram marcadas as meias datas para os colonos, nada é informado sobre a cartografia do povoado. A Portaria do ten-cel. governador Antonio da Veiga de Andrada passada ao capitão Engenheiro Alexandre José Montanha para fazer a divisão de sessenta meias datas de terra na povoação de São Francisco do Porto dos Casais, datada

de Viamão em 12 de julho de 1772, encontra-se disponível no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul (F.1244/28 v, 29, 29 v, 30)

Hoje é difícil considerar a existência real da planta do capitão Alexandre Montanha e Günter Weimer é conclusivo: "*Não foi encontrada qualquer explicação de que o governo tivesse ordenado a Montanha que fizesse o plano da futura cidade*" (WEIMER,p.103), acrescentando que "*...não foi encontrado o referido desenho reproduzido por Macedo*" (Idem, p. 105, nota 5). Nisso tem absoluta razão. A chamada planta do Capitão Montanha não se encontra no texto d oTupi Caldas, mas no de Paranhos Antunes, como já registramos.

Porto Alegre não foi uma cidade planejada, previamentre desenhada. Pelo contrário, a sua estrutura original revela, com toda clareza, uma das características do urbanismo português que se fez autônomo, isto é, foi definido claramente pelas determinações do sítio ou, noutros termos, pela configuração topográfica. Porto Alegre foi e é assim, uma cidade construída pelo povo em seus movimentos próprios e criativos, contornando os obstáculos, aproveitando as vantagens do "menor esforço", enfim, uma bela construção segundo o espírito português na América.

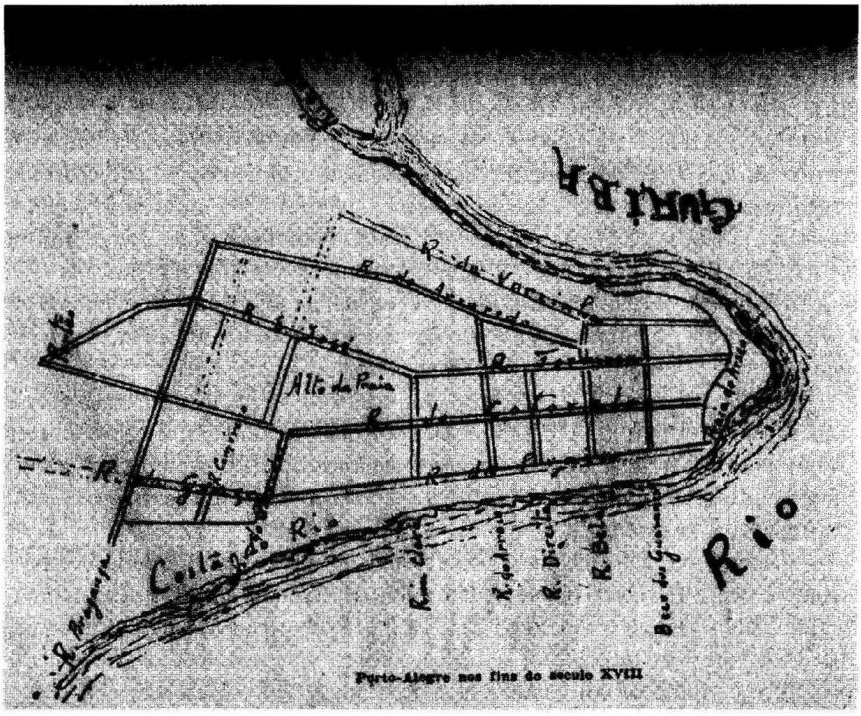
Da delimitação dos lotes agrícolas para os colonos em 1772, dos terrenos urbanos, até a primeira planta, e não plano da cidade, passaram-se mais de sessenta anos, tempo suficiente para a sociedade construir o seu projeto no qual a posse e aquisição de terrenos sempre foi conflitiva, como revelam as preocupações registradas na correspondência da Câmara de Porto Alegre.

Assim, a afirmativa de Pesavento da determinação para o engenheiro capitão Montanha "demarcar as ruas", "delimitar o centro cívico" e "elaborar o mapa da localidade" não tem amparo em qualquer documentação histórica. Além disso, a ênfase da autora ao se referir às intenções do ordenamento urbano "o resultado foi um tanto anárquico". Se o plano não existiu, o ordenamento não foi anárquico, mas espontâneo, ou como se refere com precisão e ampla base empírica e não de qualquer modelo de rede ortogonal ideal que às vezes, aparecem nos textos.

Para concluir. O chamado mapa do capitão Montanha é invenção cuja crítica nunca foi seriamente realizada nos últimos 60 anos, mas cuja difusão, a partir do esboço elaborado na década de 1940.

Alguém poderá argüir da pouca importância desta questão.

Trata-se, entretanto, de uma questão fundamental para o método e suas bases filosóficas e científicas, especialmente na época do império de todos os relativismos.



Mapa atribuído ao capitão Montanha, publicado no artigo de Paranhos Antunes, 1940.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Nótulas sobre as superfícies aplainadas do Rio Grande do Sul. **Notícia geomorfológica,** Campinas, ano 3, n.5, 1960.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Participação das superfícies aplainadas nas paisagens do Rio Grande do Sul. **Geomorfologia**, São Paulo, USP, n.11, 1969.

ANDRADE, G. O; BIGARELLA, J. J.; LINS, R. C. Contribuição à geomorfologia e paleoclimatologia do Rio Grande do Sul e do Uruguai. **Boletim Paranaense de Geografia**, Curitiba, n.8/9,1963.

ANTUNES, De Paranhos. Porto Alegre no século XVIII. In: CONGRESSO SUL RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., Porto Alegre. **Anais....**Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo,1940. p.1039-1069.

ANAIS do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v.11, 1955.

BARROSO, Véra Lucia Maciel; OSMARI, Maria (Orgs.). **Do Morro Santana a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial, 2004.
BLACK, Jeremy. **Mapas e história**: construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005.
BLASCO, Miguel Ângelo de. Noticia breve da marcha que fez o Ilmo. e Exmo. Snr. Gomes Freyre de Andrada. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano 18, 1938.
BUENO, Beatriz P.S. Os engenheiros militares e a construção de cidades. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 5., São Paulo. **Anais...**São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte/ FAPESP/ ECA-USP, 1995.
CALDAS, Jacy Tupi. Correntes de povoamento em Porto Alegre. **Boletim Municipal**, Porto Alegre, v.10, n.27, jan./mar, 1947.
CESAR, Guilhermino. **Primeiros cronistas do Rio Grande do Sul (1605-1801)**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1981.
CORUJA FILHO, Sebastião Leão. **Datas Rio-Grandenses**. Porto Alegre: SEC/ DC. IEL/Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1962 (Original: crônicas no Correio do Povo entre 1900 e 1901).
CURADO, Silvaro da Cruz. La géographie militaire portugaise concernant lê Brésil du XVIIIe siècle. Paris. Institut de Stratégie Comparée, Commision Française d'Histoire Militaire, Institut d'Histoire des conflits contemporains. Disponível em: < http://www.stratisc.org/Strat8283-6.htm>.
DIAS, L. P. **Planta da cidade de Porto Alegre com a linha de trincheiras e fortificações que lhe tem servido de defesa**. Porto Alegre: Lith. Vr. Larée, 1839.
DREYS, Nicoláo. **Noticia descriptiva da Província do Rio Grande do Sul de S. Pedro**. Rio de Janeiro: Typographia Imp. E Const. de J. Villeneuve e Comp., 1839.
DREYS, Nicoláo. **Noticia descriptiva da Província do Rio Grande do Sul de S. Pedro.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.
FORTES, João Borges. **Casais.** Rio de Janeiro: Edição Centenário da Revolução Farroupilha, 1932.
FORTES, João Borges. **Rio Grande de São Pedro**. Rio de Janeiro: Gráfica Bloch, 1940.
FRANCISCO, Regina Helena Porto. Vilas e cidades do Brasil Colonial. **Revista Eletrônica**, São Carlos, n.10, ago. 2002.
FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre**: guia histórico. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
FRANCO, Sérgio da Costa. **Gente e espaços de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

FRANCO, Sérgio da Costa. O Morro de Santana e a sesmaria de Jerônimo de Ornelas. In.: BARROSO, Véra Lucia Maciel; OSMARI, Maria (Orgs.). **Do Morro Santana a cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: Unidade Editorial. 2004.

FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre:** guia histórico. 3.ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

GUERREIRO, Maria Rosália P. **A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras; o caso de Ouro Preto.** Lisboa: Colóquio do Brasil Urbano/Convento de Arrabida, 2000.

GUERREIRO, Maria Rosália P. Spatial analyses in urban morphology a geometry for organic cities: lisbon case study. In: INTERNATIONAL SEMINAR ON URBAN FORM, 6,. **Anais...**[s.l.]: Universitá DEgli Studi di Firenze,1999.

HAUSMANN, Abrão. Aspectos da geografia urbana de Porto Alegre. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.3, jan./dez., 1963.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Edit. da Universidade/UFRGS, 1993.

MACEDO, Francisco Riopardense de. A administração na velha cidade. **Zero Hora**, Porto Alegre, 13 de maio 1983. ZH Cultura, p.5.

MACEDO, Francisco Riopardense de. O bicentenário da morte de José Custódio de Sá. **Jornal do CREA**, Porto Alegre, abr.1992.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **Porto Alegre:** origem e crescimento. Porto Alegre: Sulina, 1968.

MACEDO. Francisco Riopardense. **Porto Alegre**: história e vida da cidade. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1973.

MENEGAT, Rualdo (Coord.). **Atlas ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1998.

MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE. **Anais do arquivo histórico de Porto Alegre Moysés Vellhinho**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, [s.d.].

MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE. **Catálogo das atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, [s.d.]

NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. **Catálogo das plantas do município e cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: IHGRGS, 2005.

NEVES, Gervásio Rodrigo; MARTINS, Liana Bach. Morro Santana: qual morro? In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 16., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC, 2006.

NEVES, Gervásio Rodrigo. A planta do Capitão Montanha. In: ENCONTRO ESTADUAL DE GEOGRAFIA, 16., Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PUC, 2006.

NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Viajantes olham Porto Alegre 1754-1800.** Santa Maria: AT Anaterra, 2004.
NOAL FILHO, Valter Antonio; FRANCO, Sérgio da Costa. **Viajantes olham Porto Alegre 1890-1941**. Santa Maria: AT Anaterra, 2004.
OLIVEIRA, Clovis Silveira de. **A fundação de Porto Alegre**: dados oficiais. Porto Alegre: Norma, 1987.
OLIVEIRA, Clóvis Silveira. **Porto Alegre**: a cidade e sua evolução. 2.ed. Porto Alegre: Metrópole, 1993.
OSÓRIO, Helen; BERWANGER, Ana Regina; SOUZA, Susana Bleil de (Orgs.). **Catálogo de documentos manuscritos avulsos referentes à Capitania do Rio Grande do Sul existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.** Porto Alegre: IFCH/ UFRGS/CORAG, 2001.
PARANHOS, Antunes. Porto Alegre no século XVIII. In: CONGRESSO SUL RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., Porto Alegre. **Anais....**Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo,1940.
PARANHOS, Antunes. Origens dos primeiros núcleos urbanos no Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO SUL RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 2., Porto Alegre. **Anais....**Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo,1937. p.361.
PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano: Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Edit da Universidade/UFRGS, 2002.
PORTO ALEGRE, Achylles. **História popular de Porto Alegre**. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1940.
PORTO ALEGRE, Augusto. **Fundação de Porto Alegre**. Porto Alegre: Globo, 1906.
RAMBO, Balduino. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Of. Gráfica da Imprensa Oficial, 1942.
RECLUS, Elísée. **Nouvelle géographie universelle**: Amerique du Sud. v.19. Paris: Libr. Hachette, 1894.
SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem ao Rio Grande do Sul (1820-1821)**. Itatiaia/São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
SANTOS, Paulo F. **Formação das cidades no Brasil Colonial.** Coimbra, [s.n], 1968.
SCHNEIDER, Arthur Wentz. **Contribuição ao estudo do sub-solo de P.Alegre.** Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul/Escola de Geologia, 1959.
SPALDING, Walter. **O município de Porto Alegre**. Boletim Municipal, Porto Alegre, ano 1, v.1, 1933, p. 121-162.
SPALDING, Walter. **Pequena história de Porto Alegre**. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967.

TUPI CALDAS, Antônio Lousada. Porto Alegre, de Estância a Capital. In: CONGRESSO SUL RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., Porto Alegre. **Anais....**Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo,1940. p.1548.

TUPI CALDAS, Jaci Antônio Louzada. Correntes de povoamento em Porto Alegre. **Boletim Municipal,** Porto Alegre, n.27, 1947.

TUPI CALDAS, Jaci Antônio Louzada. Porto-Alegre. Síntese histórica: de estância à capital. In: CONGRESSO SUL RIO-GRANDENSE DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA, 3., Porto Alegre. **Anais....**Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo,1940.

VALA, Margarida. **O papel dos arquitectos e engenheiros-militares na transmissão das formas urbanas portuguesas**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1996.

VARELA, Alfredo. **Res Avita**. Lisboa: Tipografia Maurício & Monteiro, 1935.

WEIMER, Günter. **A origem do traçado de Porto Alegre**. Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/publicações/Ponto_Virgula/pv31/Weimer.htm>

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

XAVIER, Paulo. Porto Alegre, origem do agrupamento urbano. **Correio do Povo**, Porto Alegre, 6 de jul. 1958, p. 2.

A MULHER EM QORPO-SANTO[1]

Lothar Hessel

No problema da dualidade sexual do homem, Qorpo-Santo, duque do Triunfo, se manifesta uma vez mais, esquivo, escorregadio, insaisissable. As contradições que no Livro Nono tanto timbraria a ele em pulverizar, neste Livro Oitavo parecem haver-se-lhes instalado no cérebro e nele coexistido tranqüilas, tranqüilas.

Sabe-se por sua autobiografia que Qorpo-Santo se casou "nesse mesmo ano (1855) nesta cidade (Porto Cidade), em dia de São Pedro." Tinha ele então 25 anos. Não declara o nome da consorte o que já é sintomático. Segundo seu inventário, (1) era ela Dona Inácia Maria de Campos Leão, de quem teria vivos à época 4 filhos, um varão e três mulheres. A esses dados o Livro Oitavo, pode agragar essoutros: "N. 134. Lembranças em 6 de novembro de 1865. Porto Alegre. A minha filha batizada por mim em casa com o nome de Décia Maria de Campos Leão, e na igreja com o de Maria José de Campos Leão, com 3 anos e meses de idade, sepultou-se no cemitério desta cidade, cova nº 692, em 13 de janeiro do ano corrente, de 1865. – N.135. Francisco Fernandes de Amorim, a quem eu tratava como sogro, foi sepultado no mesmo cemitério, e existe na 3º Ordem, nº 12; o letreiro de sua catacumba foi mandado por pelas escravas que libertou, Efigênia e Luísa. Faleceu em 8 de abril de 1862, com 68 anos de idade. – N.136. Minha sogra Florisbela Maria do Nascimento existe no mesmo cemitério na sepultura nº 979, falecida em maio de 1862, com 58 anos de idade." Eram os mortos que ele recordava quatro dias depois de Finados.

No tocante às relações sexuais – naturais, chamava ele – não é fácil desemaranhar-lhe o fio do pensamento. Diante do desconcerto de suas exposições, cabe uma preliminar: teriam sido elas meras ficções? algumas delas, pelo menos?

Se tal fora, talvez fora mais fácil empenhar-lhes a linha – mestra, o ponto de vista do homem lúcido que nele também existia. Mas, o tom de suas manifestações e o pólo ao redor do qual giram pensamentos e aventuras (o pólo é quase sempre ele próprio, o homem em geral menos, um outro homem raramente), tudo isso induz o leitor à convicção de que o duque do Triunfo escrevi "para valer" , para documentar, para difundir suas concepções.

---

[1]Artigo publicado em 06/01/1973 no jornal Correio do Povo, reproduzido em caráter excepcional dada sua relevância, antiguidade e difícil acesso.

Se no mare magnum da literatura universal se procurar algum paradigma, um outro indivíduo de coordenadas mentais e análogas e no caso, de comportamento em face da mulher, poucos serão os....candidatos. Entre eles emerge, do cenário calamitoso do século XIV ibérico, Juan Ruiz, Arcipreste de Hita.

Um e outro saltitam com a maior sem-cerimônia, do culto à mulher casta ao gozo da mulher-mulher; fogem ambos a uma exposição metódica de seu pensamento a tão inefável tema; ambos oferecem ao leitor um acervo desordenado e desconcertante de juízos, intuições e raciocínios; deixam ambos, trás si, a insolúvel dúvida de como ocorreu a respectiva vida em face do oposto feminino.

Se por um lado JuanRuíz enfatiza a oposição entre El buen amor y el loco amor, com visíveis simpatias pelo último, José Joaquim dá realce às relações naturais. Dele disse Henrique Oscar: "o sexo constitui uma de suas principais obsessões."

Qorpo-Santo distingue, entre homem e mulher, relações espirituais e relações materiais, o que é óbvio, mas não tão generalizado como se pensa. "Os que se casam em espírito, diz ele, não necessitam de contato material de mulher, para produzirem (procederem?) com acerto sobre todos os assuntos." (nº 279)

No tópico nº 72 teoriza e exemplifica: "Os homens honestos para com as honestas, jogam e entretêm com umas e com outras, relações espirituais: com as que não o são, ou não querem ser, ou para com as que têm o dever de não ser tais ou que não desejam ser tais, ou a que não convém ser, por razão de suas necessidades físicas e morais, - nem t~em o dever de o ser, nem devem sê-lo.

Por exemplo: Tive de fazer ontem uma visita a pessoas que me pareceu viverem ou deverem viver do primeiro modo; tomei alguns goles de chá, acompanhei-os com um bolinho de polvilho, relacionado com uma jovem, o chá o estava com um oficial com quem conversei; o pai da jovem comeu uma torrada; e sem dúvida como eu gozei a relação espiritual daquela, ele gozou a relação espiritual de alguma pessoa de minha família. Parece assim sermos polidos.

Vim para casa, tive vontade, tomei dois mates; tive disposição, fui pôr em prática as relações materiais com pessoa que sei era para tal destinada, sem perda para alguém, e com vantagens para ela e para mim."

Noutros tópicos, essas relações espirituais permanecem no plano do lirismo ou do carinho, como na décima do nº 345, dedicada a duas loiras, ou no sonho que lhe adveio após uma noite de novena do Divino, e no qual a "priminha" era uma doublé de pombinha do Espírito Santo e de uma das graciosas tocadoras de piano de outrora (nº 425).

A ser deveras confessional o tópico nº 322, Qorpo-Santo deve ter tido forças suficientes para não sucumbir à cantada de uma sereia pampiana: "Hum prudente conselho. D. C.! Não bula comigo! Ao contrário, eu mexerei com a Sra.! Bem sabe que sou casado, isto é, que a Sra. Tem marido, e eu tenho

mulher! É verdade que estou de fato viúvo, e que assim me considero, porque creio que jamais poderei ligar-me à minha mulher por direito canônico ou eclesiástico, e por direito civil, pátrio ou brasileiro." E após uma série de considerações atinentes ao momento, conclui: "São onze horas: durma só e tranqüila em seu macio leito, que eu farei o mesmo em o meu, ainda que não tão belo como o seu!"

Outras vezes não terá sido o espírito que o desviou de uma aventura: Seu próprio corpo santo é que o mergulha em perplexidade; sob nº 212, registra ele: "Se sinais naturais me inclinam algumas vezes à cópula, em outras fazem desaparecer tal inclinação. Assim é que saio às vezes com a mais forte tensão, e volto com a mais contraria disposição! Logo, se a natureza agora exige ou determina, e passados alguns minutos, reprime ou impossibilita, faz desaparecer o desejo, e a lembrança, e até desperta ou sugere desejo ou vontade assaz forte para o procedimento contrário, pergunto – o que é o homem!?"

Como se vê, da constatação de um fato natural, alça-se ele à pungente indagação final, que ele realça com dupla pontuação.

A esse tópico, corresponde em versos o que Qorpo-Santo compõe à pág. 6 (sem nº) :

"CERTO MARIDO MUITO AMANTE À SUA FAMÍLIA
Dizia ele em certo dia mui zangado:
É célebre!
Viver não posso –
Com minha mulher!

É célebre!
Não o hei podido –
Com outra mulher!

É célebre!
Também não posso –
Viver sem mulher!

É célebre!
Não hei podido –
Freqüentar mulher!

É célebre!
Parece poder;
parece dever;

tenho querer;
e arrepender!
Se quando passo,
olho e o não faço:
se algum caço
se à noite a masso.....
É célebre!

As décimas e oitavas que terminam essa página são variantes desse mesmo tema. Já o que escreve no nº 272, bem poderia firmar o Arcipreste de Hita, conhecedor de sanhudas e membrudas serranas de Castela: "Lembrança. Se as mulheres muito me hão tirado, também muito me hão dado! Não me indignarei, pois, contra elas inda que tenham caras de fivelas!

As d'estanho, ora perco, ora ganho! As de cetim, também ganho alfim! das feias, faço meias! das grosseiras, ceroulas! das estúpidas, calças! das más, camisas de dormir; das boas, de sair com a gravata, mas pouco asseadas, dou tapas! com o chapéu, cubro as que têm véu! quanto às mais finas, faço botinas! (...)"

A propósito da virgindade, prefere que a mulher preserve até a noite matrimonial; mas não deixa de observar como se acomodam damas e varões que tiveram pressa em perdê-la:

"Seria pra mim grande desgosto, se tivesse, casando segunda vez, de o fazer com mulher que não estivesse virgem.

Não sei poderão viver maridos com mulheres, que reconhecem a falta de virgindade no primeiro ato do matrimônio; não é possível que o homem de honra tal tolere! Os que fazem talvez estejam abatidos pelos remorsos da consciência ou porque entendem pagar assim a dívida de haverem desflorado algumas jovens que com outros depois – casaram-se!

Assim como os que vivem com mulheres, casadas ou amasiadas, e que desprezam, ou que nenhuma importância dão aos gozos carnais de suas mulheres ou amigas, com outros homens. Praticam o mesmo com outras mulheres, e por essa razão, são forçadas a calarem-se, e tudo sofrerem! Outro tanto não sucede para os honestos! Como tolerar o homem puro, uma mulher impura!? Ainda que quisesse, não podia; sofreria tanto espírito, que morreria: perderia assim uma boa parte de sua alma!"

Partidário de relações naturais, combate o celibato (n. 360) com argumentos que começam no Éden, ao expor que Deus, atendendo ao pedido da companhia que lhe fez Adão, fez-lhe a "vontade"; não lhe deu para tal outro homem, mas a mulher, conforme, própria para o contacto entre ambos", no que vai, implícita, uma condenação ao homossexualismo.

Quanto ao adultério, além do que já se leu acima, examina-o no tópico

214, a pedido de certa pessoa, estigmatizando-o, amaldiçoando-o e condenando-o como "já em outros livros o fizera"; mas, estranhamente, abre uma exceção ao dizer que "não adultera o marido, cuja mulher (e vice-versa) adulterou, injuriou, caluniou, furtou, roubou a este". Estaria ele pensando em sua própria mulher a quem (nº 278) acusa de avarenta, assassina, lasciva, "talvez prostituída", etc.?

Jesus Cristo não prevê essa exceção, esse início de reação em cadeia. Mas o que desperta a atenção do leitor é um sugestivo achado lingüístico-literário, digno de figurar nas Veredas de um Grande Sertão: "....um qrime para qom a sociedade quista, qopulaqarnando qom outa mulher....", segundo a sua pitoresca e racional ortografia. Tal neologismo figura também no nº 147: "...para não só dezejar homens qazados, qomo para qom os mesmos qopulaqarnar! (...)." E o título do breve tópico nº 288 diz assim: "Motes Oferecidos por umas Estrupulentas Meninas."

Dignos ainda de registro são os tópicos nº 284, pelo carinho que dedica às filhinhas, aliás expresso alhures; o nº 12, pela visão que tem ele, quanto aos direitos da mulher (um dos poucos pontos em que Qorpo-Santo não se avança à sua época); o nº 429, pela relação que estabelece entre o apetite alimentar e o sexual, assunto pouco encontradiço na literatura brasileira da época: "Os alimentos, como as mulheres, são presentes feitos pelo Criador aos homens! para gozar, mas não estragar! ou para fruir, mas não destruir! – E os que assim pensam, formam minha opinião, o Grande Partido Nacional!" As maiúsculas são do autor. Pensava num partido majoritário perene.

O Livro Oitavo de José Joaquim de Campos Leão Qorpo-Santo, duque do Triunfo, faz parte de sua Ensiqlopedia, da qual se conhecem os volumes 2,4,7 citados por Guilhermino César em sua obra Qorpo Santo. As Relações Naturais e Outras Comédias ( ) e os volumes Oitavo e Nono que juntamente com outro, avulso, a que Joaquim Francisco de Assis Brasil, à mingua de título denominou Alucinações, forma encontrados na Biblioteca do castelo de Pedras Altas por uma equipe de Círculo de Pesquisas Literárias, desta capital, em janeiro de 1970, e gentilmente cedidos, postos à disposição do CIPEL pela Sra. Castela, D. Lídia de Assis Brasil.

Referência

CÉSAR, Guilhermino. **Qorpo-Santo**: As relações naturais e outras comédias. Porto Alegre: Fac. de Filosofia da UFRGS, 1969. p.34, 41-43.

MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL

Luis Alberto Cibils

Como já dissemos em outra oportunidade, a primeira freguesia criada no Rio Grande do Sul, antes mesmo de Silva Paes haver fundado o Presídio em 1737, foi a de São Pedro do Rio Grande, pela provisão de 6 de Agosto de 1736, assinada pelo Bispo D. Frei Antonio de Guadalupe, da ordem de São Francisco, freguesia que se formou com o elemento humano levado para aquela região por Cristóvão Pereira de Abreu, que iniciara seu povoamento. Lá faleceu a 22 de novembro de 1755.

A vida administrativa do Rio Grande começa em 1737, com a chegada do brigadeiro José da Silva Paes, por ordem de Gomes Freire de Andrade, Governador do Rio de Janeiro e a fundação, a 19 de Fevereiro daquele ano, do forte e do presídio Jesus-Maria-José, que seria o centro a difundir não só o povoamento, mas também a conquista do Rio Grande para a Coroa de Portugal. Tem inicio, assim, o primeiro período da vida administrativa, a fase do governo dos Comandos Militares.

Tendo o Conselho Ultramarino resolvido criar a vila do Rio Grande a 3 de Maio de 1747, foi este ato aprovado pelo Rei, através de Resolução de 11 de Junho do citado ano, sendo, afinal, criada pelo mesmo D. João V, mediante Provisão de 17 de Julho, ainda de 1747.

Como o Ouvidor de Paranaguá não tivesse ido ao Presídio do Rio Grande para fundar a referida vila, Gomes Freire de Andrada, ordenou ao Ouvidor de Santa Catarina que o fizesse, através do ato de 12 de Maio de 1750.

Em cumprimento a esta ordem, Manuel José de Farias lá compareceu e a 16 de Dezembro de 1751, depois de fazer medição, determinou o campo chamado "Moinho de Vento"para a praça.

Esta vila foi instalada somente depois da resolução de 27 de Abril de 1809 e da Provisão Régia de 7 de Outubro do mesmo ano, as quais dividiram a capitania em quatro vilas: Porto Alegre, Rio Grande de São Pedro, Santo Antonio e Rio Pardo.

"Nótulas" do Arcediago vivente Zeferino Dias Lopes, existentes no Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre, referem que a grande distancia em que se encontravam os moradores da fazenda chamada "Boqueirão" em dificuldades para a recepção dos socorros espirituais, levaram o Major (depois coronel) Simão Soares e a alguns outros a levantar uma capela a N. S.da conceição em um terreno doado bem no centro, em 1807 por Alonso Pereira Chaves.

Feita a capela e paramentada, o referido Major requereu ao Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho, licença para terem ali um capelão pago a custa dele e de outros, o qual celebrasse nos domingos e dias santos e, com licença do pároco do Rio Grande, administrasse sacramentos aos moradores.

Simão Soares da Silva foi batizado a 4 de Novembro de 1741 em Jesus-Maria-José e faleceu a 11 de Agosto de 1818, em sua propriedade na capela de N. S. do Boqueirão. Era filho de Manoel Soares e de Páscoa do Espírito Santo. Casou em Rio Grande com Joaquina Rosa Nascimento, nascida nesse lugar a 24 de Dezembro de 1755.

Era filha de João Antunes da Porciúncula e da sua 2ª mulher D. Josefa Maria Barbosa. Tiveram 11 filhos.

Páscoa do Espírito Santo, já viúva, recebeu terras não excedentes de 3 léguas, na parte Norte do Rio Grande, estância chamada de "Ferreiros", concedida por Gomes Ferreira de Andrade em 1746 e confirmada pelo Reino de Portugal em 1748.

Através da provisão de 30 de Agosto de 1809 foi concedida licença por dois anos para terem capelão. Entretanto, só em 17 de Julho de 1811 foi que o pároco do Rio Grande, Pe. Francisco Inácio da Silveira comunicou ao Pe. Hipólito Pinto Ribeiro, que deveria visitar a capela onde a 5 de Agosto , ele, sacerdote pela primeira vez celebrou missa.

O limite norte do município do Rio Grande ia até o Rio Camaquã, incluindo, portanto, os municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. Quando toda essa região ainda era município de Rio Grande, o 8° Bispo do Rio de Janeiro, D. José Caetano da Silva Coutinho a 9 de Dezembro de 1815, realizava visita pastoral em Pelotas, encontrava-se o padre Roberto Antonio Gonçalves da Silva, irmão do General Bento Gonçalves, atendendo o Oratório de Boqueirão.

Na mesma visita canônica, no dia seguinte, o 10 de Dezembro de 1815, conde licença para os moradores do Distrito de São Lourenço exigirem uma capela no mencionado lugar, pertencentes à Freguesia de Pelotas. Aumentada à população esta, em 1822, construiu uma outra capela, em virtude de se ter danificado a primeira.

Em 1821, quando se instalou o governo Provisório no Rio Grande do Sul, em decorrência dos movimentos que procederam à proclamação da Independência, o povo de S. Lourenço e Costa Ocidental do Camaquã, manifesta júbilo causado com a instalação desse governo.

A 13 de Novembro de 1824 o Visitador Antonio Vieira da Soledade, Vigário Geral do Rio Grande do Sul, quando se achava em Pelotas, encontrou três capelas filiais daquela freguesia. Entre elas, referiu a capela coma invocação de N. Srª. Da Conceição do Boqueirão, poucas léguas distantes do Rio Camaquã.

As outras eram a Ermida com a invocação de N. Srª. Da Luz e, por fim, a terceira, com a invocação de N. Srª. Da Consolação, na Serra do Bueno.

Com a provisão do mesmo prelado de 16 de maio de 1826 passou esta capela a Curato independente.Como ruísse essa capela, os moradores preparam uma casa particular para o exercício dos atos paroquiais, até que foi erigida a nova igreja que é a atual Matriz.

Através do decreto de 7 de setembro de 1830, D. Pedro I, mandado executar Resolução da Assembléia Legislativa, tomada sobre Resolução do Conselho Geral da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul, torna a freguesia de S. Francisco de Paula vila, com a denominação de Vila de São Francisco de Paula, com Juiz Ordinário, dois tabeliões do Publico, Judicial e Notas, um Escrivão de Órfãos e um Distribuidor que poderá também servir de Inquiridor.

Em seu termo compreendia-se o distrito da Capela do Boqueirão e Serro da Barra. Depois de quatro dias, com o decreto de 11 de Dezembro daquele ano, o Imperador, nas mesmas condições, desmembrada Freguesia de São Francisco de Paula (Pelotas) a Capela de N. Srª. Da Conceição do Boqueirão, e a erige em Paróquia. Os limites dessa nova freguesia são: O Rio de Correntes do Sul, que a divide com S. Francisco de Paula; Quevedos, que a divide com Cangussu, a Oeste; Arroio Grande e Rio Camaquã, compreende as ilhas deste rio até o Mendonça, que limita ao Norte e, pela parte Leste, com a Lagoa dos Patos. A denominação Quevedos deve-se atribuir a Jose Rodrigues Quevedo que recebeu em 1821 a Sesmaria concedida pelo Brigadeiro João Carlos de Saldanha e Daun, com meia légua em quadro, na serra em Tapes, formando um rincão até fazer barra o Arroio Grande.

A Câmara de s. Francisco de Paula (Pelotas) comunica sua instalação em 4 de Maio de 1832, quando assumiram os primeiros vereadores: Manoel Alvarez de Moraes, Presidente, Cipriano Rodrigues Barros, João A. Pereira, Alexandre Vieira da Cunha, João Batista de Figueiredo Mascarenhas e Domingo José de Almeida. Era Secretário João de Souza Mursa. No dia seguinte adota como suas as posturas de Rio Grande até que as próprias sejam aprovadas.

Dias 11 e 12 daquele mês comunica que foram aprovadas as listas dos Guardas nacionais para Pelotas, Serra da Boena e da Freguesia de N. Srª. Da Conceição do Boqueirão, sendo que para esta última se aprovou o número de 25 homens para o serviço ordinário e igual número para a Reserva. Solicitaram que estes guardas fossem de cavalaria e, designaram os cidadãos João Rodrigues Barcelos, tesoureiro e João de Souza Mursa para escrivão e, assim, serem os recebedores e Fiscais do imposto de ouro.

Em Julho, dia 7, agradece ao Conselho Administrativo pela quantia de RS2:400$000 para Casa de Correção Principiada na vila e a de RS 300$000 para as despesas com vacinação.

Para dar publicidade, receberam o Decreto de 12 de Abril, a respeito de trafego da escravatura e as instruções sobre cobrança das Sisas, ½ e da arrecadação os Dízimos.

A 12 solicitaram a criação de uma aula publica para meninos e outra para meninas, pois existem 3 colégios segundo o método de Lancaster, além de várias aulas de primeiras letras.

Comunicaram a 6 de Agosto que não podem enviar Destacamentos para a fronteira em virtude de no Distrito da Vila existirem mais de 4.000 escravos solidários, nas charqueadas, e serem os Guardas nacionais a única força para conte-los.

Informam, a 22 de Setembro, que a 17 e 18 daquele mês e ano foi procedida a apuração dos votos obtidos para Vereadores, os quais deveriam servir no período de 1833 a 1836. O resultado foi o seguinte: Alexandre Vieira da Cunha com 285 votos; Cipriano Rodrigues Barros, 230; Domingo José de Almeida, 224; Manoel Alvarez de Moura; João Batista de Figueiredo Mascarenhas, 178; João Alves Pereira, 158,e João Antonio Ferreira Viana, com 124 votos; ficou excluído Boaventura Rodrigues Barcelos que obteve172 votos, por não poder servir conjuntamente com seu irmão Cipriano Rodrigues Barcelos, na forma de art.23 da Lei de 1° de Outubro de 1828.

A Assembléia Paroquial de Freguesia de N. S. do Boqueirão que a 7 desse mês havia se reunido sob a presidência do Cel. Sebastião Xavier de Carvalho e Souza, juiz de Paz da Freguesia, com a assistência do reverendo Roberto Antonio Gonçalves da Silva, para proceder à eleição dos sete Vereadores de São Francisco de Paula e do Juiz de Paz suplente da Freguesia do Boqueirão, constatou que o Cel. Sebastião foi reeleito com 45 votos, ficando como suplente Antonio Rodrigues de Carvalho, com 25 votos.

Como informa Dante de Laytano, na Revolução Farroupilha ocorreu no hoje município de são Lourenço um acontecimento importante. O farrapo Manoel Lucas de Oliveira, a 23 de junho de 1842, trava combate com as forcas monarquistas de Francisco Pedro de Abreu, o Chico Pedro, na região do Boqueirão, antiga sede do município. Lucas de Oliveira que saiu vitorioso nessa refrega foi um dos homens importantes da revolução, não só como militar, mas também como político, pois chegou a ser o segundo deputado mais votado à Assembléia Constituinte que se reuniu naquele ano de 1842, em Alegrete.

Depois de terminada a Revolução Farroupilha, a influência do porto de S. Lourenço sobre a Lagoa dos Patos se fez sentir. E assim, com a Lei n°.470, de22 de Novembro de 1861, o Vice Presidente da Província Patrício Correa da Câmara cumprindo decreto da Assembléia Legislativa Provincial, transfere para o Porto de S. Lourenço, no município de Pelotas, a sede da freguesia do Boqueirão. Por essa Lei o Presidente da Província mandará demarcar o lugar

mais conveniente para a nova matriz, que será construída às custas dos freguenses, auxiliados pelos cofres provinciais com um terço da quantia do seu orçamento.

Jairo Scholl Costa refere que José de Oliveira Guimarães, proprietário da Fazenda S. Lourenço, teria doado em 1850 um oitavo de légua, à margem esquerda do Arroio s. Lourenço para dar início à povoação.

Através da Lei n.° 639, de 22 Novembro de 1867, Francisco Inácio Marconde Homem de Melo, Presidente da Província, em cumprimento ao decreto pela Assembléia Legislativa Provincial, determina que o 3.° quarteirão do Distrito da Freguesia de N. Srª. Do Boqueirão fica incorporado, tanto na parte civil como eclesiástica, à Freguesia da Santo Antonio da Boa Vista.

Com ato de 18 de Março de 1872, o Presidente da Província J. M. Figueira de Melo, subdivide os termos da Província em Distritos Especiais e, assim, no Termo de Pelotas, o 3.° distrito compreende a Freguesia do Boqueirão.

O Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, através da Lei 909, de 20 de abril de 1874, faz saber que a Assembléia decretou e ele sancionou, declarando que fica removida a sede da Freguesia do Boqueirão para a povoação da S. Lourenço, à margem do arroio do dito nome e com a mesma invocação de S. Lourenço. Era um ato da competência no poder civil já que a Igreja era oficial do Estado.

Dois anos depois, através da Lei n.°1031 de 29 de Abril de 1876, o Conselheiro Tristão de Alencar Araripe, Presidente da Província, nas mesmas condições, restaura a freguesia do Boqueirão no município de Pelotas. Igualmente eleva à categoria de Freguesia a Povoação de S. Lourenço, à margem direita da Lagoa dos Patos, com a mesma invocação de S. Lourenço.

Por essa Lei estabeleceu, ainda, que a Freguesia do Boqueirão se limita com S. Lourenço, por uma linha que partindo do passo da ponte do Arroio Correntes segue pela estrada geral até encontrar uma curva formada pelo arroio S. Lourenço e que fica em frente ao passo do Louriano. Daí continua pela estrada geral passando pelo passo da Santa Isabel, a encontrar o Arroio Evaristo, pelo qual desce até encontrar o Rio Camaquã. As divisas das freguesias do Boqueirão e S. Lourenço, com Santo Antonio da Boa Vista, são antigas. Também revogou a lei 909.

A Freguesia de S. Lourenço foi criada canonicamente por Provisão a 20 de Novembro de 1876, de D.Sebastião Dias Laranjeira, 2.° Bispo do Rio Grande do Sul.

Através da Lei n.° 1127, de 24 de Abril de 1878, o Presidente da Província Américo de Moura Marcondes de Andrade, em iguais condições, estabelece, que a "freguesia do Boqueirão se limitará com a de São Lourenço por uma linha que, partindo da Foz do Arroio Caragá, se diriga ao passo dos carros; deste

ponto continuará pelo arroio do Pinto até o Passo do Moinho; daí seguirá pela estrada geral que vai entroncar com a estrada real de Canguçu que vem de Guatemí e que fazem junção no posto de José dos Santos."

Em decorrência dessa sucessão de acontecimentos que revelam o desenvolvimento da região, com a Lei 1449, de 26 de Abril de 1884, o Presidente da Província José Julio de Albuquerque Barros, eleva a Município a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão. Passaram a ser divisas do novo município as mesmas da Freguesia de S. Lourenço. O centro Habitacional desenvolvido com a paróquia mais antiga, e a estrada que a corta, propiciam ao Boqueirão muita importância.

O mesmo Presidente, com a Lei n.° 1459 de 30 de Abril de 1884 concede um quarto de loteria para os reparos de Igreja de N. Srª. Da Conceição do Boqueirão.

Com o ato n.° 160, de 17 de Junho de 1887 o Vice Presidente da Província Rodrigo de Azambuja Vilanova, subdivide em 3 distritos especiais o termo de N. Srª. Da Conceição do Boqueirão, em execução ao disposto art. 6.°, § 4, do Decreto n.° 4.824, de 22 de Dezembro de 1871.

O 1.° Distrito divide-se pelo Sul, partindo da barra do Arroio Caraá em linha reta ao passo dos "Carros", no Arroio S. Lourenço, dali pela estrada real até o passo do Arroio Grande, seguindo águas acima ate suas nascentes. Pelo Leste, divide-se com o Rio Camaquã até a barra do arroio denominado "Evaristo". Pelo Norte segue da barra do arroio do "Evaristo", até suas nascentes ao Oeste, seguindo das cabeceiras do arroio "Evaristo" ao travessão do "Limoeiro"e por ele seguindo ao rumo da picada do Serrito e por ela seguindo a encontrar as nascentes do Arroio Grande.

O 2.° Distrito divide-se pelo Norte, com a mencionada linha já feita no Primeiro distrito. Pelo Sul, divide-se com as Lagoas dos Patos, margeando a mesma até a barra do Arroio Corrientes, o qual faz divisa com o Município de Pelotas, seguindo por ele acima até suas nascentes e por esta a encontra as cabeceiras do Arroio Grande.

O 3.° Distrito divide-se pelo Leste da barra do arroio "Evaristo", seguindo pelo Camaquã acima até a barra do Arroio "Sapato", seguindo águas acima até encontrar o Arroio Grande, o qual divide este município com o Município d Canguçu. Pelo Sul, divide-se com a linha já feita do primeiro distrito.

Criado o Município do Boqueirão, sua Câmara Municipal foi instalada a 11 de Fevereiro de 1886, sob a Presidência do Comendador José de Souza, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Pelotas, de onde foi desmembrado o novo município.

No dia seguinte se procedeu à eleição para os cargos de Presidente e Vice, sendo eleitos, respectivamente, os Vereadores Virgilio dos Santos Abreu e Urba-

no Soares da Silva. Eram ainda Vereadores Conrado Rodrigues de Quevedo, Candido Carvalho de Abreu, Augusto Vieira Braga. Ocupava o cargo de Secretario Jose Joaquim de Figueiredo Jor.

O primeiro orçamento organizado pela Câmara em 16 de Abril de 1886, prevendo receita e despesa de RS 6.300$000, foi remetido à Presidência da Província para aprovação pela Assembléia Legislativa Provincial.

Aquele tempo os municípios tinham como executivo um governo colegiado, a Câmara de Vereadores, e o legislativo dos municípios era também a Assembléia Legislativa Provincial. Nessa época o posto de cobrança de imposto municipal dos produtos coloniais que iam de carroça para Pelotas, situavam-se no Passo do arroio Correntes.

Solicitou à Câmara a criação de uma repartição fiscal no porto da Freguesia de S. Lourenço, por onde era exportado anualmente, em torno de mil contos de réis. A resistência o pagamento de impostos era uma realidade, havendo ate um conflito de competência para arrecadar, entre os municípios de Pelotas e Boqueirão.

A câmara dá a conhecer que em 1° de Maio de 1886, não se procedeu a eleição de Vereadores e juízes de Paz das Paróquias de Boqueirão e S. Lourenço, devido às copiosas chuvas e enchentes dos arroios, impedindo o comparecimento dos Juízes de Paz e eleitores.

Essa mesma Câmara, a 23 de Agosto daquele ano, acusa o recebimento de mensagem do Gen. Manuel Deodoro da Fonseca, então Vice- Presidente da Província, de 30 de Junho, onde solicitava informações sobre o requerimento de Francisco Furtado Mendoça, em que pediu ao governo Imperial permissão para explorar carvão de pedra, cobre e outros metais do Município. A Câmara respondeu que não lhe consta existir essas jazidas, pois ainda não foram exploradas.

A Coletoria Provincial da Vila foi criada por Ato de 10 de Setembro de 1886. A 5 de Abril de 1887, a Câmara informa que no município não existe fábrica de nenhum tecido de algodão.

Na mesma data enviou a relação nominal dos Vereadores, Juízes de Paz e imediatos, eleitos nesse Município para o quatriênio de 1887 a 1890, pela ordem de votação e data em que prestaram juramento a 15 de Janeiro de 1887: Virgilio dos Santos Abreu, Urbano Soares da Silva, Candido Carvalho de Abreu, Domingos dos Reis Padilha e José Gonçalves Moreira.

Nessa mesma data prestaram juramento como Juízes de paz do 1° Distrito (Boqueirão) Joaquim Rodrigues Soares e Augusto Vieira Braga, e do 2° Distrito (S. Lourenço) Manoel Bernardino Soares, enquanto Carlos Ritter, do 2° Distrito prestou juramento a 2 de Março do mesmo ano. Ignácio dos Santos Abreu, nessa época, foi eleito 3° suplente de Juiz de Paz do 2° distrito (S. Lourenço).

Em 28 de Abril de 1887 a Câmara comunica que Inácio Gonçalves Pires, embora chamado três vezes, não compareceu para assumir o cargo de vereador, pois estava residindo no Estado Oriental.

Diante do desenvolvimento da colônia no município, através da Lei n.° 1703, de 13 de Dezembro de 1888, Joaquim Galdino Pimentel, Presidente da Província, cumprindo o decretado pela Assembléia Legislativa Provincial, eleva à categoria de freguesia o povoado de S. João da Reserva, na colônia de S. Lourenço no município de Boqueirão. Em virtude da criação dessa freguesia e do respectivo distrito de Paz, passará a divisão civil do município do Boqueirão a ser a seguinte:

O 1° Distrito de Paz, "tendo a sua sede na vila, se limitará com o segundo distrito por divisa natural, partindo da barra do arroio "Caraá", e deste ponto subindo pelo arroio até o passo do "Lauriano", deste ponto seguindo pelo valo antigo, que serve de divisa às terras da Freguesia de N. Srª. Da Estância de S. Lourenço e do ponto em que o valo termina em uma vertente, galho do arroio S. Lourenço, acompanhando esta vertente até a barra do dito arroio S. Lourenço e deste ponto subindo o arroio S. Lourenço, passando o passo de Xavier, seguindo daí uma vertente, braço do mesmo arroio S. Lourenço, até a cabeceira dela, que se acha do lado Sul, ao pé da estrada, cujo seguimento dá na picada dos Negros Fôrros; achando-se a cabaceira da vertente, defronte da cabeceira de outra vertente, galho do arroio Santa Isabel que fica ao Norte da dita estrada e deste ponto aonde se dividem pelas cabeceiras das vertentes, águas do arroio São Lourenço e do arroio Santa Isabel, seguindo pela Estrada dos Negros Fôrros a estrada que vai para a casa do Capitão José Gonçalves Moreira, até o passo do arroio Evaristo, que dá entrada na picada dos Pinheiros, e do dito passo acompanhando a arroio Evaristo águas abaixo até o ponto em que o arroio Evaristo águas abaixo até o ponto em que o arroio Evaristinho águas acima e os limites das colônias e de todas as terras pertencentes à empresa Rheingantz até o arroio Pinheiro, seguindo, este, águas abaixo dito Arroio Grande pelo que continuará até a sua barra no arroio do Sapato, descendo por este até a sua foz no Rio Camaquã, pelo qual continuará até sua foz na Lagoa dos Patos e daí margeando a Lagoa até o ponto em que o arroio Caraá faz barra na mesma.

O 2.° Distrito de Paz, tendo a sede na Freguesia de S. Lourenço, se limitará por uma linha partindo da foz do arroio Caraá águas acima até o passo Loriano, seguindo o valo antigo até encontrar uma vertente, galho no arroio São Lourenço acompanhando até a barra dele no Arroio São Lourenço, seguindo o dito Arroio águas acima até o passo do Pinto e daí seguindo a estrada real até o passo do Arroio Grande, pelo qual subirá até o ponto que limita o município de Canguçu, acompanhando então a linha divisora existente entre este e aquele município até as cabeceiras do Arroio Correntes, pelo qual descerá até a sua foz na Lagoa dos patos, a qual margeará até a foz do Arroio Caraá.

O 3.° Distrito de Paz, tendo sua sede em São João Batista da Reserva, na Colônia S. Lourenço, se limitará com o 2. ° distrito da ponte do passo do Arroio do Pinto no Arroio são Lourenço pela estrada real até a ponte do passo do Arroio Grande, pelo qual subirá até o ponto que divide este município com o de Canguçu, seguindo então a linha divisória entre este município e aquele, até o Arroio Grande do Norte, pelo qualdescerá até a ponte do passo do Pinto no mesmo Arroio S. Lourenço".

O nome do arroio do Evaristo teria se originado no nome do Cap. Evaristo Pinto Bandeira que recebeu sesmaria no local. Como a lei exigisse que anualmente se procedesse a eleição, em 7 de janeiro de 1888, foram eleitos Presidentes da Câmara e Vice, os Vereadores Urbano Soares da Silva e Candido Carvalho Carvalho de Abreu, respectivamente.

Nesse ano, a 13 de Abril , a Câmara solicita seja provida a cadeira de ensino primário.E, a 5 de Maio, comunica que não possui verba para atender a casa da cadeia e, a 15 de Junho, envia a proposta de postura, para ser aprovado pela Assembléia.

Ainda nesse ano de 1888, a 16 de Julho, a Câmara envia ao Barão de Santa Tecla, Vice Presidente da Província, dados estatísticos solicitados sobre a Colônia São Lourenço. Referia que tinha uma superfície de 500.000.000 de metros quadrados, com 1.090 lotes, tendo uma população de 8.000 almas, com nacionalidade alemã e brasileira, havendo, ainda, 133 lotes por vender.

Referia a existência de outras picadas na vizinhança da colônia S. Lourenço, com as denominações de Santa Augusta, Aliança, Santa Clara, Santa Silvana, Bonita, Lopes, Progresso, São Domingos, Arroio do Padre, cuja população estava calculada em 3.000 almas. Esclarece que existem 2 igrejas católicas e grande numero de capelas protestantes e, em cada uma destas ultimas, funcionavam escolas em numero de 25 que eram custeadas pelos próprios colonos. Refere que ainda existiam na referida Colônia e nas picadas adjacentes 25 casas de negócio, 12 moinhos, dos quais 5 eram movidos a vapor, 1 serraria a vapor, 4 curtumes, 2 fábricas de cerveja, 1 fábrica de charutos e produtos do fumo, 1 fábrica de destilaria a vapor, 10 ferreiros, 8 carpinteiros, 4 oficinas de tamanqueiro, 2 sapateiros, 1 funilaria, 2 olarias e, uma delas, fabricando excelentes telhas, 4 seleiros, etc.

A exportação da Colônia de S. Lourenço e picadas adjacentes era dos seguintes produtos: Feijão, milho, batatas, cevada, trigo, centeio, lentilhas, ervilhas, mel, cera, manteiga, banha, galinhas e ovos.

Existiam na Vila 62 prédios. Havia 2 edifícios públicos, uma igreja e um cemitério. Não incluindo os da Colônia de S. Lourenço, contava-se 400 prédios rurais.

A colônia S. Lourenço, na serra dos Tapes, foi fundada a 15 de Janeiro de 1858 por Jacob Rheingantz. A 4 de janeiro de 1889 foram eleitos Presidentes da

Câmara o Vereador Candido Carvalho de Abreu e Vice, o Vereador Domingos dos Reis Padilha.

Com a Lei n.° 1831, de 28 de junho de 1889, Antonio Ferreira Prestes Guimarães, vice Presidente da Província, revoga a Lei n.° 1449, de 26 de Abril de 1884, que elevou à Vila a povoação de N. Srª. Do Boqueirão e que fica elevada à categoria de Vila a Freguesia de S. João da Reserva, sendo o território do Novo Município o mesmo que abrangia o extinto Município de Boqueirão.

Através de Lei n.° 1836 de 8 de Junho de 1889, o mesmo Vive Presidente da Província em cumprimento ao decreto da Assembléia Legislativa, estabelece que "o município de Pelotas se limita com o de São João da Reserva, ao Norte, pelo Arroio Grande, passando a pertencer aquele município as colônias de Santa Clara, Santa Silvana, Serrito, Lopes, Aliança, Progresso, Bonita, Arroio do Padre e São Domingos"

Meses depois de proclamada a República, por intermédio do n.°88, de 15 de Fevereiro de 1890, Julio A. Falcão da Frota, governador Político do Estado, revoga a Lei n.° 1836, de 28 de Junho de 1889 e altera a numeração dos distritos de paz estabelecidos colhidos a respeito das localidades Boqueirão, S. João da Reserva e S. Lourenço, sedes das freguesias de mesmos nomes, resolve que continuem elas constituindo um só município, sendo porem transferida a categoria de Vila de S. João da Reserva para S. Lourenço, atenta a maior importância deste povoado".

É o predomínio do porto, como centro de exortação de mercadorias e entrada de imigrantes.

Através do ato n.° 98, de 21 de Fevereiro de 1890, o Governador do estado Julio A. Falcão da Frota, tendo em atenção a população e riqueza do município de S. Lourenço, resolve criar com o território da respectiva comarca com a mesma denominação.

Com o decreto n.° 224, de 27 de Fevereiro de 1890, Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da Republica, declara de 1ª. Entranciaa a Comarca de S. Lourenço, Criada no Estado do Rio Grande do Sul.

O governador do Estado, Gen. Candido Costa, com a Ato n.° 538, de 12 de Novembro de 1890, restabelece as divisas entre os municípios de Pelotas e S.Lourenço.Isto faz em face de que as divisas estabelecidas pelo Ato n.° 371, de 16 de Agosto daquele ano, entre os municípios referidos, prejudicam os interesses dos moradores domiciliados entre o Arroio Grande e Correntes, os quais distam do Boqueirão 10 léguas e de Pelotas apenas 5 ou 6. em virtude de a divisão estabelecida pelo referido Ato e o de n.° 88, de 16 de Fevereiro de 1890, prejudicava também os interesses das colônias fundadas pela municipalidade de Pelotas, como reclamou a respectiva Junta.

Em face de durante três meses do ano ficarem interrompidas as comunicações pela dificuldade que oferece a passagem do Arroio Grande, tendo em conta

que os mesmo moradores sendo jurados e eleitores alistados em Pelotas, aí estabelecem as suas relações comerciais. E, finalmente, considerando que aquele território fazia parte do 4.° Distrito de Paz de Pelotas, ultimamente criado, pertencendo os respectivos eleitores às secções eleitorais de n.°3 e 4 do 2.° Distrito. Resolve, em atenção ao exposto, revogar o citado Ato n.° 371, de 16 de Agosto de 1890 e a última parte do decreto n.°88, de 15 e Fevereiro do mesmo ano, ficando assim restabelecidas as divisas pela Lei n.° 183, de 28 de Julho de 1889.

Com o ato n.° 196, de 25 de Março de 1891, Fernando Abott, vice governador do Estado, cria no município de S. Lourenço o 3.° Distrito, correspondente a 3.° Distrito policial.

Estabelecendo a Divisão Judiciária do Estado com 29 Comarcas, através do Decreto n.° 17, de 27 de Fevereiro de 1892, Domingos Alves Barreto Leito, Governador Provisório do Estado do Estado, suprime a Comarca de São Lourenço e estabelece a Comarca de Pelotas, que será de segunda entrância, incluíra o Termo de S. Lourenço.

O Vice-Presidente do Estado, Vitorino Monteira, em virtude do restabelecimento da ordem constitucional, com o Dec. 31, de 18 de Junho de 1892, declara insubsistentes todos os Atos relativos à Organização Judiciária posteriores a 12 de Novembro de 1891, devendo continuar em vigor as leis e procedimentos anteriores.

Fernando Abbott, Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, no exercício do Cargo de Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, através do Decreto n.° 37, de 31 de dezembro de 1892, estabelece a Divisai Judiciária do Estado, dividindo-o em 32 Comarcas e 60 Termos. A comarca de Pelotas ficou constituída do Termo do mesmo nome e do São Lourenço. Pelo Decreto n.° 36, da mesmo data, entre os juizes de outras Comarcas, para Pelotas, foi nomeado a bacharel Alcides Mendonça Lima.

O interventor Federal José Antonio Flores da Cunha, servindo-se do Decreto n.°5.290, de 9 de março de 1933, cria a Comarca de São Lourenço, de 1° entrância, e tendo por sede a aludida Vila.

Osvaldo Cordeiro de Farias, Interventor Federal, com o Decreto n.° 7.199, de 31 de março de 939, dá execução ao Decreto-Lei nacional n.° 311, de 2 de março de 1938, sobre a Divisão Administrativa e Judiciária do Estado, considerando S. Lourenço cidade, Boqueirão e Bom Jesus, vilas.

O Município de São Lourenço do Sul perdeu área territorial para dois novos Municípios.

O MUNICIPIO DO CRISTAL foi criado pela Lei 8.583, de 29.04.1988 assinada pelo Governador Pedro Simon. Limita-se a Leste com Camaquã, iniciando na intersecção da BR116 com a estrada que se dirige à Pacheca; ao Sul,

com São Lourenço do Sul sobre o rio Camaquam, até uma ilha nesse rio; a Oeste, com São Lourenço do Sul e Camaquã, até desaguar no arroio Sapato; ao Norte, com Encruzilhada do Sul e Camaquã até o arrio Sutil.

Esse Município, com a Lei 8.994, de 11.01.1991, assinada pelo mesmo Governador, teve alterados os artigos 1° e 2° da Lei 8.583, de 29.04.1988, estabelecendo no artigo 1°: "É criado o Município do Cristal, constituído por área do Distrito de Vila Cristal, pertencente a Camaquã, parte de São Lourenço do Sul e parte de Cangucu".Ficou com os seguintes limites: ao Norte, divisa com Encruzilhada do Sul e Camaqua, descendo esse rio até o arroio Sutil, seguindo pelo arroio da Divisa; a Leste, com Camaquã, iniciando na intersecção da BR116 coma estrada que se dirige à Pacheca; ao Sul, com São Lourenço do Sul, sobre o rio Camaquã até a ilha nesse rio; ao Oeste, divisa com São Lourenço do Sul e Cangucu, descendo arroio do Salso, até desaguar no arroio Sapato, seguindo arroio do Meio em cercas e barragem.

O MUNICIPIO DE TURUÇU foi criado pelo Governador Antonio Britto, através da Lei 10.649, de 28.12.1995, com área que se emancipa dos Municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, limitando-se: ao Norte, na confluência do arroio Turuçu (ex-arroio Grande) com o arroio Santa Clara, até sua confluência com o arroio Bom Jesus, depois com a ponte na estrada Passo dos Carros, até encontrar a BR116 e a Lagoa dos Patos, em sentido geral sul, até a foz da canaleta Feitoria (Baquari) que liga fluvialmente à lagoa dos Patos com a lagoa Taquari; ao Sul, segue pela canaleta Feitoria (Taquari) em sentido da lagoa Pequena, até ao arroio Correntes, depois estrada Anderson, até encontar a estrada Palmeira, na bifurcação da estrada Colônia Carlos, prosseguindo até o cruzamento com a estrda Santa Silvana; ao Oeste, segue pela estrada Santa Silvana, até a bifurcação com a estrada Picada Flor, até o arroio Teimoso no cruzamento com a estrada São José(que liga a Colônia de Santa Silvana à Colônia São Domingues), seguindo a nordeste na bifurcação com a estrada S. João, até a confluência com o arroio Turuçu.

A RESPEITO DE UM JURAMENTO

Raphael Copstein

O artigo aprecia um parecer da seção de Justiça do Conselho de Estado Imperial, provocado por uma consulta da administração do município gaúcho de São Jerônimo, na segunda metade do século atrasado. Aborda caso de diferenciação religiosa decorrente do recebimento pela província de imigrantes não católicos entre os provindos da Europa Central.

A constituição outorgada do Brasil Imperial, reconhecia, como religião do Estado, a Católica Apostólica Romana (Art. 5.).

A existência de uma igreja oficial não impedia os súditos do Império de pertencerem a outros cultos.Era preceito da Lei maio a liberdade de crença, desde que os locais das respectivas cerimônias não ostentassem sinais exteriores de templos (Art.5).

O Brasil independente, ao procurar, por inúmeras razões, povoar com europeus vazios territoriais, não opôs quaisquer restrições religiosa a os elementos atraídos.

O Rio Grande do Sul, pós 1822, foi o maior beneficiário das migrações organizadas Recebeu os maiores contingentes vindos da Europa Central. Entre os transferidos, católicos e protestantes formavam a maior parte.

A Constituição Imperial, (Art.6, §I). considerava cidadão brasileiro, entre outros casos, os nascidos no país, "ingênuos ou libertos", e os naturalizados. Os filhos de pais estrangeiros, nascidos no país, automaticamente, incorporavam, a nacionalidade brasileira, independente de confissão religiosa.

A desigualdade de crença, porém, gerou inconvenientes. O mais grave foi o não reconhecimento, até 1861, das núpcias de adeptos de religião não oficial (COPSTEIN, 2005).

Uma dúvida por má interpretação dos direitos do cidadão não católico pela Câmara de Vereadores de São Jerônimo, ao arrepio da lei maior, em meados do século XIX, conduziu uma consulta ao Poder Central.

Residia no Município o cidadão suíço João Carlos More (1819-1884), Dedicava-se à agricultura e segundo Spalding, foi o pioneiro da indústria oleaginosa (Apud BARRETO), e autor de três livros: "De la colonization dans la province de St. Pierre de Rio Grande do Sul, Brésil", "Memorial sobre a organização da Guarda Nacional na Província da São Pedro do Rio Grande do Sul (...)" e "Reflexões sobre a brochura do Sr. Ch. Expilly" Lê Brésil, Buenos Aires, Montevidéu et lê Paraguai devant la civilisation" (1863). O primeiro foi

impresso em Hamburgo, em 1863. Traduzido para o alemão, no mesmo ano, foi publicado naquela cidade. As duas edições resultaram de contrato assinado com a Presidência da Província. Os direitos autorais garantiram empréstimo feito pelo tesouro. (BARRETO, 1976, 2v. p. 953).

Nomeado suplente de Juiz Municipal do termo em 1866, o cidadão João Carlos More deveria tomar posse perante a Câmara da Vila. A investidura exigia prestação de juramento. Sabedora de se tratar da pessoa de confissão não católica, a edilidade teve dúvidas sobre a adequação à exigência legal de tal ato prestado por um luterano. A incerteza levou-a consultar a quem de direito. O monarca, amparado no artigo 7. item 1. da Carta de Lei n.234, enviou o expediente ao Conselho de Estado.

Coube ao Conselheiro Diretor Geral Tito Franco de Almeida exarar um muito bem argumentado parecer, eliminando qualquer escrúpulo da Câmara consulente.

Inicialmente, o Conselheiro argüiu o apresentado, à luz da constituição e posteriormente analisou o juramento.

Atentou ser a religião católica a da maioria dos brasileiros. E salientou o direito dos cidadãos, no caso a minoria, à pratica de outra crença, com a garantia da Lei Maior.

Reconheceu uma única restrição constitucional aos filiados a outras religiões.Satisfeitas as exigências comuns a todos os eleitores, o artigo 95, § 3 vedava-lhes o direito de se elegerem deputados à Assembléia Geral.

Ocupar quaisquer cargos públicos civis ou militares, considerando apenas os "talentos e virtudes" eram garantidos a todo cidadão pelo artigo 179, item XIV (Constituição Imperial). Nas carreiras do Judiciário, onde se encaixava a questão proposta, legalmente, a crença do cidadão não motivava impedimento a sua inclusão no quadro.

Na legislação comum, também não encontrou qualquer incompatibilidade provocada por diferenciação religiosa. Se houvesse, não seria razoável, acrescentou o Conselheiro.

Provada sobejamente a inexistência de prescrição impeditiva, o relator passou a apreciar a questão do juramento. A avaliação demandou ponderações em âmbitos civil e religioso.

No civil, a promessa solene consistia em uma tomada de compromisso de fazer ou não fazer algo. No campo religioso, a Divindade do crente era chamada "para dar testemunho do fiel do cumprimento da promessa". Os tribunais, diariamente, recebiam testemunhas, queixosos e denunciantes de todos os cultos e aceitavam juramentos pelas respectivas fés. Somente a uma seita, não individualizada no parecer, era proibido o juramento, (artigo 86 o Código de Processo Criminal).

A conclusão só poderia ser única. A Câmara de São Jerônimo devia aceitar o juramento do suplente de confissão protestante.

A apresentação de Franco de Almeida recebeu apoio do Conselheiro Consultor J.M. de Alencar (o escritor José Martiniano) que fez algum acréscimo.

Para Alencar, o juramento não era apenas um procedimento católico, mas de todas as religiões **toleradas.** Por conseguinte, reconhecido pela lei nacional. O Código Penal, não incluía o perjúrio entre os crimes contra a religião, e sim entre os contrários à ordem e administração publicas. Logo, o falso juramento, independentemente da confissão do perjuro, submetia-se ao zelo da lei brasileira.

A derradeira contribuição de Alencar ao parecer versou sobre o vínculo que o juramento do funcionário público não católico criava com a religião oficial. O ato de jurar reconhecia implicitamente a obrigação do ajuramentado manter o catolicismo no Império, preceito fundamental do artigo 5° da Constituição.

É possível pensar que essa interpretação se inspirasse também na exigência do artigo 5. da carta de lei criadora do Conselho. Os conselheiros antes da posse, prestavam juramento. Entre os compromissos assumidos, constava "manter a religião católica apostólica romana".

Na redação do parecer e nas idéias expendidas pelos dois conselheiros há passagens que merecem comentários.

O Conselheiro Alencar não empregou o termo inscrito na Constituição como indicativo a outras confissões que é: "permitidas". Preferiu "toleradas" , no que aliás, não foi original. O vocábulo foi bastante usado, durante o Império, ao referir-se às religiões não oficiais.

Os dois vocábulos não são rigorosamente sinônimos. Comparação entre os verbetes dos dicionários Novo Aurélio e Houaiss, Dicionário Eletrônico, não revela total coincidência. Uma originalidade no último encontra-se em 3, tolerar é "permitir por dispositivo legal, o livre exercício de outros cultos que não os da religião do Estado". Obviamente, o autor, colecionou a acepção em papéis da época imperial.

A respeito da prática do juramento, Franco de Almeida condicionou a existência à desigualdade de civilização "derramada (sic) em todas as camadas sociais"; se todos cumprissem os deveres sociais e pessoais, possivelmente seriam dispensáveis por desnecessários os juramentos, religioso e civil.

Como a realidade apresentava-se diferente a religião socorria a "sociedade civil em amparo da fraqueza, do temor e de outros sentimentos, que nascendo as vezes das mais puras intenções, causariam, contudo, prejuízos, se não apelássemos para o poder divino." Dificilmente, hoje, alguém subscreveria essas palavras. A divindade deixou de ser aterrorizante.

Com muito senso, porém, completou o pensar ao dizer que juramento é para Aquele em que o juramentado crê e a Ele promete algo.

A seção de Justiça manifestou-se concorde com o expresso, em 3 de maio de 1866, por estar "de perfeito acordo com o nosso direito, civilização e grandes interesses do Estado."

Quais seriam os grandes interesses do Estado? Seria o Padroado, herança portuguesa consagrada no artigo 102 item XIV da Constituição, bastante negativo à religião oficial e causador de choques desnecessários?

O parecer seguiu para o Paço imperial com a recomendação de convir ao governo expedir circular aos presidentes provinciais "para que não se produzam essas dúvidas.odiosas" e evitar protelações desnecessárias e algumas vezes, prejudiciais.. Acompanhou-o a expressão costumeira: "Vossa Majestade Imperial, põem, Mandará o que for melhor" Como era o melhor para augusta pessoa, o Imperador rubricou-o uma quinzena após.

Referências

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul-Riograndense**. v.2. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973.

CARTA de lei n.234 de 23 de novembro de 1841. [S.l]: [s.n.], [184?]

CONSTITUIÇÃO política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). Residência da República, Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.diretodoestado.com.br/viewlegis.asp?id=26>

COPSTEIN, Raphael. Núpcias inválidas no Rio Grande do Sul Imperial. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, n.140, dez. 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio**: século XXI. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. 1 CD-ROM.

RELATÓRIO do Ministério da Justiça apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 13ª Legislatura: consultas, anexo. Rio de Janeiro: Tip. Correio Mercantil, 1867.

ALEMÃES E LUSO-BRASILEIROS EM CONFRONTO

Sérgio da Costa Franco

Desde que chegaram a São Leopoldo em 1824, os alemães freqüentaram, e muito, as ruas, o porto e o comércio de Porto Alegre. Muitos se transferiram para a capital da província, aqui abriram oficinas e negócios. Sem falar nos soldados de ofício, que mofaram nas tarimbas dos quartéis ou gemeram nas camas do hospital militar.

Desde muito cedo, nasceu entre os luso-brasileiros admiração e respeito por esses invulgares trabalhadores da agricultura e da indústria, que foram os imigrantes alemães da colônia de São Leopoldo. Durante os longos períodos de sítio a que Porto Alegre esteve submetida durante a Revolução Farroupilha, foram os gêneros trazidos em lanchões ao longo do Rio dos Sinos que salvaram da fome os porto-alegrenses sitiados.

Mas havia um evidente conflito cultural entre gaúchos e alemães. Os idiomas eram incomunicáveis, os costumes eram contrastantes. Entre o culto dos evangélicos e o catolicismo festeiro e santeiro dos luso-brasileiros, a incompatibilidade era inevitável. A devoção ao trabalho entre os alemães contrastava com o desprezo às tarefas manuais, que a sociedade escravista reservava aos negros cativos.

Seja em função desse conflito cultural, seja pela inadaptação dos imigrantes ao meio, logo ocorreram choques que podem ser rastreados nos arquivos policiais e judiciários ou na imprensa da época. Em 1833, entre os 71 presos recolhidos à Cadeia de Porto Alegre à ordem da Justiça (relação anexa ao ofício de 24/04/1833, da Câmara Municipal à presidência da Província), onze eram alemães. Prova de que sua adaptação às novas condições de vida na América Portuguesa não foi tão risonha como se pode supor. Lá estavam atrás das grades Frederico de Schlabrendorf, o tecelão João Burk, Guilherme Scharnweber, Carlos Teodoro Goeze, o ourives Gotthold Sigismund, Augusto Seemann, o alfaiate Henrique Geisler, o ferreiro George Wegener, o oleiro Joaquim Meisner, o colono João Tiede e sua mulher Ana Maria. O latrocínio de que foi vítima o taverneiro João Pereira, na Rua do Rosário, em Porto Alegre, em dezembro de 1826, teve como autor o imigrante Johann Löscher, por isso condenado a galés perpétua (APERGS, P. Alegre, proc. Nº 235, maço 9). Primeiro episódio de latrocínio que encontramos nos anais judiciários de Porto Alegre.

Um pioneiro da crônica literária de Porto Alegre, que assinava com o pseudônimo de O ESTUDANTE um rodapé semanal do jornal MERCANTIL,

descreveu em maio de 1852 algo que lhe sucedera em plena capital, num baile público de alemães:

– Vá s'empor.
– Qual vá-se embora? Cá está o patacão.
– Vá s'empor. Você não estar ruivo, não entra.
– Então como é isso? Só os ruivos têm ingresso neste baile?
– Alemão sim, brasileiro não.
– Repita, mein liebe herr.
– Alemão entra, brasileiro fica na rua.
– Vejam! E eu pensei que vossas mercês não tinham o direito de excluir de um baile público a ninguém pela sua nacionalidade, e muito menos aos filhos do país.
– Vá s'empor; não quer conversa.

Como eu sabia que o patrício ruivo já tinha deitado fora outros patrícios, por não serem ruivos, saí lembrando-me do meu amigo chefe de polícia".

José Cândido Gomes, cronista do MERCANTIL e mais tarde deputado provincial (de 1856 a 1861), talvez fantasiando o episódio, provavelmente refletisse o sentimento antigermânico que começava a lavrar entre os luso-brasileiros. Num relatório de 1855, o vice-cônsul francês Noel D'Ornano afirmaria que "os brasileiros não gostam dos alemães".

Pouco depois, essa afirmativa receberia confirmação eloqüente. Em 1863, quando o Brasil se achava atritado com a Inglaterra em razão de protestos, tidos por insolentes, do Ministro Christie, o redator do jornal alemão DEUTSCHE ZEITUNG ousou publicar um editorial dando toda razão ao diplomata inglês e escarnecendo da reação brasileira. Como resultado, a população de Porto Alegre foi às ruas (23/jan./1863), gritando "abaixo o jornal alemão", "morram os alemães". E a tipografia do DEUTSCHE ZEITUNG teria sido destruída pela multidão em fúria, se não houvesse a intervenção suasória do chefe de polícia Dario Callado e do prestigioso jornalista Felipe Nery, redator do CORREIO DO SUL.

Por pouca coisa, os ressentimentos explodiam. Em 17/abr./1864 houve tumulto grosso na cidade, por causa da prisão de dois assassinos: José Ramos e Catarina Palse, acusados de roubarem e matarem diversas pessoas em sua casinha da Rua do Arvoredo, atrás do Palácio do Governo. A multidão quis linchá-los e a Polícia passou trabalho para contê-la. Daí a alguns dias, os cônsules estrangeiros, com a liderança do alemão, publicaram uma nota de aplauso ao Chefe de Polícia, por haver sabido defender a ordem e as propriedades ameaçadas pela desordem. A imprensa luso-brasileira e a câmara Municipal se ofenderam

e endereçaram protestos aos cônsules. Das nossas desordens cuidávamos nós, sem que os estrangeiros pudessem abrir o bico...

Em 1881/82, a Exposição Brasileiro-Alemã foi acontecimento memorável. Expôs produtos agrícolas, industriais, obras de arte, organizou um álbum fotográfico da cidade, promoveu diversões coletivas. Teria tudo para ser um sucesso. Mas seu principal organizador era Carlos Von Koseritz, jornalista combativo e polêmico, liberal ligado à Maçonaria, hostil ao clero e conflitado com o cônsul alemão e com uma parte da própria colônia germânica. Disso resultou que a Exposição fosse hostilizada e criticada por alguns órgãos de imprensa, que se agarraram em ninharias para excitar o ódio da multidão. A distribuição dos prêmios de um sorteio (dizia-se que os luso-brasileiros apenas ganhavam prêmios de pequeno valor) foi motivo para desordens que culminaram com o incêndio dos pavilhões da Exposição e de quase todo o seu rico acervo, em fevereiro de 1882.

Pouco mais tarde, um novo caso iria suscitar manifestações anti-alemãs. Um dos redatores do DEUTSCHE ZEITUNG, João Von Frankenberg, que era professor da Escola Normal da Província, publicou, sob o título de "Novo Hino Brasileiro", em Alemão, uma espécie de paródia do Hino Nacional, na qual, entre outras referências desrespeitosas, dizia que o Brasil tinha "uns militares impagáveis". Era isso no tempo da Questão Militar, que excitara a oficialidade do Exército contra o ministério do Barão de Cotegipe. O resultado não tardou, com manifestações de rua e reuniões de militares contra o desastrado Frankenberg. O jornal alemão teve de o despedir, o governo provincial tirou-lhe o cargo de professor, e, a bem de salvar a pele, ele abandonou o Rio Grande do Sul.

A despeito de algumas ocorrências desastrosas, o grupo alemão de Porto Alegre destacava-se em vários aspectos da vida social e cultural. No atletismo e na ginástica foram pioneiros absolutos, graças à sociedade DEUTSCHER TURNERVEREIN, antecessora do TURNERBUND e da atual SOGIPA, fundada em 1867. Seguiram-se a ela os clubes de remo, RUDER CLUB PORTO ALEGRE e RUDER VEREIN GERMANIA, de 1888 e 1892, respectivamente, que se fundiram no G.P. A.. Seguiram-se a eles, já no princípio do século XX, o Clube de Regatas Almirante Barroso e o Grêmio Náutico União (RUDER VEREIN FREUNDSCHAFT), que deram ainda maior vigor aos esportes náuticos.

No setor dos clubes recreativos, os alemães também tiveram prioridade, com a fundação da Sociedade Germânia (GESELLSCHAFT GERMANIA) no remoto ano de 1855. Em 1863 nasceria a Sociedade Leopoldina e em 1903 o Club Recreio Juvenil, que, fundidos, resultariam na tradicional Associação Leopoldina-Juvenil, também de origem germânica.

Paralelamente aos clubes recreativos, quando não no seu próprio seio, prosperavam grupos musicais e teatrais, que davam vida e estímulos culturais

ao contingente alemão da cidade. A forte tendência associativa da etnia germânica dava exemplo e estímulo às outras etnias para também se organizarem, com aparente viés discriminatório.

Mas não só nos esportes, na ginástica e nas artes brilhava a comunidade alemã. Não há dúvida de que, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, os alemães e teuto-brasileiros tiveram primazia e liderança nas atividades comerciais e industriais da cidade. Numa lista de sócios da Loja Maçônica "Progresso da Humanidade" em 1871, num total de 79, havia 14 alemães, todos comerciantes ou artífices, sendo que o Venerável era de nacionalidade alemã.

O viajante e comerciante alemão Moritz Schanz, que visitou Porto Alegre em torno de 1890, dá, em seu livro de observações de viagem, interessantes informes sobre a presença germânica na capital gaúcha. Calculava ele que, entre alemães e descendentes, houvesse cerca de 5.000 numa população global de 42.000 habitantes, embora, conforme os dados oficiais do Consulado, existissem apenas 1.380 patrícios registrados.

> *É certo porém – escreveu -, que a quantidade de alemães é realmente maior do que os dados oficiais indicam; a igreja alemã e dois colégios alemães para rapazes e moças, com 150 e 100 alunos, respectivamente, servem como base para a continuação da língua alemã, bem como de seus costumes; quase todo o comércio atacadista e de ferramentas são alemães; também são alemãs as doze fábricas de cerveja e a não pouco expressiva indústria de móveis, cujas fábricas também exportam aos demais estados do Brasil; em todas as ruas ouve-se falar Alemão; nada menos do que 15 clubes são alemães.* (NOAL FILHO, 2004)

É claro que essa posição de eminência e autonomia da minoria alemã haveria de suscitar ressentimentos, para os quais concorriam fatores não só culturais e sociais, como eventuais questões políticas e ideológicas. A guerra franco-prussiana de 1870/71 gerou divisão de opiniões. A "kulturkampf" de Bismarck e o pangermanismo geravam reações e temores.

Em 27 de setembro de 1895, um grupo de 300 imigrantes italianos, indignados por matéria do jornal católico DEUTSCHE VOLKSBLATT que hostilizava a memória de Giuseppe Garibaldi, atacou a redação e oficinas do referido jornal, depredando-as completamente. A manifestação agressiva dos italianos, de presença relativamente recente, permite adivinhar apoio e estímulos da maioria luso-brasileira, por várias vezes inclinada a agredir os alemães, em ocasiões anteriores. Não era a primeira oportunidade em que a imprensa de língua alemã sofria atentados.

Um livro publicado em 1897 por Alfredo Varela, "O Rio Grande do Sul" – miscelânea de informações geográficas, históricas, estatísticas, sociológicas e políticas, - exterioriza, sem disfarces, alguns preconceitos imperantes contra a etnia alemã. Tecendo considerações sobre o porquê de haver diminuído em números e corrente migratória germânica para o Rio Grande, Varela alinha diversos fatores, destacando:

> O *exclusivismo teutônico, que se empenha em conservar os hábitos da mãe-pátria no país em que se nacionalizam os seus, pretendendo até impô-los aos estranhos e, quando não aceitos, deixam os alemães patente o maior desdém pelos da terra hospitaleira onde se acham – o que aqui, segundo muitos afirmam, aprofunda cada vez mais o sulco de separação entre esses estrangeiros e os naturais. Não há negar que, com justiça ou sem ela, a antiga preferência que o elemento alemão merecera, transformou-se em marcada antipatia. É com olhos prevenidos que os rio-grandenses olham para os homens louros da Germânia-mater, que aqui aportam, no dizer do povo, pobres, adquirem meios, e, quando enriquecidos, tratam logo de conservar no maior afastamento o nacional, descuidosos até em esconder o desprezo que votam aos cidadãos do país.* (VARELA, 1897)

Note-se que o Doutor Alfredo Varela era, então, um intelectual prestigiado pelo castilhismo, comandara tropas na guerra civil de 1893, fora redator-chefe da "A Federação" e chegaria pouco depois a deputado federal pelo Partido Republicano. Seu livro, que alimentava inclinações separatistas, era de molde a sensibilizar uma parcela significativa da opinião pública. Apesar de seus primários preconceitos, que provavelmente espelhassem psicologia social da região da Fronteira, donde provinha o fogoso plumitivo.

A animosidade étnica, latente às vezes, explícita em muitas ocasiões, explodiu mais adiante, ao ensejo das duas grandes guerras mundiais, a partir do momento em que Brasil e Alemanha se colocaram em posições opostas.

Tendo ficado neutro de 1914 até 1917, o Brasil propiciou que tivessem livre expansão, durante aqueles anos, tendências germanófilas que se refletiam na própria imprensa de Porto Alegre. Afora os jornais de idioma alemão, também O DIÁRIO, que era o periódico mais moderno da cidade, mostrava inclinações pró-Alemanha. Se até brasileiros de origem latina voltavam por vezes suas simpatias para os impérios da Alemanha e da Áustria, com mais forte razão o faziam os teuto-brasileiros. Ora, em 1917, o desenvolvimento da luta submarina empreendida pela Marinha alemã para cortar os suprimentos dos aliados da Tríplice Entente através do Atlântico, jogou o Brasil no calor do conflito, que afinal se tornaria mundial. Em princípio de abril de 1917, o navio mercante

"Paraná" foi torpedeado por um submarino alemão, seguindo-se, como decorrência, o rompimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Alemanha.

A cidade logo se conturbou. A retórica inflamada das ruas, em reuniões públicas e em desfiles patrióticos, tratou de excitar as paixões da massa. E já à noite de 14 de abril, os jornais alemães, mais o germanófilo O DIÁRIO, foram apedrejados por populares. No domingo, 15 de abril, depois de um incidente ocorrido com o proprietário do "Novo Hotel Schmidt", acusado de haver desfechado um tiro de revólver contra um bonde em que se deslocavam manifestantes, desencadeou-se uma noite de pesadelo para alemães e teuto-brasileiros de toda a cidade. Tudo continuou no dia seguinte, com ainda maior ímpeto. Apedrejamentos, saques e incêndios marcaram lamentavelmente a crônica local. Quase todo um quarteirão comercial entre as ruas Sete de Setembro, Siqueira Campos (então Rua das Flores) e General Câmara queimou sob a ação dos desordeiros incendiários. Entidade tradicional na vida local, a Sociedade Germânia, teve sua bela sede da Rua Dr. Flores inteiramente destruída pelo fogo.

No espaço entre as duas grandes guerras mundiais, Porto Alegre cresceu, expandiu-se territorialmente, seu comércio e sua indústria ganharam sensível incremento. E, nesse contexto, também a comunidade alemã, que ocupava a vanguarda das iniciativas econômicas. Os episódios se repetiram. Nos primeiros anos do conflito, o Brasil conservou-se neutro, os países do Eixo Roma-Berlim exerciam livremente sua propaganda através de revistas, filmes e jornais, os germanófilos se pronunciavam com plena liberdade. Até agosto de 1942, quando se repete o drama de abril de 1917. As manifestações contra o Eixo, outra vez provocadas pela campanha submarina que destruíra e afundara numerosos navios brasileiros, levaram o tumulto às ruas, outra vez com depredações e saques contra quem quer que tivesse nome alemão ou italiano. No Centro, na Floresta, em São João e em Navegantes, centenas de estabelecimentos comerciais ou industriais sofreram destruição e roubo. A polícia do Interventor Osvaldo Cordeiro de Farias quase não se mexeu. E somente com a intervenção do Exército Nacional os desordeiros abandonaram as ruas e cessaram o atentado. Das conseqüências deste, alguns prejudicados jamais se recuperaram, embora o governo estadual tenha sido forçado a pagar algumas indenizações vultosas, por causa de sua omissão em reprimir a desordem.

À ação material dos depredadores somou-se a opressão policial sofrida, durante vários anos, pela minoria alemã. Seqüestro de bens, proibição de usar o idioma de origem, apreensão de bibliotecas, perseguições de todo o gênero, marcaram negativamente o período de 1942 a 1945. Considerando que aquela minoria englobava parcela significativa das elites dirigentes em Porto Alegre e no Estado, justamente o setor mais dinâmico e progressista do empresariado, é de se conjeturar sobre os efeitos que tal perseguição terá produzido em desfavor

do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. É este um assunto ainda aberto à curiosidade dos pesquisadores. Certa perda de ânimo dos investidores, certa letargia e indiferentismo que se seguiram à 2ª Guerra Mundial em nosso meio, não teriam decorrido das humilhações e agravos impostos à comunidade teuto-brasileira?